

Clademir Trentini

**O EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA E O
SISTEMA DE INTEGRAÇÃO NA SUINOCULTURA:
DÉCADAS DE 1980 A 2010**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Gerhardt.

Passo Fundo
2020

CIP – Catalogação na Publicação

T795e Trentini, Clademir

Extremo Oeste de Santa Catarina e o sistema de integração na suinocultura: décadas de 1980 a 2010 / Clademir Trentini. – 2020.

140 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Gerhardt.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2020.

1. Suíno - Criação - Santa Catarina. 2. Agroindústria - Santa Catarina - História. 3. Agricultura familiar. I. Gerhardt, Marcos orientador. II. Título.

CDU: 981.64

Catalogação: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

Banca Examinadora

Prof. Dr. João Carlos Tedesco (UPF)

Prof. Dr. Marlon Brandt (UFFS)

Prof. Dr. Marcos Gerhardt (UPF)
Orientador

Dedico este trabalho a minha família, em especial a minha esposa Clair Krein, a minha filha Ariany Vitória, ao meu pai Danilo, a minha mãe Clarise e aos meus irmãos. Aos que, com carinho e apoio, sempre contribuíram para que eu chegasse a esta conquista. Ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). Às pessoas com quem convivi neste período. À experiência de uma produção acadêmica compartilhada com amigos e colegas de trabalho, bem como proporcionando bons momentos acadêmicos.

Agradeço a Universidade de Passo Fundo (UPF), seu corpo docente, colegas, funcionários e demais pessoas que colaboraram para o mérito e ética desta conquista. Ao meu orientador Marcos Gerhardt, pelo apoio, suporte, dedicação de tempo, correções e sábias palavras. Aos meus pais, minha esposa e filha pelo apoio incondicional. Aos entrevistados, órgãos e gestores públicos, funcionários de Instituições parceiras que colaboraram para que a pesquisa tivesse resultados satisfatórios. A todos que de forma direta ou indireta contribuíram para esta formação, tenho a dizer: muito obrigado.

A verdadeira história de um ser não está naquilo que fez, mas naquilo que pretendeu fazer. Thomas Hardy

RESUMO

A presente dissertação pesquisou os caminhos históricos percorridos pela suinocultura, da criação colonial de porcos ao processo de integração agroindustrial, iniciados antes dos anos 1980 e solidificada nas décadas posteriores, identificando como os agricultores/criadores que não faziam parte do sistema de integração aderiram ao processo de criar controlado por agroindústrias. Esse processo, que vinculou a agricultura familiar à agroindústria, foi estudado tendo como recorte temporal da década de 1980 à década de 2010, pois foi o período mais intenso de transformações. O recorte espacial, o Extremo Oeste de Santa Catarina, teve como referência os municípios de Mondaí, Itapiranga e arredores, espaço onde as mudanças envolveram pequenos agricultores. Ela utiliza como fontes de pesquisa os testemunhos orais de diversos produtores, documentos das empresas públicas de extensão rural e materiais disponíveis em museus comunitários. O processo acolheu, mas também excluiu muitos criadores. O sistema agroindustrial de criar serviu como um divisor da atividade suínica no extremo oeste de Santa Catarina. As diferentes formas de atração dos criadores para a nova modalidade de criar interferiu na conjuntura socioeconômica constituída regionalmente. As agroindústrias trouxeram com elas novos animais, técnicas de criar, planejamento, reorganização produtiva e, conseqüentemente, a exclusão. O comerciante tradicional foi envolvido pelas agroindústrias ou, em outros casos, foi excluído do processo porque teve seu papel de intermediário da produção foi ocupado pela agroindústria. A produção foi direcionada para atender ao mercado consumidor e não as necessidades dos produtores. A dinâmica produtiva saiu do controle do agricultor e passou a ser controlada pela agroindústria e dificultou a vida do criador independente, que insistiu em permanecer trabalhando individualmente. Conclui que os argumentos e as estratégias utilizados para aproximar as agroindústrias dos criadores surtiram efeitos no decorrer de algumas décadas. Conclui, ainda, que esse processo envolveu e integrou produtor/ criador, sem que houvesse uma imposição.

Palavras-chave: Agroindústrias. Porcos. Integração. Criadores.

ABSTRACT

This dissertation researched the historical paths taken by pig farming, from colonial pig breeding to the process of agro-industrial integration, started before the 1980s and solidified in the subsequent decades, identifying how farmers / breeders who were not part of the integration system joined the process to create controlled by agro-industries. This process, which linked family farming to agroindustry, was studied with a time frame from the 1980s to the 2010s, as it was the most intense period of transformation. The spatial section, the Far West of Santa Catarina, had as reference the municipalities of Mondaí, Itapiranga and surroundings, a space where the changes involved small farmers. She uses as sources of research the oral testimonies of several producers, documents from public companies of rural extension and materials available in community museums. The process welcomed, but also excluded many creators. The agro-industrial system of breeding served as a divider of pig farming in the far west of Santa Catarina. The different ways of attracting creators to the new way of creating interfered in the socioeconomic conjuncture constituted regionally. Agro-industries brought with them new animals, breeding techniques, planning, productive reorganization and, consequently, exclusion. The traditional trader was involved by the agro-industries or, in other cases, he was excluded from the process because he had his role as intermediary in production occupied by the agro-industry. The production was directed to meet the consumer market and not the needs of producers. The productive dynamics got out of the farmer's control and started to be controlled by the agroindustry and made life difficult for the independent breeder, who insisted on remaining working individually. It concludes that the arguments and strategies used to bring agro-industries closer to the creators had effects over the course of some decades. It also concludes that this process involved and integrated producer / creator, without imposing it.

Keywords: Agroindustries. Pigs. Integration. Breeders.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1: Localização do Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina	22
Figura 2: Mapa do Estado de Santa Catarina (1961).....	25
Figura 3: Safrista Paulo Moura e sua “tropa” de porcos	38
Figura 4: Família Zacchi alimentando os porcos.....	41
Figura 5: Chiqueiro típico dos colonos nos anos de 1960 em diante	43
Figura 6: Nota fiscal do Matadouro Frigorífico Chapecó	45
Figura 7: Animais infectados com Peste Suína Clássica sendo sacrificados	48
Figura 8: Soldados vigiando propriedades agrícolas consideradas infectadas	49
Figura 9: Propriedade de João Schneider	68
Figura 10: Modo corriqueiro de criar porcos pretos.....	88
Figura 11: Porco na corda.....	89
Figura 12: Técnica de criar leitões na palha de milho e folhas de bananeira	90
Figura 13: Estrutura física de madeira.....	91
Figura 14: Estrutura física moderna incentivada pela antiga ACARESC	92
Figura 15: Modelo de pocilga proposta pela Safríta.....	92
Figura 16: Instalação de suínos com capacidade de 220 animais alojados	93
Figura 17: Pocilga de suínos para engorda.....	95
Figura 18: Identificação de uma unidade produtiva	113
Figura 19: Os crechários.....	114
Figura 20: O desenvolvimento de estruturas físicas	115
Figura 21: Grandes estruturas físicas.....	116
Figura 22: Três propriedades rurais vizinhas	118
Figura 23: Vista interna de terminação de suínos tecnificada.....	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Senso Agropecuário brasileiro por região conforme dados do IBGE de 1960... ..	85
Tabela 2: Senso Agropecuário brasileiro relacionado aos estabelecimentos agropecuários visitados e catalogados em 1960 conforme a região. Dados IBGE 1960	86
Tabela 3: Número de criadores de suínos na Microrregião de São Miguel d'Oeste	86

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

4-S- Clubes 4S: Saber, Sentir, Saúde, Servir

ACARESC - Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina

ACCS- Associação Catarinense de Criadores de Suínos

BNDS- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRF- Brasil Foods

CEAG- SC- Centro de Estudos Avançados do Governo de Santa Catarina

CEPA - Centro de Pesquisas Aplicadas

COAPESC- Cooperativa Agrícola de São Carlos

CONAB- Companhia Nacional de Abastecimento

EMATER- RS. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo do Rio Grande do Sul

EPAGRI- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

FAESC- Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina

GPD- Ganho de Peso Diário

ICEPA- Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

JBS- Empresa de alimentos fundada por José Batista Sobrinho.

LAC- Levantamento Agropecuário Catarinense

OIE- Organização Mundial de Saúde Animal

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PSC - Peste Suína Clássica

SAIC- Sociedade Anônima Industrial Chapecó

SC - Santa Catarina

SISCAL- Sistema Intensivo de Suínos Criados ao Ar Livre

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

UPF – Universidade de Passo Fundo

UPL - Unidade de Produção de Leitões

ICEPA- Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 O EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA E A CRIAÇÃO DE PORCOS	20
1.1 Definição de História regional, região, fronteira agrícola e ocupação	20
1.2 Histórico de Porto Novo e Porto Feliz: a colonização.....	26
1.3 Agricultura familiar	30
1.4 Origem do porco, as raças de porcos comuns e raças estrangeiras	32
1.5 O modo de criar: porcos soltos, de safra, de mangueira, de corda	35
1.6 A venda do suíno para as empresas e cooperativas	43
2 A SUINOCULTURA INTEGRADA À INDÚSTRIA	52
2.1 Definição de agroindústria.....	52
2.2 Breve histórico das maiores agroindústrias de Santa Catarina.....	55
2.2.1 A Chapecó	57
2.2.2 Sadia	59
2.2.3 A Perdigão	60
2.2.4 A Aurora	61
2.2.5 A Seara.....	62
2.2.6 O Frigorífico Safrita	63
2.3 O fim do comércio de porcos comuns	65
2.4 O enfraquecimento do comerciante e o fomento da agroindústria.....	69
2.5 Os condomínios e o sistema de comodato.....	71
3 OS EFEITOS DA INTEGRAÇÃO	77
3.1 Fatores para o fortalecimento e consolidação das agroindústrias.....	78
3.2 Reestruturação produtiva.....	84
3.3 Crédito rural e hipoteca	96

3.4	Contrato	99
4	MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NOS SISTEMAS DE CRIAR NOS ANOS 2000	107
4.1	Consolidação e expansão da agroindústria	108
4.2	Divisão produtiva da cadeia suínica em upls, creches, <i>wean to finish</i> e terminações	111
4.2.1	As Upls	111
4.2.2	Os Crechários.....	113
4.2.3	Wean to finish.....	114
4.2.4	As Terminações	115
4.3	Rupturas e permanências	117
4.4	Dualidade de ideias.....	119
	CONCLUSÃO	125
	REFERÊNCIAS	128
	FONTES	135
	ANEXO	138

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é compreender o processo histórico de criar, alimentar e comercializar porcos pelo agricultor familiar, antes da década de 1980 se estendendo ao início da segunda década do século XXI. Nesse período, o desenvolvimento da criação de porcos no Extremo Oeste Catarinense foi singular, possibilitada por meio da dinâmica da imigração e colonização regional, quando a criação de porcos foi a principal atividade econômica desenvolvida, além do extrativismo e subsistência.

O problema de pesquisa pode ser apresentado assim: como os agricultores que não estavam integrados por serem independentes passaram a fazer parte do sistema de integração? Os processos produtivos passaram por mudanças em âmbito mundial proporcionados pela globalização. Com as mudanças na ordem de controle da produção e descaracterização do produtor para torna-se mediador da produção, o sistema de integração foi envolvendo e atraindo agricultores que foram aderindo às novas tecnologias de produção e interferiram no abandono das suas práticas agrícolas tradicionais, que não serviam mais diante das necessidades da agroindústria.

A região do extremo oeste catarinense possui características próprias geradas no período de colonização e de introdução de algumas atividades socioeconômicas. Apresenta-se como uma região de fronteira com o Rio Grande do Sul que foi repovoada e manteve relações socioculturais com aquele estado enquanto estava desconectada inicialmente das regiões produtoras de Santa Catarina. Nos anos de migração intensa se construiu uma identidade produtiva regional que se tornou reconhecida por meio da produção agropecuária e das suas agroindústrias, que tiveram como base a suinocultura. A origem desse processo está na pequena propriedade agrícola/familiar diversificada, que recebeu esse nome, pois é a produção realizada por grupos de famílias (pequenos agricultores e, eventualmente, alguns empregados). Os produtos colhidos, além de servirem de alimento para eles, eram comercializados para parte da população. Muitas técnicas de cultivar, de criar e de extrair são resultado de práticas tradicionais e do conhecimento popular.

A região é uma construção sócio-histórica feita por grupos de sujeitos, identificados por meio das suas atividades econômicas, culturais e suas formas de ocupação do espaço. O historiador recorta a sua região de pesquisa conforme o seu objeto de estudo. A região do extremo oeste catarinense foi e é caracterizada pelas atividades agropecuárias suinícolas, iniciadas com os “porcos pretos” e posteriormente substituídos pelas “raças brancas”.

O repovoamento dos municípios de Mondaí, Itapiranga e demais municípios do extremo Oeste Catarinense ocorreram com a vinda de centenas de famílias descendentes de imigrantes europeus, oriundos do estado do Rio Grande do Sul, em busca de terras, em grande parte forçados pela impossibilidade de obtê-las, para as numerosas famílias no estado de origem. A colonização foi facilitada pela ocupação cabocla que antecedeu a imigração, o que não aconteceu sem conflitos pela posse da terra.

O espaço onde foi estabelecida a suinocultura no extremo oeste de Santa Catarina teve por característica o trabalho familiar organizado para a criação de porcos comuns, destinados ao consumo e ao comércio. O sistema, baseado no uso intenso de mão-de-obra familiar, com precária tecnologia e baixa produtividade, sofreu transformações sociais, econômicas e tecnológicas a partir dos anos 1980, através da introdução de novas tecnologias que interferiram no jeito de criar e produzir no meio rural, fosse este familiar ou patronal. Esse processo de transformações e de modernização desenvolveu a cadeia produtiva e necessitou de sujeitos dedicados a desenvolver novos modos de criar e produzir. Os criadores de porcos conheciam todo o processo de criar, mas perderam o controle produtivo para a agroindústria, para qual precisaram se adaptar.

Pode-se assim citar alguns sujeitos dedicados a tornar a criação de porcos moderna e eficiente economicamente como: criadores, agroindústria, comerciantes, empresas de extensão rural e laboratórios. Destacaram-se as propostas de inovação na forma de criar porcos para a agroindústria sob um sistema integrado, atraindo os criadores para o novo modo de criar e comercializar os porcos de raças europeias.

A fragmentação do solo em pequenos lotes rurais e o relevo foram características fundamentais para vincular o produtor familiar às agroindústrias. Esse jeito de produzir e criar transformou as pequenas propriedades rurais em extensão das agroindústrias no campo. A paisagem rural é um documento que reúne as características do local com suas ondulações, a partilha do solo, a forma de ocupação, a implantação de atividades econômicas e as características culturais construídas a partir da possibilidade de uso desta paisagem. A

paisagem rural vem sofrendo mudanças com a instalação de grandes estruturas físicas para acolher animais das mais variadas espécies.

O recorte temporal se justifica porque o tema “suinocultura” é amplo, diversificado e está em desenvolvimento. Realizou-se, assim, a delimitação do período entre os anos 1980 e 2010, salientando que o foco da pesquisa é o processo de integração agroindustrial. As circunstâncias sob as quais essa atividade foi desenvolvida possui relação direta com a composição étnica cultural do lugar. Portanto, “O extremo oeste de Santa Catarina e o sistema de integração na suinocultura: décadas de 1980 a 2010” é um recorte do sistema produtivo que envolve inúmeras agroindústrias e agricultores criadores. Fazer esse recorte é identificar algumas das características que a criação de porcos foi perdendo e modificando anteriormente e posterior aos anos 1980. Com essa metodologia identificou-se, por exemplo, o desaparecimento dos pequenos criadores independentes e os colocou na marginalidade do sistema de integração.

No desenvolvimento da pesquisa houve a coleta de testemunhos orais e memórias. Os entrevistados são sujeitos que viveram o processo de modernização da criação de porcos. Os entrevistados são residentes nos municípios de Mondai, Itapiranga, Riqueza, São Carlos, no Extremo Oeste de Santa Catarina e foram escolhidos porque tiveram seus nomes citados em conversas com os atuais quadros técnicos das Secretarias de Agricultura destes municípios e eram reconhecidos socialmente como grandes criadores de suínos. Antes de ocorrer as entrevistas foi necessário realizar um diálogo com essas pessoas para que eles determinassem o dia e para que elas fossem lendo o questionário da entrevista. Os entrevistados forneceram em entrevistas as suas memórias sobre as experiências de vida e trabalho realizado com os suínos por décadas, além de imagens, notas de produtor rural de comercialização da sua produção. As entrevistas sempre foram individuais e eventualmente o cônjuge acompanhava a conversa que ocorria em forma de diálogo, o que promoveu uma abertura maior e uma relação de confiança e segurança sobre o que era falado pelo entrevistado. Após as entrevistas os criadores convidavam para olhar as instalações modificadas ou abandonadas por serem inadequadas para os padrões atuais.

A realização de entrevistas com pessoas que fizeram parte dos quadros técnicos das agroindústrias visou obter o modo de ver e organizar a atividade de criar suínos por parte das agroindústrias. Identificou-se, assim, o processo de construção de vínculos da agroindústria com o agricultor e criador familiar. A metodologia da História Oral foi essencial nesta etapa

da pesquisa. Realizou-se, também, a pesquisa documental em Arquivos históricos e empresariais de criadores, ex-criadores, comerciantes e da agroindústria.

O Primeiro capítulo discute os conceitos de história regional, de região, e fronteira agrícola. Apresenta o recorte temporal e regional do extremo oeste de Santa Catarina, dos anos 1980 – 2010. Revisa a história do processo de repovoamento do território dos atuais municípios de Porto Novo e Porto Feliz e a constituição da agricultura familiar. Discute por fim, a existência de diversas raças de porcos e os modos de criar antes da integração com a indústria.

O Capítulo 2 contextualiza a dinâmica da produção integrada e a forma que os agricultores foram inseridos no novo sistema de criar. Analisa o processo de implantação da agroindústria no extremo oeste catarinense, marcada por mudanças como a drástica diminuição da produção e do comércio de porcos comuns, a adoção do sistema de fomento e integração do criador com a agroindústria, o enfraquecimento e exclusão do comerciante local e da sua função de comprador e recolhedor de porcos entre os pequenos criadores e o aumento do número de animais na propriedade rural vinculados a uma agroindústria.

O Capítulo 3 discute a consolidação do processo de integração agroindustrial e as consequências desta relação verticalizada com os criadores. Explica a incapacidade do agricultor de reagir diante da imposição promovida pela agroindústria, debate a ideologia da concentração da produção em poucas propriedades e a exclusão de criadores, o papel do agricultor no sistema de criação e a função dos contratos entre empresas e criadores, bem como identifica a sobrevivência do criador independente, que continua produzindo para a subsistência e com técnicas consideradas rudimentares pela agroindústria.

O Capítulo 4 identifica alguns dos aspectos contemporâneos de criar vinculado essencialmente às agroindústrias. Constata-se variadas versões entre os agricultores criadores sobre compor ou não o quadro de integrados de alguma agroindústria. Foi possível realizar o confronto de ideias dos criadores integrados e os agricultores alheios ao sistema. Constata-se o reconhecimento entre os criadores integrados que são prestadores de serviços terceirizados, sem direitos ou indenização em situações de rescisão contratual. As angústias de muitos agricultores que realizaram empréstimos bancários para aderir à atividade da suinocultura são perceptíveis entre os envolvidos. Mas ficou evidente que o processo de criar controlado pela agroindústria não conseguiu eliminar as técnicas corriqueiras de criar porcos rusticamente

entre os pequenos criadores que criam para a subsistência. Ainda identificou-se entre os criadores o desejo de serem mais bem remunerados na atividade.

1 O EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA E A CRIAÇÃO DE PORCOS

No Capítulo 1 apresentamos o modo de criar, alimentar, selecionar e comercializar suínos pelo produtor familiar, em um período anterior à década de 1980, ou seja, antes da introdução do sistema integrado de suinocultura no extremo oeste de Santa Catarina. Neste capítulo definimos o recorte espacial da pesquisa e discutimos os conceitos de região, fronteira, colônias, agricultura de subsistência e familiar.

Iniciamos discutindo as atividades econômicas e de ocupação da região denominada de Extremo Oeste Catarinense, nos municípios de Itapiranga e Mondaí, como recorte espacial que inclui a divisa com a Argentina. Identificamos as “raças de porcos comuns” que até então estavam sob domínio do colono, que obtinha dele a banha e a carne. Mas o que podemos definir como porcos comuns? Quais eram as técnicas de manejo instituídas e repassadas por gerações? Como se fazia a seleção de animais reprodutores e os métodos utilizados para não definhar a criação?

1.1 Definição de História regional, região, fronteira agrícola e ocupação

Precisamos explicar o papel desempenhado pelas sociedades humanas ao longo do tempo em diferentes espaços. Conforme Fernand Braudel (1966, p. 107) “uma civilização é, na base, um espaço trabalhado, organizado pelos homens e pela história”, e o historiador necessita se colocar no espaço e no tempo.

Para Michael Certeau (1982, p. 81) “a história começa em separar, reunir, transformar em documentos, objetos antes distribuídos”. O historiador não deve apenas se ater aos fatos históricos marcantes, mas também aos fatos ocorridos de modo paralelo, então, entra o “problema” da história que define o espaço-tempo no qual o historiador irá trabalhar. Quando definimos história regional, abordamos aquilo que o historiador toma como objeto de estudo, através do recorte de espaço a ser estudado. José D’Assunção Barros, afirmou que:

o interesse central do historiador regional é estudar especificamente este espaço, ou as relações sociais que se estabelecem dentro deste espaço, mesmo que eventualmente pretenda compará-lo com outros espaços similares ou examinar em

algum momento de sua pesquisa a inserção do espaço regional em um universo maior (o espaço nacional, uma rede comercial) (2004, p. 153).

Do mesmo modo quando definimos algum espaço observamos que as atividades socioeconômicas desempenhadas serão resultantes das possibilidades que o espaço oferta, associadas à conjuntura sociohistórica estabelecida. Para Milton Santos: o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos é dado pela natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual (2014, p. 12). O território que recebe a denominação de Extremo Oeste de Santa Catarina tem como característica a imigração e colonização da região, com pessoas provenientes do Estado do Rio Grande do Sul, ainda na década de 1920, mas o território em questão passou por lutas de posse entre nativos, caboclos e migrantes, em ordem cronológica de ocupação. Houve algumas tentativas de colonização na década de 1910, mas ela se desenvolveu com maior força, em 1916, após o acordo de limites dos municípios de Cruzeiro e Chapecó, instituindo políticas de colonização do estado, com concessão de terras às companhias colonizadoras.

A região em estudo delimita-se ao norte com o estado do Paraná, a leste com a microrregião de Chapecó, ao sul com o estado do Rio Grande do Sul e a oeste com a Argentina. O Oeste e Extremo Oeste catarinense têm o seu primeiro registro histórico, com a disputa entre Portugal e Espanha, na metade do século XVIII, com o Tratado de Madri¹. A “Questão de Missiones” foi resolvida em 1895, pelo presidente dos Estados Unidos da América, Grover Cleveland, em favor do Brasil.

Resolvidos os conflitos entre Brasil e Argentina, faltava a demarcação dos territórios pelas províncias. O Estado do Paraná alegava a descoberta e ocupação do território, reclama a posse do território, instalando uma estação fiscal no rio Chapecó, com o objetivo de controlar a exportação do gado rio-grandense, que era destinado às feiras em São Paulo. Em 1901, o governo de Santa Catarina recorreu ao Supremo Tribunal Federal contra o Estado do Paraná, reclamando a posse da terra, que obteve salvo conduto em 1904. A partir daí começa a colonização do território da região Oeste e Extremo Oeste como representado na Figura 1, assentada em atividades de subsistência.

¹ O Tratado de Madri, firmado em 13 de janeiro de 1750 entre os reinos de Portugal e Espanha, tinha o intuito de substituir o Tratado de Tordesilhas (1494), o qual dividia as terras conquistadas no Novo Mundo, estabelecendo assim, novas fronteiras de exploração. Os argentinos interpretaram que os rios que fazem a fronteira entre os dois países eram os rios Chapecó e Chopim, enquanto que os brasileiros tinham como divisa o rio Peperi- Guaçu e Santo Antônio.

Para recortar uma região de estudo, conforme Santos:

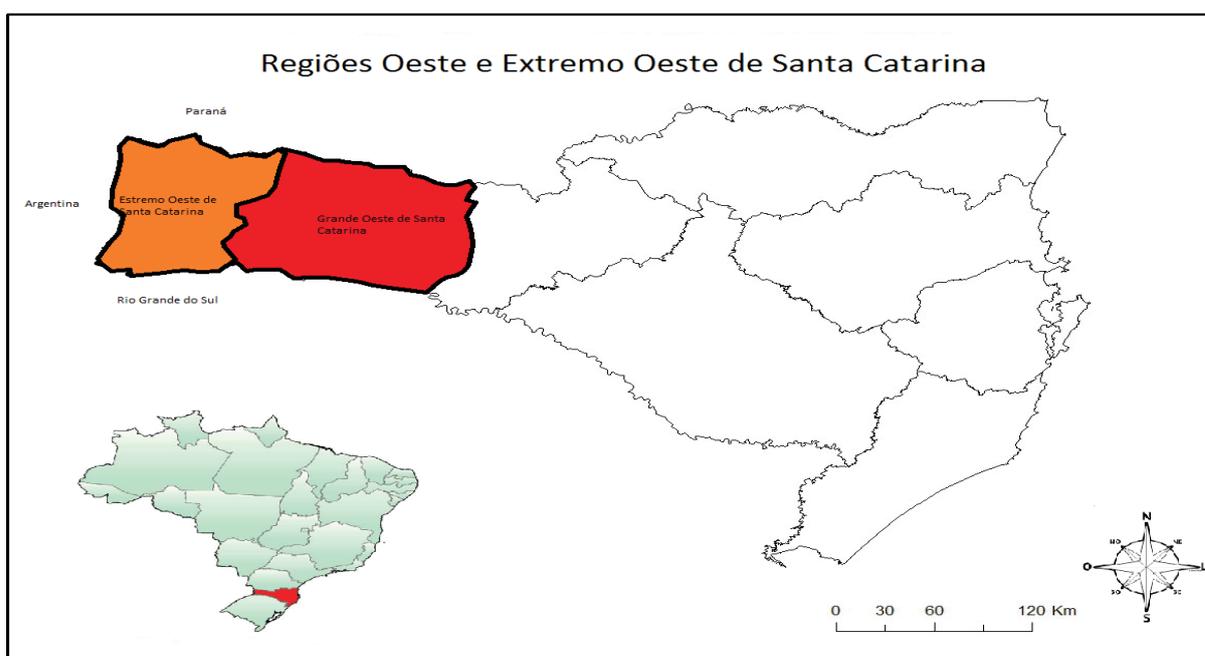
o problema de conhecer e definir regiões produtivas é o de saber onde estão, o que são, qual o cimento regional produzido por toda uma gama de interações criadas pelo próprio processo produtivo ao longo do tempo e os agravos a esse cimento regional, como resultado de processos produtivos novos, etc. (2014, p. 96).

Ainda conforme Santos (2014, p. 97), identificar as regiões produtivas dependem “primeiro a compreensão do presente, isto é, os entendimentos de como elas são hoje”. A região está estabelecida como algo não estático, mas alterada fisicamente, que sofre influências das atividades culturais e materiais da sociedade que ocupa esse determinado terreno e não existe local que possua ocupação humana que não sofra influência das atividades sociais ali implantadas. Para Maria Rosa Carbonari:

o espaço regional, não é portanto, um espaço fixo, e sim um espaço social com conjuntos heterogêneos em contínua interação. É o testemunho do passado que atua sobre o presente e condiciona o futuro. Analisá-lo implica vê-lo como um espaço dinâmico, em contínuo movimento. Portanto como produto da história e que ao mesmo tempo atua sobre ela (2009, p. 28).

Espaço está associado à possibilidade de se produzir algo, pois sem produção não existe espaço, e a produção dá sentido a ideia de lugar. Assim precisamos apontar geograficamente o território que descrevemos de Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina na perspectiva atual, conforme a Figura 1.

Figura 1: Localização do Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina



Fonte: CIASC. Mapa interativo de Santa Catarina Disponível em: <http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br>. Acesso em: 17 jan. 2018.

A região tem por identidade² própria alguns fatores distintos que podem e formam características próprias nascidas com a contribuição humana e geográfica para a singularidade do espaço, seja ele tradicional com uma materialidade física e cultural gerada, por agentes sociais. Os espaços não são autônomos, fazem parte de uma totalidade, mas com características distintas originadas no processo de ocupação. Assim as regiões passam a serem definidas de acordo com os critérios de ocupação, com algumas características econômicas, culturais, étnicas, linguísticas, relevo, clima, etc.

O arranjo dos campos, o sistema agrícola e o habitat rural, o modo de ocupação e urbanização, mas também o dialeto e os costumes estão, entre outros, constituindo um espaço de formação territorial que esta em constante transformação, pois não existe algo acabado e perfeitamente constituído. Esse processo de transformação das características naturais dar-se-á de modo constante e involuntário em um espaço que no entender de Santos, “é uma criação humana e a natureza é tomada pelo homem para si e este a socializa” (1978, p. 45).

Vinculado à região está o conceito de “território” ocupado e delimitado geograficamente. O território é algo demarcado através das relações sociais e de poder e seus agentes. Santos afirma que “a paisagem pode coincidir com uma “região natural” ou pode ser derivada de um padrão cuja singularidade associa-se a um tipo de ocupação agrícola ou organização humana do espaço” (1978, p. 100). Conforme Marlon Brandt:

Essa paisagem passou a ser modificada pela ação do homem principalmente com a ocupação portuguesa na primeira metade do século XVIII, que marcou a formação das primeiras fazendas pastoris nas áreas de campos e a abertura dos caminhos de tropas destinados ao transporte de gado muar, bovino e cavalariço, interligando por terra o Rio Grande do Sul ao Sudeste e às regiões mineradoras (2015, p. 304).

Claude Raffestin afirma que para definir as formas de territorialização do espaço são promovidas ações pelos homens no decorrer dos tempos:

local de possibilidades, [o espaço] é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção dele se apoderar. Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder (1993, p. 143).

² Toda identidade é uma construção histórica: ela não existe sozinha, nem de forma absoluta, e é sempre construída em comparação com outras identidades, pois sempre nos identificamos como o que somos para nos distinguir de outras pessoas. O processo da Globalização aproximou culturas e costumes e, logo, identidades diferentes. Esse processo traz a necessidade de construção de novos valores, buscados, sobretudo nas identidades de grupos, de gênero, étnicas e regionais (SILVA, 2009, p. 204, 205).

O espaço existe porque a sociedade o ocupa, bem como poderá ser fracionado de acordo com as necessidades das pessoas envolvidas, sendo o espaço onde se pode produzir algo. Portanto, sem produção não temos espaço. O espaço fracionado da pelas companhias colonizadoras,³ para a instalação de núcleos populacionais, ocorreu do seguinte modo:

dividiram-se os lotes urbanos que formariam as sedes dos distritos e delimitavam-se algumas pequenas chácaras ao seu redor. No interior os lotes coloniais a serem vendidos aos futuros colonos eram demarcados com áreas de 20 a 25 hectares em geral 24,2 (10 alqueires paulistas), o que viria a caracterizar a área como “colônia”. Nas áreas que se prestavam as atividades agropastoris, eram demarcados lotes rurais de 100 a 1000 hectares; estes, porém, tiveram pouca expressão, dadas as condições topográficas da região (CEPA, 1990, p. 24).

Contudo antes do colonizador se instalar no oeste catarinense no início do século XX:

os habitantes da região eram os remanescentes indígenas das tribos Caingangue e Guarani, antigos caboclos provenientes das frentes expansionistas paulistas, remanescentes das Revoluções Farroupilhas e Federalistas, fazendeiros, gaúchos e famílias de ex- trabalhadores da estrada de ferro (CEPA, 1990, p. 33)

A ocupação cabocla não configurou, pela legislação criada depois uma ocupação efetiva, pois a sua agricultura de subsistência era insuficiente ao mercado. Estes primeiros povoadores abriram picadas, roçados e ergueram as residências de meia-água⁴ junto à vegetação nativa. Tiveram a posse da terra e viviam da extração de madeira, da coleta da erva-mate, da pequena agricultura e da criação de porcos e algum gado bovino.

Abriam caminho para a vinda do “colono” migrante de descendência europeia para as terras que então foram batizadas de Porto Novo (Itapiranga) e Porto Feliz (Mondai), incentivados pela política pública de ocupação e demarcação territorial do governo brasileiro e da imposição do Brasil como Estado Nacional nas regiões de fronteira com os Estados vizinhos.

A sociedade que aos poucos se formou nesta região no início do século XX, então a nova fronteira agrícola possuía mais contato com o estado vizinho do Rio Grande do Sul do que com o litoral catarinense. No extremo oeste de Santa Catarina imigrantes e migrantes

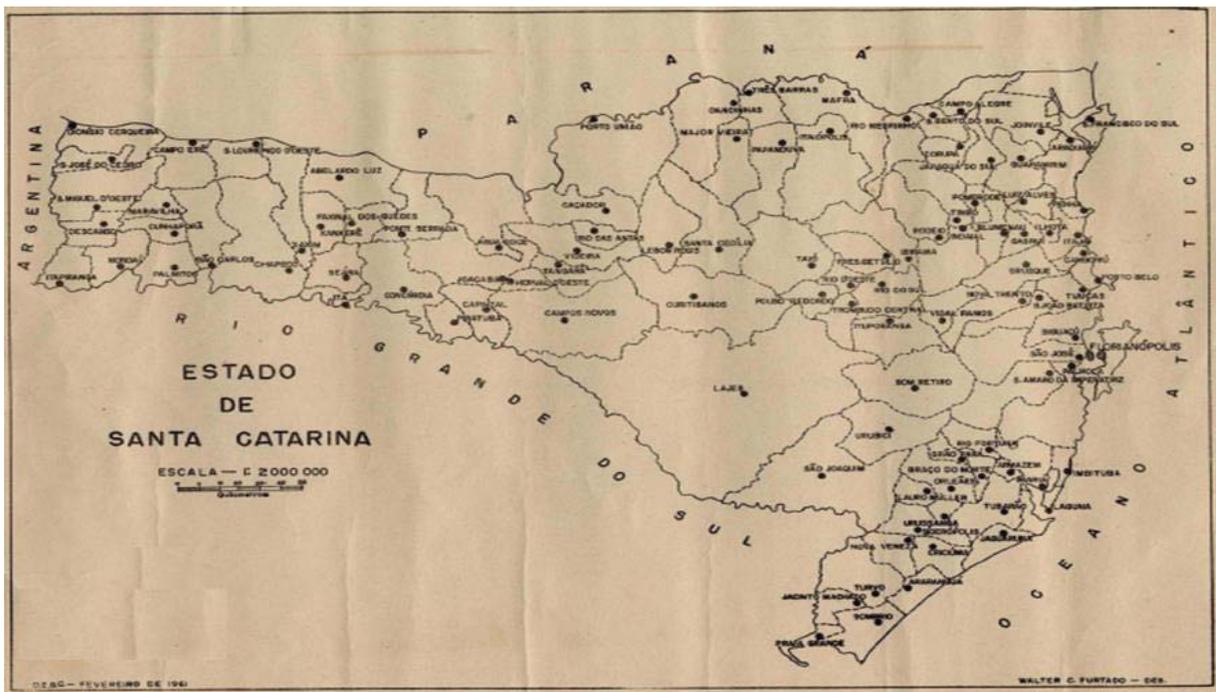
³ As raízes da economia do minifúndio provêm fundamentalmente por influência rio- grandense, ou melhor de algumas regiões minifundistas desse Estado, cujo excedente de mão-de- obra pressiona a migração para a busca de novas terras, reproduzindo um sistema específico de subsistência e de relacionamento com o mercado. O processo de desenvolvimento das atividades econômicas ligadas a pequena exploração agrícola, contém a necessidade da incorporação de novas terras para continuar a sua reprodução, que resulta de um intenso movimento migratório no sentido de forçar a expansão da fronteira agrícola. Assim a partir da década de 1930 a abertura da fronteira agrícola avança sobre o Oeste de Santa Catarina (MACHADO, 2012, p. 86).

⁴ Meia-água é uma edificação de madeira composta por um cômodo que servia de cozinha e quarto. Essas edificações da época levam esse nome devido ao estilo de sua construção, que consiste na metade de uma edificação básica comum. Seu telhado é de lado único inclinado e possuía de cobertura as folhas de palmeira, o popular coqueiro.

conviveram com os caboclos, adotaram características do seu estilo de vida e se adequaram às condições do ambiente ocupado.

Conforme pode ser observado na Figura 2, os municípios de Itapiranga e Mondai desmembrados originalmente de Chapecó, foram constituídos nas décadas de 1950. Esse processo de desmembramento territorial prosseguiu nas décadas seguintes originando outros municípios nos arredores de Itapiranga e Mondai (São João do Oeste, Iporã do Oeste, Tunápolis, Riqueza, Belmonte), que seguiram causando influência econômica microrregional no Extremo Oeste Catarinense. A expansão agrícola e fomento agropecuário associado ao processo de ocupação e partilha do solo formaram características produtivas e culturais preservadas e originárias de outras localidades, mas que contribuíram para caracterizar a região como produtora de proteína animal.

Figura 2: Mapa do Estado de Santa Catarina (1961)



Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina (SPG/SC). Fotografia: Fernando Joao da Silva.

O processo de ocupação das localidades que compreendem o atual espaço do oeste ocorreu na chamada terceira fase (as duas primeiras fases de ocupação originárias do sul ocorreram essencialmente nos territórios do atual Rio Grande do Sul) que compreende dos anos 1920 aos anos 1960, tem como principal característica a ocupação, das margens do rio Uruguai, no Extremo Oeste Catarinense, fundados inicialmente os povoados de São Carlos, Palmitos, Porto Feliz (Mondaí) e Porto Novo (Itapiranga), conforme representado na Figura 2. Não podemos ignorar a quarta fase migratória com destino de ocupação do Oeste do Paraná.

Os colonos tinham a tarefa de “dominar” a floresta milenar no interior do país e transformá-la em solo produtivo (KOELLN, 1980, p. 12).

Salientamos que esses fatores foram decisivos para formar o espaço do Extremo Oeste em um processo histórico de ocupação e construção do espaço diante do contexto da época. A dinâmica socioeconômica da região Extremo Oeste Catarinense estava diante do contexto do desenvolvimento macroeconômico brasileiro, voltado para a reocupação do sul, que em princípios do século passado era habitada por indígenas Kaingang, Xokleng e Guarani e caboclos ou lavradores nacionais, que não objetivavam, prioritariamente, promover atividades econômicas de mercado, mas produziam para sua subsistência e pouco para o mercado. As sucessivas levas populacionais passaram a adotar, ressignificar e construir práticas sociais e espaciais condizentes com o meio e desenvolveram o conhecimento sobre o funcionamento de seu ecossistema e a utilização de seus recursos (BRANDT, 2015, p. 304).

Um grande contingente humano de origem europeia migrou em direção ao sul do Brasil no século XIX e início do XX. Em Santa Catarina, “a constituição de novas atividades que fizessem frente ao grande latifúndio; o desenvolvimento da pequena propriedade através do trabalho familiar; as novas exigências de consumo nos centros urbanos” também fez parte do projeto de colonização (HEREDIA, 2001, p. 3).

1.2 Histórico de Porto Novo e Porto Feliz: a colonização

A dualidade campo/floresta da vegetação no planalto Sul do Brasil levou a diferentes formas de ocupação do espaço, resultando em diferentes paisagens. Assim, as áreas dominadas pela Floresta Ombrófila Mista às margens das propriedades pastoris em Santa Catarina surgiram como um espaço possível de ocupação, principalmente a partir do final da primeira metade do século XIX, quando as principais áreas de campos haviam sido apropriadas para a criação de gado, ocorrendo a necessidade de expansão da criação. Nesse contexto de ocupação, campos e florestas representavam não apenas paisagens distintas, mas também diferentes modos de vida e possibilidades de independência dos laços até então costurados com as fazendas das áreas de campos. “Ao se instalar nas novas terras, os ocupantes poderiam viver da criação de animais, da extração da erva-mate (*Ilex paraguariensis*) nas áreas onde ela existisse, da caça, da pesca e da agricultura de subsistência” (BRANDT, 2015, p. 304).

A construção da Estrada Férrea que ocorreu após 1909, ligando o estado de São Paulo ao estado do Rio Grande do Sul, desencadeou uma série de conflitos e atritos sociais pela posse da terra em Santa Catarina, observando que a ferrovia se localiza a mais de 200 km de distância das localidades de Mondai e Itapiranga. Em 1922, terras concedidas à empresa norte americana Brazil Railway Company, como compensação pela construção da ferrovia voltaram ao poder do Estado e foram repassadas a empresas colonizadoras. Neste sentido, a Empresa Chapecó-Peperi Ltda. em 1922, a iniciou a colonização do território compreendido entre o Rio das Antas e Rio Peperi-Guaçu, que compreendem ao recorte territorial de Porto Feliz e Porto Novo, além de propor a ocupação das áreas afastadas das margens do Rio Uruguai. Mas a ausência de estradas constituía em um desafio aos empreendimentos de colonização.

Considera-se como data da fundação de Porto Feliz o dia 20 de maio de 1922, que marca o início da colonização do extremo oeste de Santa Catarina. Utilizando-se de pequenos barcos, os representantes da Empresa colonizadora Chapecó-Peperi Ltda., chegaram às terras da nova colônia para determinar o local de sua sede. Saíram de Nonoai seguindo Rio Uruguai abaixo - que até o momento se caracterizava como uma das raras vias de passagem pelo imenso sertão extremo-oestino “acompanhado por agrimensores, carpinteiros, agricultores, capangas, comerciantes oriundos de Panambi, Carazinho, Nonoai e Palmeira das Missões” (JUNGBLUT, 2011, p. 64).

O processo de ocupar e determinar o local do vilarejo foi uma necessidade dos desbravadores sendo pontapé inicial de Porto Feliz “desde a desembocadura do Rio das Antas no Rio Uruguai até a foz do Ribeirão Laju e, seguindo pela margem do rio, em direção ao sul, até a foz do riacho que deságua no Rio Uruguai, diante da ilha do Pão de Açúcar” (JUNGBLUT, 2011, p. 65).

Para evitar futuras desavenças com alguns precursores que habitavam o local antes do processo de demarcação e ocupação formal dos territórios os líderes da companhia colonizadora entraram em entendimento com os moradores da localidade como ocorreu com Zeca Vacariano⁵ e seus capangas que:

⁵ Vacariano era dono de armazém e ex- empreiteiro de trechos da Ferrovia São Paulo Rio Grande, acusado de realizar o assalto ao trem pagador que resultou em várias mortes e uma prisão. Os valores que foram levados supostamente por Vacariano e seu bando significavam 15 % da arrecadação do Estado de Santa Catarina no período, dinheiro esse que era destinado ao pagamento dos demais empreiteiros e trabalhadores da ferrovia. Quanto a Zeca Vacariano e seu bando existem informações desconhecidas que dão conta que o mesmo fugiu para outro país ou que se instalaram, por alguns anos, na região às margens do rio Uruguai onde hoje é a cidade catarinense de Mondai, que em língua indígena, mondahy, significa rio de ladrões; e que na passagem da coluna

construísem as estradas dentro do perímetro da colônia. Como pagamento, receberia dois lotes de terra junto a sua moradia. Além de dominar os negócios com madeira na região, sobre Zeca Vacariano contavam-se muitas histórias, inclusive responsabilizando-o pelo assalto e morte do agente e pessoas encarregadas do trem pagador que trazia o dinheiro dos trabalhadores da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande. As primeiras madeiras serradas para construção vieram de Nonoai, transportadas até Porto Feliz pelo Rio Uruguai. Em Palmeira das Missões, fechou-se um contrato com o Engenheiro Webering, para medição e demarcação de 200 a 300 lotes coloniais ao redor da planejada sede. O Engenheiro também foi convidado a fazer parte da Empresa Colonizadora, sendo que possuía grande experiência em empreendimentos dessa escala, pois, havia trabalhando por longa data com o colonizador Dr. Frederico Westphalen, no município que leva seu nome, que na época era denominado de Barril (THOMÉ, 1983, p. 198).

Um grupo de construtores e operários imigrantes oriundos de Panambi- RS e arredores deram início as primeiras construções da nova colônia, mas a necessidade de alguém com experiência promoveu a vinda do agrimensor Ricardo Brüggemann que chegou a Porto Feliz com sua família, de Seberí- RS, até o rio da Várzea, de onde vieram de barco, trazendo consigo gêneros de primeira necessidade para os seis primeiros meses. “A chegada dessa família juntando-se aos carpinteiros que faziam as primeiras edificações deu um grande impulso à colonização de Porto Feliz” (KOELN, 1980, p. 39). Nesse contexto, a floresta representava um espaço marginal para a economia predominante, “mais um obstáculo do que uma riqueza” (LAGO, 1988, p. 264). A floresta, embora um obstáculo foi vista como uma riqueza pelos colonizadores, principalmente as madeiras de lei. Conforme Eunice Sueli Nodari “a região Oeste de Santa Catarina até o final do século XIX e início do século XX era coberta por duas formações florestais: a floresta estacional decidual (FED) e a floresta ombrófila mista (FOM) ou floresta da araucária” (2010, p. 138).

Embora as terras fossem muito férteis, por natureza, nos primeiros anos, não havia o que vender e quando havia, não tinha comércio e nem quem pudesse comprar, ainda nos anos 1920, foram criados os primeiros porcos para se produzir a banha, também sem preço e sem consumidores, havia a venda da madeira que era abundante com destino a região do Prata, mas em sequência ocorreu a inserção da cultura do tabaco. O tabaco foi introduzido via migrantes sul-rio-grandenses, nas décadas de 1930 e 1940, tendo a produção destinada ao estado sulino, período em que havia sido formada uma rede de comércio e escoamento.

De acordo com Koeln, além da madeira, os itens de subsistência foram de significativa importância aos colonos. Estes conciliaram a exploração da madeira com a abertura de

Prestes pela região todo o grupo bateu em retirada. Zeca Vacariano nunca foi preso pelo assalto ao trem pagador em Pinheiro Preto (THOMÉ, 1983, p. 199).

clareiras na mata para posterior implantação de lavouras, que necessitaram de comércio, de vias de comunicação com as estradas. Assim Koeln afirmou:

a primeira atividade econômica em Porto Novo e Porto Feliz associada à abertura de clareiras no sertão para o desenvolvimento de atividades de subsistência e instalações de habitação foi à extração da madeira, organizadas quando dentro da água em jangadas que para serem conduzidas rio Uruguai a abaixo em períodos de enchente, guiadas por remos, varas e mais tarde por lanchas a motor. A exploração de madeira foi o primeiro movimento econômico no vale do rio Uruguai, que quando da disponibilidade de “bois” para tração animal arrastando às torras por mais de quilometro, até a foz do rio onde eram elaboradas as jangadas, “balsas” (1980, p. 52).

A partir da década de 1960 se intensificam as atividades agrícolas, possibilitando o desenvolvimento das primeiras agroindústrias. Os municípios com a colonização mais antiga da região são Mondaí, Itapiranga e Dionísio Cerqueira, que na década de 1920, possuíam uma população considerável. Essa ocupação será caracterizada agricultura familiar. Após alguns anos de grande produtividade agrícola houve o esgotamento do solo e a produção agropecuária ficou limitada. Na visão de Aloisio Ruscheinski:

se inicialmente o mercado absorvia milho, feijão, e madeira, num segundo momento entra em ação o ciclo do milho-suíno para a venda da banha e, posteriormente o porco em pé e a soja. Há estabelecimentos agrícolas que permanecem na comercialização direta daquilo que colhem. As condições de recriação da pequena propriedade mercantil se devem ao crescimento da absorção de gêneros alimentícios em nível nacional, estes por sua vez oriundos da policultura praticada pela economia colonial. A análise do processo de efetiva colonização do Oeste de Santa Catarina permite afirmar que a economia agrícola ali implantada se configura subordinada ao capital comercial, o que por sua vez é fonte de implicações políticas e ideológicas (1996, p. 167).

Portanto essa foi a forma de reocupação do espaço e de solidificação da economia das famílias migrantes, que se estruturaram diante daquilo que a natureza oferecia e das possibilidades de fazer um meio de vida com aquilo que era produzido, e destinado ao comércio. Conforme Paulinho Eidt:

Porto Novo, atuais municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis, e Porto Feliz, hoje municípios de Mondaí, Iporã do Oeste e Riqueza, situados no extremo oeste de Santa Catarina, foram “pacotes fechados”. O primeiro, para alemães católicos, o segundo, para alemães evangélicos. Os demais municípios da região oeste tiveram colonização mista, muito embora, dentro das mesmas fronteiras, as etnias segregassem-se em frações de poloneses, italianos ou alemães (1999, p. 57).

Pode ser observado na escrita de Eidt que os lugares bases das colônias de migrantes foram pensados na forma de isolamento de grupos étnicos e religiosos, mesmo que foram colonizados por empresas diferentes, como em Itapiranga que houve a atuação da

Volkverein⁶ e ainda no Projeto Porto Novo, a segregação racial e confessional estava contida nas cláusulas contratuais da compra de terras: “O comprador, quer solteiro ou casado, compromete-se a entrar como sócio na Comunidade Católica de Porto Novo, logo que fixe residência em suas terras” (EIDT, 1999, p. 58).

1.3 Agricultura familiar

Durante o processo de povoamento, “as sucessivas levas populacionais passaram a adotar, ressignificar e construir práticas sociais e espaciais condizentes com o meio e desenvolveram o conhecimento sobre o funcionamento de seu ecossistema e a utilização de seus recursos” (BRANDT, 2015, p. 304). Esse conjunto de práticas sociais e espaciais deu origem ao sistema de uso da terra. As pequenas propriedades foram de fundamental importância para formar a base e desenvolver o capitalismo no campo (ALBA, 2001, p. 306). A classificação de uma unidade de produção agrícola familiar tem como principal critério a composição da força de trabalho, em sua maior parte, a mão-de-obra para as atividades produtivas provém da família que gerencia o estabelecimento.

Neste aspecto, Ricardo Abramovay ressalta a diferença entre familiar e pequeno, quando afirma:

[...] o que os exemplos dos Estados Unidos, do Canadá, da Europa, em suma, de todos os países capitalistas centrais, mas também de boa parte do Sul do Brasil e de São Paulo mostram é que familiar não é necessariamente sinônimo de precário: a existência de unidades produtivas contando majoritariamente com o trabalho da família, mas que são “grandes” quanto a seu volume e valor da produção é a regra do Hemisfério Norte (1992, p. 142).

A produção estabelecida na região em estudo caracterizou-se pela predominância da agricultura familiar como organizadora do processo de produção e do trabalho. Esse sistema aparece “combinado tanto com a propriedade quanto com a posse, de maneira perene ou temporária” (ALMEIDA, 2004, p. 12), “envolvendo variadas atividades produtivas, como o extrativismo, a agricultura e atividades de criação de animais” (BRANDT, 2015, p. 303). De acordo com Amantino Rigo⁷ em testemunho oral: “a gente criava e produzia tudo àquilo que

⁶ Sociedade União Popular, denominada em alemão de *Volkverein*, instituição que coordenou a implantação de outras colônias alemãs no Rio Grande do Sul, vinculado aos Padres Jesuítas, com o objetivo de implantar no extremo oeste de Santa Catarina uma nova fronteira agrícola e social.

⁷ Herculino Rigo, natural de Concórdia, firmou residência em Mondai na década de 1960. Residente na comunidade de Linha Consoladora, atual município de Riqueza-SC. Agricultor e ex-criador de porcos e aves.

era possível em casa para alimentar os animais e a família, sendo que nos tínhamos nove filhos e eles precisavam trabalhar” (out. 2017).

Neste sentido fica claro que a expansão da fronteira agrícola e mesmo das atividades agropecuárias, no extremo oeste de Santa Catarina, aconteceu com o trabalho familiar, e em grande parte devido à oferta de mão-de-obra disponível na conjuntura familiar dos agricultores.

A agricultura familiar é caracterizada por um conjunto de pessoas que possuem relações de parentesco que vivem e trabalham no campo distribuídos em todo o território nacional, possuidoras de pequenos módulos rurais, mas que é grande produtora de riquezas primárias para abastecer a agroindústria local e regional onde esta estabelecida, suas atividades possibilitam grande oferta de alimentos que compõe a alimentação dos bilhões de humanos dentro da conjuntura mundial, pois ela não produz apenas para seu local, mas a sua produção esta voltada ao mercado além de fornecer mão-de-obra, para os centros urbanos. De acordo com Juarez Miguel Codagnoni que interpreta os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobre o número de brasileiros residentes no campo entre as décadas de 1960 e 1990: “no recenseamento geral de 1960, a população rural brasileira representava 55,1% da população do Brasil, em 1991, a população rural brasileira representava 23% da população brasileira” (1996, p. 23). Maria de Nazareth Baudel Wanderley observa o agricultor do seguinte modo:

o agricultor familiar é um ator social da agricultura moderna” e trata-se da reprodução pura e simples de um campesinato “tradicional” com sua forma específica de funcionamento e de reprodução ou da emergência de um novo “personagem” na atividade agrícola e no meio rural, capaz de responder às exigências da sociedade e do mercado modernos (1996, p. 43).

Ela, a Agricultura Familiar, foi transformada em local de estruturas técnicas para diminuir o uso de trabalhadores e aumentar a produção. É um sistema socioeconômico com características próprias e bem definidas. Wanderley descreve o processo de transformação do campesinato:

não pode ser entendido como a passagem de uma situação de isolamento social e de exclusão do mercado, para outra de integração econômica e social no conjunto da sociedade. O campesinato pode ser visto de uma maneira mais restrita, como uma forma social particular de organização da produção. Agricultura camponesa, cuja base é dada pela unidade de produção gerida pela família. O camponês tradicional não tem propriamente uma profissão; é o seu modo de vida que articula as múltiplas dimensões de suas atividades. A modernização o transforma num agricultor (1996, p. 45).

O jeito de produzir é modificado, mas quem produz consegue manter a sua essência que é o “agricultor familiar portador de uma tradição” (LAMARCHE, 1993, p. 140). A expansão das fronteiras agrícolas deflagraram alguns elementos essenciais para caracterizar a região e a agricultura familiar, amparada primordialmente no extrativismo da madeira, erva-mate e a criação de gado bovino extensivo. O sistema de colonizar, produzir e reproduzir o modo de vida do colono e de sua família marcou o oeste de Santa Catarina e o diferenciou do mundo urbano e industrial.

As atividades produtivas do meio rural sofreram mudanças, até os anos 1960 tinham por base os grãos e animais (feijão, trigo, milho e suíno vivo destinado para banha) tabaco e gado bovino. “Esses mesmos agricultores devem adaptar-se às condições modernas da produção agrícola e da vida social”, “o processo de modernização das condições de produção agrícola não está concluído nem se disseminou de forma homogênea por todo o território nacional” (VANDERLEY, 1996, p. 55). A agricultura de ponta tem avançado, ampliado e destina a produção para atender as políticas de produção e os aspectos agroexportadores. Em contrapartida está esbarrando nas divisas da agricultura familiar, de subsistência e camponesa que possuem acesso mais restrito as tecnologias para elevar a produção, bem como estas mantem as suas essências produtivas em vigor.

1.4 Origem do porco, as raças de porcos comuns e raças estrangeiras

A origem de todos os porcos que conhecemos está associada a três espécies de javalis⁸, o *Sus scrofa scrofa*, originária da Europa e do norte da África, o *Sus scrofa Vittatus*, originária da Indonésia, Japão e China; *Sus scrofa Cristatus*, originária da Índia. Elas foram difundidas no velho mundo e através de cruzamentos genéticos chegamos aos animais que foram domesticados e criados no oeste de Santa Catarina. Sua disseminação pelo mundo ocorreu com os processos de migração humana. As pinturas rupestres encontrados nas grutas de Altamira, na Espanha e reproduzidas no Museu Nacional Alemão (Deutsches Museum) de Munique, mostram que o “javali já era conhecido na Europa há 15.000 anos, enquanto tem-se encontrado fósseis que identificam o (*Sus scrofa* Linnaeus) revelando que há 48 milhões de anos, mamíferos onívoros habitavam as florestas e pântanos desta região” (FONSECA, 1996, p. 30).

⁸ A palavra "javali" vem do árabe djabali ou hinzir-djabal, que significa "porco montanhês" ou "porco do mato".

Na Europa, a domesticação dos porcos iniciou no Período Neolítico, no último período da Idade da Pedra, quando a agricultura e a criação de animais tornaram-se práticas conhecidas ao homem. Os porcos serviram o homem antes que o gado bovino, mas depois que as ovelhas e cabras. “A China é o maior produtor mundial de suínos, com aproximadamente 500 milhões de cabeças, o que corresponde a mais de 50% do rebanho mundial” (ANUÁRIO BRASILEIRO DE AVES E SUÍNOS, 2008, p. 31).

O historiador grego Heródoto (484-425 a. C.) afirma que “os egípcios consideravam o porco um animal "impuro", uma vez que se alimentava de dejetos e excrementos”, (SOUZA, 2006, p. 44). Conforme Carlos Fonseca e Fernando Correia o porco:

é um animal omnívoro, com preferência por matéria vegetal como raízes, frutos, bolotas, castanhas e sementes. Também invadem terras cultivadas, especialmente campos de batata e milho. Os porcos também incluem animais em sua dieta, como caracóis, minhocas, insetos, ovos de aves e até pequenos mamíferos. Também consomem animais mortos (2008, p. 168).

Foram com as narrativas bíblicas que os mitos em torno dos porcos passaram a ser difundidos, contribuindo para piorar a péssima reputação dos animais, no Oriente, sendo até os dias atuais o consumo da carne deste animal proibida religiosamente, devido os porcos em seu princípio sofrer com tênia, triquinose e outros parasitas. Moisés estabeleceu medidas de higiene para o povo, evitando verminoses e doenças transmitidas através da carne suína mal-cozida.

Os porcos chegaram ao Brasil a partir de 1532, trazidos por Martim Afonso de Souza. Provenientes de raças derivadas dos javalis europeus do tipo ibérico e asiáticos, sobretudo da Índia, logo se adaptaram ao clima tropical e permitiram aos criadores o desenvolvimento de raças próprias. Até a metade do século XX, “a suinocultura brasileira estava baseada em sistemas extensivos, utilizando raças nacionais, caracterizadas pela rusticidade, facilidade de adaptação e grande resistência às doenças” (BONETI E MONTICELLI, 1998, p. 43).

Em pesquisa de campo identificou-se no conhecimento de senso comum dos agricultores criadores de porcos anteriormente e nos anos de 1980, que em sua grande maioria estes têm uma visão equivocada do que seriam os porcos do mato. Todos denominam de javalis os porcos silvestres nativos do Sul do Brasil. Dificilmente criavam animais de origem silvestre como os catetos e as queixadas, como afirma o entrevistado Jacó Alles⁹: “os catetos eram os animais silvestres e não tinham mistura, mas os javalis são os porcos do mato

⁹ Jacó Alles, agricultor natural de Itapiranga e criador de porcos integrado no sistema UPL. Residente na comunidade de Linha Chapéu, Itapiranga- SC.

cruzados com os porcos pretos, eram feitas armadilhas no meio do mato para a atração dos animais soltos para abater e comer a carne, mas não para criar” (out. 2017).

Diferente do que afirmou o entrevistado, os javalis não são nativos da América, mas do continente europeu. Aqui no Sul do Brasil, tínhamos os porcos nativos denominados de catetos (*Pecari tajacu* Linnaeus)¹⁰ que são encontrados em todo o continente americano e o queixada (*Tayassu pecari* Link)¹¹, ambos silvestres. A queixada possui ampla distribuição geográfica, do México, até a Argentina. Aos criadores pouco interessava os animais silvestres, capturados na selva. Rigo afirma que: “as mangueiras eram estruturas de coqueiro construídas no mato até que os porcos não pudessem pular fora, quando atraídos com a seiva de milho, a mangueira se trancava sozinha”, e ainda “eles pegavam os porco do mato, para misturar com os outros porcos, um “macho”, uma “leitoa” que pegasse para “cruzar geneticamente” com, o porco comum” (out. 2017). Mas criar esses animais silvestres em cativeiro em estruturas adaptadas para porcos domesticados não ocorria porque a intenção era a obtenção de animais com menor teor de gordura, isso justifica o cruzamento entre as raças. A afirmação “eles” era designada às pessoas de sua comunidade onde esta prática era comum e está associada aos “colonos”, pois eram animais que proporcionaram mais carne que a banha, daí o consumo desses animais.

Os porcos domésticos não são animais originários da fauna brasileira nativa. As raças suínas crioulas brasileiras foram formadas a partir de animais descendentes daqueles introduzidos no século XVI, durante o Período Colonial. A Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia identificou e catalogou essas raças, embora muitas delas tenham sido extintas e substituídas pelo "bom desempenho" das raças estrangeiras. Lucimar Pereira Bonett e Cicero Juliano Monticelli citam algumas raças:

¹⁰ O caititu (nome científico: *Pecari tajacu* Linnaeus) também conhecido cateto, tateto, pecari, porco-do-mato é um mamífero artiodáctilo, da família *Tayassuidae* e gênero *Pecari*. "Caititu", "caitatu", "taititu", "cateto" e "tateto" são provenientes do termo tupi kaiti'tu. O caititu é chamado de porco-do-mato devido à sua aparente semelhança com os javalis. Dentre as três espécies de pecaris existentes, os caititus são os de menor porte. Os hábitos alimentares são a base de são frutos, folhas, raízes e tubérculos, mas possa, eventualmente, consumir larvas, insetos, anfíbios, répteis, entre outros, como fonte de proteína. Não habitam áreas de altitudes elevadas (NOGUEIRA FILHO, 1999, p. 89).

¹¹ O (a) queixada (nome científico: *Tayassu pecari* Link), também chamado de queixada-ruiva, tajaçu, tajaçu, porco-do-mato, pecari, é uma mamífero artiodáctilo da família *Tayassuidae* e gênero *Tayassu*. Queixada refere-se ao seu costume de bater fortemente o queixo, quando "sabucu" vêm do tupi sawa'cu. *Tayassu*, "tajaçu", "tajaçu" e "tanhaçu" vêm do tupi tai wa'su, "dente grande". Porco deriva do termo latino *porcu*. Vive em bandos de até trezentos indivíduos. São animais agressivos se acuados e, quando um deles está ferido, é normal todo o bando voltar-se para defendê-lo. Alimenta-se de frutas, sementes, brotos, raízes e folhas, e também de pequenos invertebrados (FERREIRA, 1986, p. 1539).

Canastrão, Zabumba, Canastra, Nilo, Nilo Canastra, Cabano, Vermelho, Meia Perna, Mexabomba, Tatu, Canastrinho, Macau, Perna Curta, Baé, Caruncho, Piau Pequeno, Caruncho Vermelho, Tatu Canastra, Pirapetinga, Junqueira, Pereira, Tatuí, Sorocaba, Piau de São Carlos, Piau de Uberaba, Piau Carioca, Canastrão Preto, Caruncho Malhado, Carunchinho Pintado, Simetral, Moura e Casco de Burro (1997, p. 188).

Criar e trocar animais também foi uma prática corriqueira entre os caboclos sul-americanos, contribuindo para disseminar e originar novas espécies. Esse processo foi utilizado com animais e plantas. Conforme Brandt:

A criação de suínos, embora comumente associada à colonização e à figura do colono de origem italiana e alemã que migrou pra o Oeste catarinense a partir da década de 1920, remete pelo menos ao século XIX, sendo um elemento comum na paisagem das florestas. A presença desses animais e a importância para o consumo humano pode ser constatada no Sul do Brasil, inicialmente na região litorânea e posteriormente no planalto, acompanhando a formação das primeiras fazendas de criação de gado nos campos, a partir do século XVIII. Porcos que acompanharam o povoamento das áreas de florestas nos interstícios das grandes fazendas das áreas de campo, deslocando-se a partir delas para o Oeste catarinense e Sudoeste paranaense a partir do século XIX (2015, p. 309).

A presença e a utilização desses animais inicialmente esteve ligado à oferta de alimentos naturais como as raízes, sementes e frutos caídos, substituídos posteriormente pelo milho e a mandioca.

1.5 O modo de criar: porcos soltos, de safra, de mangueira, de corda

A criação de porcos é e foi uma atividade vinculada diretamente a história do desenvolvimento da agricultura no Brasil. No início esse processo foi conduzido de modo simples, sem observar as técnicas de criação, instalações e raças melhoradas.

O conjunto de práticas socioeconômicas adotadas primeiramente por caboclos traz menção ao uso da terra denominada de “roça cabocla” (QUEIROZ, 1981, p. 323), que foram os precursores da indução da criação de porcos destinados à subsistência, prática esta adotada pelos migrantes das demais etnias que ocuparam a região. Conforme Elizandra Forneck, apesar das famílias migrantes sobreviverem da agricultura de subsistência, a criação de suínos sempre foi uma fonte de proteína fundamental e também um dos poucos excedentes comercializáveis (2015, p. 251).

Ao realizarmos um inventário dos modos de criar ainda no início do século XX, precisamos considerar o que Arlene Anélia Renk (2006, p. 107), definiu: o uso da terra a partir da adoção de “uma prática costumeira de dividir as terras, em terras de plantar e terras de criar”. As áreas destinadas para a lavoura, as “terras de plantar”, com origem da coivara, desenvolvida em áreas de abundância territorial, estavam pré- estabelecidas para o cultivo de

milho, “o centro da lavoura, consorciado ao feijão e por vezes a abóbora e a melancia”. A ausência de contingentes humanos expressivos associada a fartura de terras possibilitaram a ocupação extrativista dos campos com a criação de porcos.

dominava nos campos uma economia de caráter pastoril, com baixa ocupação demográfica, em que a ação humana na paisagem se fazia perceber nas áreas de campos, principalmente pela presença de rebanhos, enquanto nas áreas de capões ou de transição com a floresta encontravam-se lavouras e queimadas para a abertura de novos sítios de pastagem (BRANDT, 2015, p. 304)

Para Mauricio Vinhas de Queiroz “por toda a parte o que tirou por vezes muitas famílias da maior pobreza, foi à criação de porcos- do- mato” (1981, p. 36, 37). As áreas destinadas à criação a “solta” também denominadas de “terras de criar” eram compostas por grandes extensões de terras nas propriedades, nas chamadas mangueiras ou currais. As áreas de lavoura eram protegidas dos animais soltos e somente em períodos safra madura é que os animais teriam acesso aos vegetais para o consumo.

Outras formas de ocupação extensiva são a criação de gado, suíno e a extração de madeira. O rebanho suíno teve sua importância, devido à engorda da manada na safra do pinhão e também pelo sistema dos safristas, mais típico na divisa dos estados de Santa Catarina e Paraná. De um modo primitivo ocorria a criação de porcos soltos no mato. Roberto Lobato Corrêa define o “porco alçado” sendo uma atividade que necessitava de grandes áreas, uma cabeça para cinco hectares de mato, e quatro cabeças por hectare de milho no sistema safra, sendo possível em áreas de baixa intensidade demográfica” (1997, p. 248), “onde a presença humana era identificada apenas pela existência de um estreito carreiro, sua casa, os animais e as áreas de roça e capoeira dispersas” (BRANDT, 2015, p. 305), que era alimentado com aquilo que a vegetação oferecia, onde os animais recebiam apenas o sal, e quando atingiam o tamanho ideal para a engorda, em torno de 70 quilos vivo eram vendidos aos safristas”. “O safrista, com seus familiares ou com pessoal contratado, abria uma clareira na mata de 10, 25, 50 ou mais hectares para plantar milho, a partir de agosto, onde em meados do ano seguinte seriam soltos os porcos, para engorda” (CORRÊA, 1997, p. 247).

Os safristas eram aqueles empreendedores que mandavam derrubar grande quantidade de mata, plantavam milho, na época da maturação do produto reuniam uma manada e quando findava o milho como alimento recolhiam os porcos para venda. No ano seguinte, repetiam o processo. Essa forma vingou, sobretudo, nos municípios ao longo da divisa com o Paraná. Os safristas que adquiriam porcos magros junto aos seus vizinhos para engordar, depois os transportavam a pé pelas picadas, de onde os comercializavam em diversas cidades,

principalmente em “União da Vitória, Guarapuava, Ponta Grossa e Jaguariaíva, no Paraná e Joaçaba em Santa Catarina” (CORRÊA, 1997, p. 247, 248).

Surgido a partir de contradições econômicas e sociais, o tropeirismo foi uma atividade socioeconômica importante e relacionada à criação de porcos, ou seja:

O tropeiro propriamente dito era o dono do negócio, dos animais que ele punha em marcha com os seus camaradas. Podia não ser o único dono, mas tinha algum capital empregado nesta atividade, alguma participação, como, por exemplo, comandar a transação e a viagem. Por isso, chefiava, decidia (TRINDADE, 1992, p. 38).

Os tropeiros de porcos podiam ser pessoas humildes que conduziam os animais a pé e descalços. Os precursores desta atividade eram descendentes de índios e negros enquanto as demais formas de tropear ficavam mais restritas aos homens brancos. Faziam parte deste circuito, os criadores de porcos, safristas, compradores de porcos, os tropeiros ou porcadeiros e os frigoríficos (FRAGA, 2017, p. 78). Denomina-se safra, na região, o processo de engorda do porco solto na mata ou no meio de uma lavoura de milho. Conforme Lima:

as safras resultaram enormes áreas de desmatamentos para o plantio de lavouras, sobretudo do milho para a engorda dos porcos, praticados em grande parte em terras devolutas, que implicavam, inclusive, na derrubada de pinheiros e de outras madeiras de lei que acabavam calcinadas pelo fogo. Quando exaurida a fertilidade do solo pela frequência das roçadas e queimadas das capoeiras e pisoteio da porcada, nova área de mata virgem era aberta, para descanso da primeira assim sucessivamente, alargando-se dessa maneira os desmatamentos. Restavam nas tiguerras os grandes troncos de imbuia, que seriam aproveitadas mais tarde já no ciclo da madeira por serrarias que por ali se instalavam. (2014, p. 05)

O safrista, graças ao seu capital disponível, adquiria porcos magros de seu vizinho e os juntava para engordar. “Por fim, no final da engorda, transportavam-se a pé, pelas picadas na mata, os enxotando” (BONETI, 1998, p. 103). Ainda, um testemunho oral afirma que:

tinha um vizinho que engordava mais ou menos 100 porcos “comuns” cada vez, e levava para Concordia, no frigorífico a “pé” um ia na frente chamando os bichos, e jogando milho no chão, e os porcos iam até lá, caminhando. De lá onde ele partiu pra levar esses porcos, tinha 14 quilômetros (RIGO, 2017).

De acordo com Delmir José Valentini a “preparação da vara de porcos para a venda começava com a caçada dos animais ‘xucros’ ou ‘baguás’, o que demandava de cães adestrados ou cachorro porqueiro, e uma boa mangueira de xaxim ou taipa, para onde os animais caçados eram recolhidos” (2006, p. 46). Esse transporte era feito no sistema de tropeadas, onde cada tropeiro era responsável por grupos de cerca de cem porcos (FRAGA, 2011, p. 79).

Figura 3: Safrista Paulo Moura e sua “tropa” de porcos



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura de Francisco Beltrão- PR.

A Figura 3 identifica a atividade do tropeirismo de porcos, trabalho corriqueiro da primeira metade do século XX, que visava conduzir os animais gordos para os locais de abate e comércio. A Figura 3 mostra que os animais conduzidos eram porcos pretos tipo banha. A tarefa de conduzir porcos a pé exigia certa habilidade dos tropeiros para não ocorrer o extravio de parte dos animais, necessitando de vários homens na condução da tropa.

Na sequência, após esses procedimentos de criar, e com o aumento populacional na região, essa modalidade foi sendo substituída por locais onde os animais ficavam fechados como nos curais citados, e em chiqueiros rudimentares, construídos em estruturas de madeira com a finalidade da engorda, voltada para a obtenção da banha, que estava relacionado à expansão do mercado consumidor.

Conforme Garibaldi da Silva¹², as “mangueiras” eram a base estrutural da criação dos porcos comuns:

na época comecei criando porcos em mangueira, se fazia a chamada cerca enchida que eram com “varas” brutas, e daí se fazia aquela mangueira e ali se tinha esses suínos, no chão e no tempo, nos primeiros anos de criação do porco comum esse era o sistema. Era pratica comum fazer a mangueira de varas porque não tinha serrarias, mas muitos agricultores quando iniciavam a criação optavam em por esse animal na sogá, e ele se amansavam perfeitamente na corda (out. 2017).

¹² Ciro Garibaldi da Silva, agricultor e criador de suínos independente. Residente na comunidade de Linha Flor da Serra, Riqueza- SC, município originário do território desmembrado do município de Mondai-SC.

Criar os porcos de modo solto era uma forma muito tradicional e rudimentar de criar e conduzir o porco comum, mas ainda havia um manejo um tanto diferente com o chamado porco na “soga” ou corda, principalmente uma porca, que daria o início a criação. Em seu testemunho Rigo lembrou: “os nossos porco que nos tinha não era um porco delicado era um porco que vivia no barro, os bichos de raça não se adaptam” (out. 2017). O porco na sogá é uma prática também obsoleta e rudimentar que foi desenvolvida de modo que o pequeno agricultor descapitalizado poderia iniciar a criação de porcos sem ter estrutura nenhuma, ou seja, amarrava uma corda no pescoço do animal e a partir dali, passa então “soguear” o porco, ou seja, mudava o animal de lugar para o mesmo se alimentar ou para protegê-lo. Ainda conforme Rigo, nos primeiros tempos a forma de criar era um tanto rústica, mas era o modo convencional possível diante das circunstâncias em que estavam submetidos os “colonos” e mesmo os animais:

as porcas, se não tinha chiqueiro ela criava na capoeira, no mato, ela mesma se fazia o ninho, e criava, ninguém ia lá, então é desde o tempo que eu era criança, junto com meu pai, nos criávamos os porcos soltos, tinha uma mangueira aonde os porcos eram todos soltos, então as porcas estavam lá pro mato, lá pro capim, e tinham os leitões, quando os leitões tinham dois, três dias, a porca vinha com eles pra casa, assim que funcionava (out. 2017).

Quando observamos a dieta alimentar desses animais soltos nas mangueiras podemos afirmar que era variada, rudimentar, mas disponível na propriedade, não havendo a necessidade de buscar alimentos no comércio uma vez que este também era escasso. Buscava-se alimento no vizinho mais próximo, quando em falta, mas, sem ocorrer à compra e sim “emprestado”, pois quando chegava à safra este era devolvido, quando era milho, mandioca ou abóbora. O pasto era abundante e não havia a necessidade de devolução. Assim Corrêa destaca sobre o “emprestado”:

essa atividade primitiva, geradora de uma vida de relações modestas e em parte baseada na troca, atualmente, além de ser de pequena expressão, é praticada em áreas que não foram densamente ocupadas ou em áreas de difícil acesso, sem ter, porém, um caráter de atividade principal (1997, p. 248).

Alles, outro entrevistado, afirma que:

no começo não comprava nada, quando se começou a comprar não tinha o concentrado pronto, comprava a farinha de osso, de carne, mas bem no começo era tudo próprio, guardava milho em espiga, plantava soja e guardava, mas para engordar era praticamente com lavagem (out. 2017).

Entre os criadores o uso do termo “trato” é comum para descrever os alimentos fornecidos aos animais. Rigo descreve, “o trato era maioria milho em espiga, mandioca e pasto verde, o pasto ele ia se achar na mangueira, mas o milho era jogado dentro da

mangueira eles se viravam” (out. 2017). Um detalhe importante que podemos usar como dado coletado em pesquisa de campo diante de produtores e ex- produtores é que o número de animais reprodutores por propriedade era, em média de cinco criadeiras, e um macho, manejados conforme os alimentos disponíveis na propriedade.

Em raros casos os agricultores que dispunham de maiores áreas agricultáveis e mão-de-obra tinham até um limite de doze fêmeas, e realizavam a venda de pequenos lotes. Alles resume bem o que seria um lote de porcos comuns: “um lote, era 10 a 20 porcos porque vendia a cada um ou dois meses, porque todos se viravam com o trato, só comprava sal” (out. 2017). Em relação ao número de animais entre os pequenos agricultores quem possuía mais que cinco criadeiras era considerado um grande produtor, os denominados “colonos fortes”, conforme Ellen Fensterseifer Wortmann, agricultor estabelecido e com atividades de renda, na lavoura habitando em comunidades que possuíam infraestrutura (1995, p. 168).

Outro ponto de consenso entre os criadores estava nos detalhes físicos dos animais selecionados para a reprodução e reposição de fêmeas e substituição de machos, sendo uma pratica comum entre os agricultores a aquisição de um porco macho com o vizinho através da troca de animais, para se evitar incestuosidade e deformidade. As fêmeas eram resultado da seleção na propriedade e de observação da porca “criadeira velha”. Assim Garibaldi da Silva descreveu o processo de seleção dos animais:

naquele tempo, escolhia as fêmeas mais “compridas”, cuidava o número de tetas boas e o reprodutor nos trocava com a vizinhança, íamos ao vizinho e escolhíamos o melhor leitão de uma ninhada e dai nos fazia um intercambio, nos colaborávamos uns com os outros (out. 2017).

É claro que entre as atividades desenvolvidas na região ainda podemos incluir o tabaco e gêneros alimentícios. Entre os alimentos fornecidos aos porcos estava o pasto verde (alfafa, capim elefante, serralha, ervilhaca ou avica, aveia, cana-de-milho, cana-de-açúcar), mandioca, batata, inhame enfim, tudo o que poderia ser colhido na roça. Segundo Hélio Zimermmann¹³:

o inhame era um alimento em abundância principalmente em cursos d água, mas para ser servido aos animais precisava ser cozido para diminuir a acidez, sendo mais consumido pelos porcos da engorda” “a batata e a mandioca como se diz por ai pode ser dada a vontade aos bichos grandes desde que não esteja quente do sol (jan. 2018).

¹³ Hélio Zimermmann é agricultor e ex-criador de suínos independente na comunidade de Linha Sabiá, Mondai- SC. Atualmente a propriedade produz suínos na modalidade integrada.

Figura 4: Família Zacchi alimentando os porcos



Fonte: Arquivo pessoal de Clademir Jorge Zacchi.

A Figura 4, de 1957, torna claro o ambiente de criar porcos soltos em currais e contrasta a o manejo de porcos com processo de modernização da criação implantado na região após a segunda metade do século XX. Criar em currais era uma técnica barata e eficaz para o período que não levava em conta a preocupação com os fatores ambientais e bem estar animal. Os animais recebiam os alimentos neste ambiente depositados em cochos de madeira ou jogados no solo.

Ainda de acordo com Kappes¹⁴ a lavagem era resultado dos seguintes ingredientes:

lavagem era reunir em um recipiente água, mandioca, a abóbora, e depois acrescentado a quirela, feijão ou soja torada para fazer a compostagem completa, para fazer um caldo, isso tudo era cozinhado, fervido, e depois era acrescentado sal comum, e isso era feito a cada dois dias, dependendo do número de animais e do tamanho do panelão ou do tacho, e esse alimento era dado aos animais da engorda (2017).

Em relação aos alimentos destinados aos animais o agricultor não observava empecilhos para o fornecimento de alimentos alternativos.

A mangueira era por si o curral, um ambiente extenso a céu aberto onde ficavam os porcos soltos e os mesmos poderiam se alimentar dos mais variados alimentos disponíveis no ambiente, além dos alimentos disponibilizados pelo criador, enquanto que esses animais eram

¹⁴ Lauro Kappes é agricultor, ex-criador independente e criador integrado. Residente na Linha Catres, Mondai- SC.

impedidos de sair deste ambiente porque eram utilizadas pedras e arrames farpados, além dos galhos e troncos de árvores para fazer a cerca. Assim Alles descreve:

os currais eram construídos de “taipa de pedra” os currais, tinham os lugares de trato, e quando iriam para a engorda eram colocados em estruturas de madeiras, mas o curral tinha tamanho variável com uma extensão de até dois três hectares, isso era uma desorganização, era muito difícil e nos locais cercados, a atração dos animais ocorria com milho. (out. 2017).

Quando uma população humana ocupa e se estabelece no meio rural, após sua caminhada migratória esta também se modifica diante de suas condições o modo de criar os porcos comuns de uma estrutura totalmente a céu aberto para uma estrutura essencialmente de madeira e chão batido para a fase final de engorda desses animais. Rigo descreve as suas vivências de um chiqueiro típico para criar porcos logo depois de sua chegada a região de Mondai: “quando chegamos aqui, não estava muito bom, ai começamos criar porco, depois fizemos um chiqueiro de lascão, tudo de “costaneira” coberto com tabuinha feito tudo a muque” (out. 2017).

A expressão “costaneira” refere-se às tábuas laterais da madeira quando é realizado o processo de serragem das torras. Com duas faces distintas, uma plana e a outra curvada, enquanto o termo “a muque” está se referindo ao trabalho desenvolvido de forma braçal.

De acordo com Irineu Rutkoski¹⁵, “o modo de criar antes da modernização nas propriedades era tudo manual, não havia orientação, não havia leis e modos considerados corretos para criar” (jan. 2018). O uso de madeira para a construção de galpões, paióis e pocilgas para os agricultores era facilitado devido a sua oferta nas próprias “terras” e aliadas a alta fertilidade do solo, o que permitia a estes então obtivessem grande produção agropecuária a baixos custos, devido serem atividades até então predatória que exigiam mão-de-obra.

¹⁵ Irineu Rutkoski, agricultor e ex-criador de suínos independente. Residente na comunidade Consoladora, Riqueza-SC.

Figura 5: Chiqueiro típico dos colonos nos anos de 1960 em diante



Fonte: Acervo Clademir Trentini.

1.6 A venda do suíno para as empresas e cooperativas

A introdução de pequenas agroindústrias no extremo oeste catarinense surge da necessidade da implantação de pequenos abatedouros que se originaram da formação e da idealização de numerosos pequenos agricultores em aumentar a sua produção de animais destinados para o abate, sendo que havia a disputa por essa matéria prima, com os abatedouros instalados nas cidades de Chapecó, Concórdia, Seara e Joaçaba ainda antes dos anos 1980. O contexto em que foi promovida a introdução da agroindústria que substituiu os pequenos abatedouros no Brasil se deu após os anos 1950, com o Estado como fomentador. Devemos analisar o Extremo Oeste na ótica do capitalismo e suas formas de expansão econômica se deram com a agropecuária. Havia a necessidade de se ampliar a oferta de víveres, assim o frigorífico premiava os produtores rurais com viagens e brindes quando ocorria à entrega em quilos e o abate de um número mínimo de animais, mas para se mobilizar os produtores rurais destinaram-se campanhas de convencimento para:

viabilização de linhas de crédito, estudo de mercado para a produção e disposição de recursos e de investidores em um possível abatedouro de médio porte, melhoramento e financiamento de plantel de animais destinados à produção de carne, necessidade de quadro técnico voltado a difundir as ideias da agroindústria, e um plano de desenvolvimento econômico local e regional para atender aos objetivos da agroindústria que seria implantada (LENZ, 1961, p. 4).

As campanhas de divulgação dos projetos agroindustriais que circulavam nos meios de comunicação da década de 1960, promoveram desconforto entre os criadores e os idealizadores do projeto Safríta “porque muitos criadores e atravessadores locais davam

preferência por encaminhar a sua produção de animais para outras localidades realizar o abate” (Flach, jan. 2018).

Portanto, os animais que se adaptavam muito bem a este tipo de ambiente eram os porcos pretos, grandes fornecedores de banha, mas com o decorrer do desenvolvimento da agroindústria e da perda de mercado para o óleo de soja esses animais passam a serem discriminados pelos frigoríficos que estavam então priorizando a compra de animais tipo carne, uma das maneiras de induzir o agricultor a migrar para essas novas raças. Começou-se a pagar e “tipificar” os animais como tipo carne e tipo banha. De outro modo Cristiane Deimling afirmou que:

se até os anos de 1940, a economia era baseada na indústria madeireira, ervateira, agrícola e na venda de terras, o que passou a ocorrer a partir de então foi uma diversificação e ampliação da base produtiva do setor de alimentos. A partir do aumento da criação de suínos surgem as primeiras produções de banha e derivados de carne, muitas delas dando origem a frigoríficos que seriam os responsáveis pela formação do complexo agroindustrial do Oeste Catarinense (2014, p. 36).

A necessidade de beneficiar a produção de alimentos e ao mesmo tempo atender o mercado consumidor levou a indústria a desqualificar a produção de suínos tipo banha e valorizar os animais brancos. Neste sentido podemos observar na Figura 06 o modo como os abatedouros ainda na década de 1970, foram induzindo os agricultores a migrar na atividade para as raças ditas na época “tipo carne”. Além do mais fica nítido na mesma imagem o procedimento adotado como padrão de compra dos porcos existentes, identificados na imagem de uma nota fiscal de 1972, que havia uma variedade raças de suínos “brancos” na região onde ocorria a qualificação dos animais pelas empresas abatedoras do período anterior aos anos 1980, em um momento de grave crise econômica e recessão ao qual passava a economia do Brasil quando o consumo de carne de porco perdeu espaço para o frango. Garibaldi da Silva expôs que:

a modernização do plantel foi incentivada pelo próprio comprador comerciante onde se vendia a produção, após esse comerciante, vem as empresas que naqueles anos o eram SAIC de Chapecó e o Safríta de Itapiranga que compravam os suínos da nossa região aqui, então eles que incentivaram a nossa melhoria. Com os porcos brancos, tipo carne houve uma lucratividade melhor, pagavam uma diferença, já para que nós abandonássemos aquele suíno antigo (out. 2017).

A introdução de novas raças nas propriedades forçaram os agricultores a investir em estruturas de alvenaria e mesmo de madeira, dependendo das condições do agricultor. De acordo com Jungblut:

A ACARESC insistia na substituição dos chiqueiros arcaicos por modelos tecnicamente projetados. Estes foram construídos tendo uma parte sob o telhado e

outra exposta ao tempo, além de introduzir a água encanada, o confinamento, o trato a vontade. Os criadores começaram a tratar ração preparada grosseiramente com porções de concentrado (comprada), misturados com o milho triturado em tufões (2011, p. 435).

Na Figura 6 também podemos observar a compra de suínos na década de 1970 registrada na nota fiscal da Sociedade Anônima Indústria e Comércio Chapecó que discriminou o tipo de porcos que estavam sendo comercializado, por parte do agricultor Hélio Zimmermann na situação específica “tipo banha”, mas apresenta a opção de comércio das demais raças que estavam adentrando na região destinadas a obtenção da carne. Como o valor pago por quilo de porco tipo carne era mais elevado, os comerciantes locais e abatedouros desqualificam os animais tipo banha, uma vez que o seu comércio estava minguando, mas incentivam os agricultores a migrar com seu plantel.

Figura 6: Nota fiscal do Matadouro Frigorífico Chapecó

S. A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

 **CHAPECÓ**

MATADOURO FRIGORÍFICO

Nota Fiscal de Entrada Nº 008673

Insc. Est. n.º 281
CGC 83 296 889/1
Reg. DIFOR: 525 Mod. 3 - Série E
Rua Mal. Bormann, s/n.
Chapecó Santa Catarina
NATUREZA DA OPERAÇÃO: **COMPRA**
30dd
Data da Emissão da Nota 24/11/1972

MATRIZ
Chapecó - Santa Catarina
Caixa Postal, 31 — Fones, 361 e 461
Endereço Telegráfico «Sato»

FILIAIS
R. Plínio Ramos, 66 - São Paulo - SP
Caixa Postal, 5597 — Fone 37 0910
Endereço Telegráfico «Saic paulo»

REMETENTE
2ª Via - Fornecedor

Nome **HÉLIO ZIMMERMANN**
Endereço **L. LAHU**
Município **MONDAÍ** Estado **S.C.**
Inscrição no CGC n.º _____ Inscrição Estadual n.º _____

Quantidade	Espécie	PRÓDUTOS E/OU MERCADORIAS Discriminação	Peso Kilos	PREÇO	
				Unitário	Total
8	Suínos	Tipo Banha	700	1 75	1 225 00
	»	» Misto Duroc			
	»	» » Landrace			
	»	» Carne			
	»	» Enchuto(s)			
	»	» Magro(s)			

OBS. - Este nota substitui a de n.º **7937**

DESPESAS ACESSÓRIAS		A Taxa de 2% devida ao FAPTR, incidente sobre mercadorias desta nota, será recolhida por nosso intermédio.	Data de Entrada 24/11/1972	SUB-TOTAL 1 225 00
Seguro				FUNRURAL 2% 24 50
Frete	ok			VALOR TOTAL DA NOTA 1 200 50
TOTAL				Crédito do ICM calc. pela aliq. de...% quando de direito

ICM a ser recolhido pelo estab. emitente quando devido

TRANSPORTADOR

Nome **ADOLFO RUTZEN**
Endereço **RIQUEZA**
Placa do Veículo **U.D. 0100** Estado **S.C.** Município **MONDAÍ**

CARACTERÍSTICAS DOS VOLUMES			P. Bruto	P. Liq.
Marca	Número	Quantid.		
		8		

Tip. Cometa - Chapecó - Inscr. 223 - 100b - 5x50 007501 a 012500 - 10/72
Autorização Fiscal 08 - 101 - 72 - 00892 - Chapecó - SC

Fonte: Arquivo pessoal família Hélio Zimmermann, de Mondai - SC.

Quando iniciou a introdução do óleo de soja, a banha perdeu mercado e esse tipo de porco começou a dar prejuízo, devido à maneira que esses animais passaram a ser adquiridos pela agroindústria desqualificando-os. De acordo com Rutkoski “no começo não havia distinção entre porcos brancos e pretos, onde porco é porco, e então se tornou vantajoso criar porcos brancos porque os banhentos não tinham comércio” (jan. 2018). Desse modo aumentou a pressão do comércio e das propagandas das empresas de moagem de soja sobre os supostos malefícios a saúde que a gordura animal poderia causar. Surgiu a necessidade de mudança para a criação para animais destinados a produção de carne.

Esse processo gradual de substituição e “melhoramento” trouxe consequências para alguns criadores que foram excluídos da atividade e em depoimentos colhidos com criadores e ex-criadores podemos observar que esse processo se iniciou com a introdução de reprodutores, vindos principalmente do Estado de Rio Grande do Sul, e em algumas situações vindos da Dinamarca. “Foi aí que começou a seleção para carne”, diz Alexandre Cesar Dias e segundo ele, atualmente, os teores de gordura corporal dos animais criados em larga escala foram regredindo para se obter maiores índices de carne e menores teores de gordura nas carcaças dos animais abatidos, “as raças ganharam em qualidade e fornecem pelo menos 58% de carne de em sua estrutura física. Antes, o valor era de cerca de 40%” (2011, p. 9). A suinocultura regional começou a ser modernizada com maior intensidade após 1962 devido à fundação do posto de suinocultura em Sede Capela, Itapiranga, que tinha por objetivo fornecer machos reprodutores Duroc- Jersey, Landrace em substituição dos porcos comuns.

A substituição dos animais comuns por animais melhorados das raças Duroc, o Landrace, e Largewhite, teve pouca resistência (PINHEIRO MACHADO, 1967, p. 430; CAVALCANTI, 1984, p. 453). É claro que as novas raças foram recebidas com desconfiança devido aos mesmos não saberem qual seria o resultado deste processo. Garibaldi da Silva afirma: “foi uma expectativa muito grande, sobre as raças Duroc e o Landrace, elas trouxeram ganho em produção de carne, substituindo o porco comum” (out.2017). Alles afirma: “os primeiros porcos brancos exigiam mais cuidados, mas demonstraram melhores resultados, induzindo o pessoal a adotar os porcos brancos porque o negócio da banha não tinha mais saída” (out. 2017).

Em 1962, o Frigorífico Safríta¹⁶ se instalou em Itapiranga com recursos de capital social e iniciou-se um processo vagaroso de integração de criadores de suínos ainda na década de 1970. Esta foi uma das soluções para alguns criadores descapitalizados, pois receberam da agroindústria alguns exemplares de animais para dar início à criação de porcos brancos. Lembra Barden¹⁷ que:

deu uma crise grande justamente quando nos ficamos integrados, pegamos a crise da peste suína africana, só que foi fácil o integrado fazer o começo porque a firma fornecia a ração e novas criadeiras, pagava lá na frente com a entrega dos leitões sem juros, enquanto o financiamento pagava de meio em meio ano (jan. 2018).

Mas o próprio Barden acredita em contraponto que essa doença não passou de algo implantado pelas agroindústrias para tomar o controle produtivo do setor, “essa doença da peste suína africana não existiu, mataram os porcos e não tinha nada, só uma política para acabar com os pequenos e para eles serem integrados na indústria” (jan. 2018). A peste suína aconteceu no final da década de 1970 e anos 1980, eliminando os plantéis dos pequenos agricultores que se retraíram e não se envolveram no novo modelo proposto, restando aos agricultores persistentes renovar todo sistema de criar, adquirindo novos animais das agroindústrias para reiniciar o seu trabalho. O diagnóstico da Peste Suína Clássica (PSC) baseava-se quase que exclusivamente na observação clínico- patológica dos animais, que não é conclusivo e gerava a dúvida entre os envolvidos.

O primeiro registro da doença infecto contagiosa dos suínos no Brasil foi no Rio de Janeiro em 1978, com mais de 220 surtos em 1978 e 1979. Essa doença trouxe para a cadeia produtiva muitas dificuldades mesmo para abastecer o mercado nacional. Alguns dos impactos diretos que a Peste Suína Clássica trouxe foram os embargos nas exportações, queda vertiginosa dos preços, investimentos ociosos em plantas de beneficiamentos, exclusão de criadores e indústrias. Além do mais a doença trouxe sofrimento e angústias para os criadores porque tiveram que sacrificar todo o plantel considerado infectado, além de não receberem o devido ressarcimento pela eliminação dos animais.

Então, conforme o entrevistado Lauro Kappes: “era necessário entregar quatro quilos de carne, por um quilo de leitoa” (out. 2017), ou seja, comprar uma fêmea reprodutora no sistema integrado tinha alto preço. Desse modo, ficava evidente que agricultores

¹⁶ O Frigorífico Safríta foi fundado no ano de 1962 através do capital social provindos de colonos e comerciantes de Itapiranga e também de recursos captados em agências de fomento, mas somente no ano de 1967 é que o frigorífico iniciou suas atividades.

¹⁷ Roque Barden, agricultor e criador independente de suínos de linha Santa Fé, Itapiranga. Criador em sistema de UPL.

descapitalizados estavam correndo risco de exclusão da atividade. Assim, Garibaldi da Silva descreve: “era difícil e caro, o primeiro reprodutor que tive foi um Duroc que veio de Serafina Corrêa, mas ele custou à base de “dez por um”, eu tive que vender dez suínos, comuns, que eu tinha na propriedade” (out. 2017). O melhoramento se desenvolveu com mais intensidade através da aquisição de machos para o cruzamento com as fêmeas comuns e em alguns casos os agricultores se uniam para comprar dois ou três machos de raças diferentes para acelerar o melhoramento genético e fortalecer as relações socioculturais camponesas, diante da nova modalidade de criar e comercializar suínos.

Figura 7: Animais infectados com Peste Suína Clássica sendo sacrificados



Fonte: O ESTADO, Florianópolis, 30 jul. 1978.

A Figura 7 representa animais infectados com a peste suína clássica, que morreram contaminados sendo recomendada a eliminação de todo o plantel considerado doente. As notícias da circulação do vírus da Peste Suína estavam expostas em cartazes, rádios e jornais de circulação no então município de Itapiranga, Mondai e região, alertando para os riscos de contaminação dos animais saudáveis e afirmando a necessidade da eliminação dos plantéis doentes, isto é:

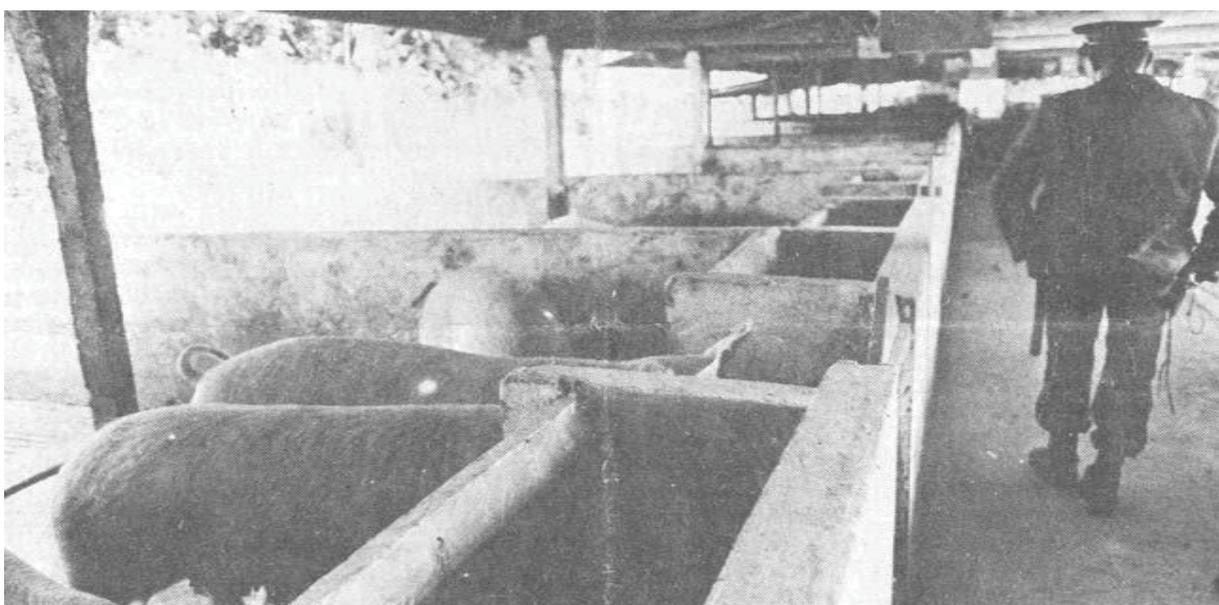
Os sintomas desta doença se apresentam de modo aparente com febre alta, falta de coordenação motora, orelhas e articulações azuladas, vômitos, diarreia, falta de apetite, esterilidade e abortos, leitões natimortos ou com crescimento retardado. Entre as características da doença estão também o agrupamento de animais nos cantos das pocilgas e a morte após quatro e sete dias do início dos sintomas (SOBESTIANSKY, 2007, p. 299).

As formas de contaminação podem estar associadas a alimentos ou água contaminados, animais infectados (hospedeiros com o vírus incubado sem sintomas aparentes e externos da propriedade), veículos e instalações contaminados, contato com cadáveres de animais infectados, equipamentos contaminados, roupas e calçados de indivíduos que mantiveram contato direto com animais doentes ou em período de incubação da doença, em geral a incubação é de quatro a seis dias, com um intervalo de oscilação de 2 a 20 dias (ALAGOAS, 2016).

Fica claro na fala dos ex-criadores o desespero e angustias ao terem que se desfazer de capital investido nos porcos, sendo recusados por parte de alguns agricultores. Forças oficiais foram usadas para dar sequência na eliminação dos plantéis que deveriam ser mortos e enterrados para se diminuir os impactos sobre os animais que porventura sobreviveriam à circulação da doença. Mas o ponto crucial da indignação por parte dos agricultores foi à falta de informação sobre a possibilidade de ter toda a criação ceifada pela doença. Conforme André Luís Zanotto algumas medidas deveriam ser tomadas nas propriedades consideradas infectadas como:

- a) O sacrifício de todos os animais das diversas espécies existentes.
- b) A interdição e a desinfecção das propriedades.
- c) O revolvimento dos terrenos onde os suínos tiveram acesso, com aplicação de hipoclorito de cálcio na proporção de 2 kg por m².
- d) A incineração de madeiras e outros materiais de construção que não permitam desinfecção total.
- e) A repetição das medidas de desinfecção, com intervalos de 30 dias (2013, p. 102).

Figura 8: Soldados vigiando propriedades agrícolas consideradas infectadas



Fonte: O GLOBO, Rio de Janeiro, 03 jun.1978.

Pode-se observar conforme a Figura 08, que houve a necessidade do uso de forças oficiais do Estado brasileiro para que as propriedades agrícolas respeitassem as ordens de eliminação dos plantéis infectados com o vírus da Peste suína africana, bem como os períodos de quarentena. A fiscalização foi necessária para erradicação do vírus nos plantéis suínos dos produtores brasileiros. Esse problema sanitário implicou negativamente na cadeia produtiva, causando prejuízos econômicos para produtores, agroindústrias e consumidores, além da perda de mercado externo para esse produto.

Conforme Luís Guilherme Oliveira e outros:

A Peste Suína Clássica também conhecida como peste suína, cólera suína ou febre suína clássica é uma doença infecciosa, altamente contagiosa causada por um vírus RNA, com distribuição cosmopolita, pertencente à família *Flaviviridae*, ao gênero *Pestivirus* e que acomete suínos domésticos e silvestres. É uma enfermidade de notificação compulsória para a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), apresenta alta morbidez e mortalidade, o que repercute em significativas consequências ao bem-estar animal e prejuízos socioeconômicos, sanitários e ambientais. É caracterizada por uma grande variedade de sinais clínicos e lesões com predominância do tipo hemorrágico. No Brasil, a infecção era endêmica em várias regiões até a década de 1980 quando foram implantados Programas Oficiais do Ministério da Agricultura de Combate e Erradicação da Peste Suína (2014, p. 343).

Na visão do Ministério da Agricultura o combate à doença se fazia necessário, mas no olhar e percepção do criador isso era um exagero. A forma e o modo que os epidemiologistas realizam a busca dos animais infectados e realizando o abate de todo os plantéis considerados doentes despertavam certa desconfiança por parte das famílias vitimadas economicamente. A vinda de animais de outras regiões por intermédio das agroindústrias estava associada a boatos de que a doença era uma farsa ou que havia sido introduzida, para destruir os plantéis que eram até então dos agricultores, aumentou a desconfiança.

Os agricultores passaram a adquirir animais das agroindústrias que assim conseguiram introduzir o sistema de integração com os agricultores que desejariam permanecer na atividade. Os que tiveram todo o seu plantel eliminado estavam descapitalizados para adquirir os animais sem o auxílio dessas parcerias. Os animais que foram sendo introduzidos na região possuíam as características genéticas almejadas por parte dos abatedouros que não aceitavam os animais tipo banha e preferiam porcos com mais carne em sua estrutura física para atender os centros consumidores do país.

Assim, encerra-se a predominância de um modo de criar suínos que fez parte das praticas de caboclos e de colonos imigrantes no oeste de Santa Catarina. No Capítulo 2 vamos

abordar como se estruturou uma nova forma de suinocultura, a da integração do agricultor familiar à indústria.

2 A SUINOCULTURA INTEGRADA À INDÚSTRIA

O segundo capítulo desta dissertação traz uma análise dos aspectos que envolveram o processo produtivo do setor agropecuário durante as décadas de 1980 e 1990, quando houve a subjugação do setor em um jogo de disputas entre as agroindústrias, cooperativas, atravessadores, empresas de extensão rural locais, diante da dinâmica de produção voltada para atender a agroindústria. Tomamos como referência o fim do comércio de porcos comuns e em pequenas quantidades e a implantação da agroindústria no Extremo Oeste de Santa Catarina. Discutimos o papel das empresas públicas na implantação do sistema de integração da agroindústria que se estabeleceu e alterou as características produtivas da região em estudo.

As mudanças no oeste de Santa Catarina estiveram ligadas à criação de corporações agroindustriais, em escala mundial, controlando o uso de tecnologias, fluxo de bens, serviços, recursos amparados pela ciência, tecnologia e informação.

2.1 Definição de agroindústria

Oeste Catarinense foi berço de alguns abatedouros. Sadia, a Perdigão, a Seara e a Chapecó que foram empresas que nasceram nas décadas de 1940 e 1950. Essas agroindústrias foram originadas da necessidade de absorção da produção de porcos. De acordo com Noeli Pertili durante as décadas de 1930 e 1940, criar e beneficiar suínos foi duramente modificado, sendo que:

Já no início da década de 1940, em meio a esse processo de integração, os comerciantes do Oeste de Santa Catarina sentiram que o comércio de suínos vivos, até então lucrativo, começava a dar sinais de arrefecimento devido à dificuldade de competir com os frigoríficos estabelecidos em São Paulo. Desse modo, eles foram pressionados a redirecionar seus empreendimentos comerciais para o abate de animais. Começaram, assim, separar a comercialização de banha e da carne suína. Com a necessidade de mudança no perfil do produto, originam-se os primeiros abatedouros na região via associação e expansão de capitais comerciais locais. Inicialmente, ocorreu no Vale do Rio do Peixe, que possuía maior intercâmbio comercial com São Paulo (2008, p. 90).

Os abatedouros locais beneficiaram e destinaram essa produção para abastecer os principais mercados do país que eram “São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre”. Em poucos anos se consolidam regionalmente como destino dos porcos e se integram a economia nacional impulsionando a economia local. Estes abatedouros também irão seguir duas linhas de necessidades de mão- de- obra: uma frente de mão- de- obra na agroindústria e a outra no campo, criando suínos e mais tarde aves.

Quando são averiguadas as formas de organização da produção e as estruturas que beneficiam a produção é apurado que os sistemas de produção e beneficiamento dos produtos primários sofreram mudanças. As estruturas rurais estabelecidas nas décadas de 1980, ou antes, foram alteradas, isto é:

as propriedades rurais estavam orientadas num sistema fechado, com muito pouco relacionamento com o ambiente externo. Com o processo de modernização alterou-se a tecnologia, provocando mudanças no ambiente produtivo. As atividades que eram realizadas dentro da propriedade saem do domínio das fazendas, passando para empresas especializadas, orientando a produção de mercado (BATALHA, 1997, p. 509).

A base do crescimento econômico da região estudada foi a produção de subsistência a nível artesanal diversificada voltada ao mercado, diretamente relacionada aos recursos naturais existentes disponíveis e associados à indústria de beneficiamentos de alimentos. Esse processo antecedeu à agroindústria que é:

uma forma de organização onde a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, a produção de valor. Ela também se caracteriza por fatores como: a localização no meio rural, a utilização de máquinas e equipamentos e escalas menores, procedência própria da matéria-prima em sua maior parte, ou de vizinhos, assim como da mão-de-obra da família. Pode ainda ser representada como uma rede envolvendo agricultores e suas famílias, vizinhos, pequenos comerciantes urbanos e consumidores (MIOR, 2008, p. 08).

Apesar de sua colonização ser considerada recente em comparação com algumas regiões do Brasil, a região detém, atualmente, os maiores complexos agroindustriais de suínos e aves do país, conquistando mercados distantes com sua carne. A modernização de modo conservador da agricultura familiar a partir dos anos 1960 se desenvolveu pela manutenção da estrutura fundiária desigual e por rápidas mudanças do modo de produzir e criar, resultando em um processo seletivo dos agricultores que se viram rodeados de pacotes tecnológicos, restrição da renda e vinculados a empresas e cooperativas agroindustriais. Assim ZARTH (2009, p. 51), afirma que “a economia agropecuária da região passou a ser atrelada aos

interesses dos pólos nacionais de desenvolvimento urbano e industrial, dinamizados pela política de associação ao capital estrangeiro”. Belato afirma:

agribusiness é a soma de todas as operações que compreendem a produção e a distribuição dos insumos para a unidade produtiva agrícola; as operações produtivas nas unidades agrícolas em si; e o armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e de seus subprodutos (1985, p. 161).

Conforme Belato “a transformação é tão radical que o próprio conceito de agricultura, de setor agrícola, desaparece e tomam como conceito de sistema alimentar ou cadeia agroalimentar”, e ainda conceituar agricultura “é inadequado porque não corresponde à realidade de uma agricultura dominada e integrada ao desenvolvimento agroalimentar, ao qual esta sendo submetida à agricultura”, “agribusiness pode significar a ação do capital monopolista sobre a agricultura” (BELATO, 1985, p. 169, 170).

O termo agronegócios que recebe o nome de agribusiness em inglês está se referindo à junção das atividades ligadas à produção e transformação dos derivados da agricultura e pecuária. O agronegócio em si é a “produção de bens e equipamentos agroindustriais, produção agrícola e florestal, processamento agroindustrial, distribuição de produtos e mercadorias ao consumidor final” (BELATO, 1985, p. 171). O agronegócio é caracterizado por atividades econômicas, industriais que tomam como base cadeias produtivas ou *filières*¹⁸ em francês.

Agronegócio (também chamado de agrobusiness) é o conjunto de negócios relacionados à agricultura e pecuária dentro do ponto de vista econômico. O agronegócio são os negócios agropecuários "dentro da porteira", que representam os produtores rurais, constituídos na forma de pessoas físicas (fazendeiros ou camponeses) ou de pessoas jurídicas (empresas). Os negócios da agropecuária, representados pela indústria e comércio que fornecem insumos para a produção rural (fabricantes de fertilizantes, defensivos químicos, equipamentos). Os negócios agropecuários, onde está à compra, transporte, beneficiamento e venda dos produtos agropecuários até o consumidor final. Enquadram-se nesta definição os frigoríficos, as indústrias têxteis e calçadistas, empacotadores, supermercados, distribuidores de alimentos. O produtor rural deixou de ser apenas o “dono” da propriedade agrícola para se transformar num empresário rural. Atualmente não basta possuir conhecimentos sobre a forma de plantar determinado produto. A competitividade está obrigando os produtores a se modernizarem, a interagirem com o meio no qual estão inseridos, o que está exigindo que eles mudem a maneira de administrar a propriedade rural. Para que isso ocorra é necessário que os produtores abram a

¹⁸ Desde o início dos anos 70, a noção de filière de produção vem sendo amplamente utilizada na França por um público bastante variado, englobando os economistas, industriais, especialistas da área de administração pública e políticos. A existência da noção de filière parte do reconhecimento que no decorrer da produção de um dado produto, ocorrem relações entre agentes econômicos que se situam em diferentes estágios da cadeia de produção, as quais auxiliam na descrição e explicação da estrutura e do funcionamento de uma atividade econômica. Com a noção de filière entende-se que as condições de funcionamento e o desempenho de uma empresa ou um setor são condicionados pelo desempenho dos setores a montante e a jusante, bem como pelas modalidades de relação que são estabelecidas com estes setores (Carvalho Júnior, 1995, p. 109).

“porteira da fazenda” ou da propriedade para novos conceitos, (ARAUJO, 2003, p. 15).

O agronegócio é mais que a produção *in natura* porque está interligado com laboratórios, ciência, tecnologias (máquinas, implementos, insumos), instituições financeiras, e principalmente as agroindústrias que são as responsáveis pelo processamento da matéria-prima oriunda da agropecuária. Assim um periódico de circulação em Itapiranga no período:

é preciso que todo o povo colabore nestas iniciativas, quer financeiramente, quer de ânimo e serviçal. O progresso em Itapiranga virá, ou da parte do povo para o povo, ou de gente de fora para outros. Se quereis um bom futuro para vossos filhos, não criticai o que esta sendo realizado agora, pois se não olharmos 10 anos para frente chegaremos 100 anos atrasados (ITAPIRANGA EM MARCHA, 1962, p. 01).

Inúmeros comerciantes de Itapiranga, Mondaí e demais localidades compravam os suínos prontos e os destinavam para abatedouros fora de Itapiranga porque estes não estavam preocupados em solidificar a ideia da agroindústria local e sim em seu nicho local de comerciante referência. Para os criadores, os comerciantes desenvolveram um importante papel: “na compra de mercadorias de primeira utilidade e na comercialização da produção” (Dill¹⁹, Fev. 2018). Isso também justifica o apelo realizado para que a comunidade local apoiasse o projeto, porque ele não interessava aos produtores, mas sim aos líderes do projeto, que visavam atrair investidores e criadores como fornecedores de matéria-prima.

2.2 Breve histórico das maiores agroindústrias de Santa Catarina

Os aspectos que fizeram as empresas do ramo de carnes serem pouco atrativas para investimentos foram à ampliação do mercado das indústrias de enlatados, bem como o baixo valor agregado na industrialização de carnes frescas. Após a Segunda Guerra, os países subdesenvolvidos direcionaram a produção para a linha de alimentos visando o mercado externo, enquanto os países de economia desenvolvida priorizaram a produção de valor agregado. Conforme Brandt:

No oeste de Santa Catarina, a indústria agropecuária emergiu a partir da década de 1940. Era prática comum comercializar o excedente da produção agropecuária, que era muito diversificada. A comercialização da produção foi facilitada com a abertura e instalação de vias de rodagem e das ferrovias próximas à região (2019, p. 230).

Os pequenos abatedouros ativos nas décadas de 1950 e 1960 atendiam os consumidores locais, com o abate e destino da produção para consumo no mesmo dia, por uma questão de conservação da carne. A criação de porcos era superior à demanda de

¹⁹ Marlene Dill, filha de criador e ex-criadora de suínos na comunidade de Santo Antônio, Itapiranga-SC.

consumo da carne e mesmo da banha. Os pequenos frigoríficos que voltaram as atividades para atender mercados consumidores maiores conseguiram então absorver os excedentes regionais e se manter produtivos mesmo em períodos de crise de consumo e ainda foi possível absorver plantas menores em crise financeira. Contudo, a produção de a criação de suínos, realizada inicialmente pelos caboclos e (i) migrantes necessitava da instalação dos frigoríficos. Com o tempo, foram se implantando os frigoríficos:

Perdigão (1934) em Videira, Ouro (1938) em Capinzal, Pagnoncelli (1942) em Herval D' Oeste -, logo dirigindo-se mais para o Oeste, a Sadia (1944) em Concórdia, Seara (1949) em Seara, Chapecó (1952) em Chapecó, Itapiranga (1962) em Itapiranga – Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda (1969) em Chapecó (PIMENTA, 1984, p. 18).

Assim, Belato observou sobre os fatores que fizeram de Santa Catarina um nicho de mercado para as agroindústrias na década de 1970 e anos anteriores:

É exatamente neste espaço deixado vago pelo grande capital internacional que se expande no Brasil, na década de 70, um grupo de frigoríficos localizados principalmente no Oeste de Santa Catarina. Introduzem a produção de aves mediante contratos de produção com os camponeses da região, ao estilo das integrações norte-americanas. O suprimento da matéria-prima industrial garantida e o ritmo da expansão do mercado permitiu a esses frigoríficos montar complexos industriais, capacitando-os a manter o controle sobre várias etapas da produção, industrialização e comercialização local e internacional, e absorvendo empresas de menor porte, incapazes de construir complexos industriais interligando as fases de produção. Assim, a Sadia Concórdia, Perdigão Alimentos, a Sociedade Anônima Indústria e Comercio Chapecó e a Ceval Agroindustrial organizam hegemonicamente a produção em suas respectivas áreas, absorvendo ou eliminando as empresas concorrentes e expandindo a seu domínio em áreas cada vez maiores. Quando a produção de aves e suínos atinge patamares elevados de industrialização com a formação de oligopólios no ciclo produtivo poderá então instalar abatedouro. Assim é que grandes empresas fabricantes de rações e incubadoras se transformam em integradores e abatedouros de frangos de suas integrações, ou ainda grupos empresariais sem qualquer vínculo anterior com a produção de aves como o Grupo Pão de Açúcar (1985, p. 235).

Estes grupos empresariais saíram fortalecidos na disputa de mercado porque conseguiram dispor volumes crescentes de mercadorias de massa, a custos declinantes das carnes de aves, suínos e gado que se tornam acessíveis para os consumidores assalariados, ou seja:

Antes mesmo do surgimento dos atuais frigoríficos, já existiam os de menor porte, tendo como objetivo a produção de carne e de banha, principais produtos derivados dos suínos. Aos comerciantes, que faziam o intercâmbio entre agricultores e consumidores da região, ou mesmo de São Paulo, foi possível a acumulação de capitais e a fundação de alguns frigoríficos de grande porte, presentes na região. A concorrência fez com que as maiores empresas absorvessem as menores, aumentando a concentração e a centralização do capital, fazendo do Oeste uma região de oligopólios industriais (ALBA, 2001, p. 306).

De acordo com Testa e outros o processo de industrialização do país também irá fomentar o consumo de carne de frango e as crises econômicas aliadas à hiperinflação farão diminuir o consumo de carnes vermelhas (1996, p. 47). As principais agroindústrias catarinenses se desenvolveram no decorrer da segunda metade do século XX. O processo de expansão e o sistema produtivo inseriram os agricultores no sistema agroindustrial. Tivemos o desenvolvimento do sistema de integração horizontal em primeiro momento e se solidificando, depois, o sistema de integração vertical.

O processo de integração prevaleceu no sistema produtivo agropecuário com os suínos e as aves. As empresas constituídas no oeste catarinense ocuparam e dividiram mercados consumidores com destaque para a Chapecó Alimentos, Seara, Sadia, Perdigão, Aurora, Marfrig e a Safríta. Um dos aspectos singulares destas agroindústrias foi a compra de abatedouros menores ou a unificação entre agroindústrias. Desse modo, Testa e outros afirmam:

Um parque agroindustrial em expansão, concentrado nas atividades de produção e industrialização de matérias-primas agrícolas. Neste parque destacaram-se a existência de um corpo de agentes agroindustriais com enorme capacidade de empreendimento, que com o passar do tempo transformaram-se em empresas líderes do setor, cujos exemplos mais marcantes são: Sadia, Chapecó, Perdigão, Seara/Ceval, Coopercentral, etc. (1996, p. 45).

Em um primeiro momento, os colonos produziam quase tudo em suas propriedades. Em seguida veio o comércio, que ligava a região a São Paulo e depois as primeiras indústrias que beneficiavam os produtos agrícolas e abatiam os animais produzidos no local. As agroindústrias que serão citadas foram aquelas que de fato tiveram ligação direta na produção ou no beneficiamento da produção do Extremo Oeste catarinense.

2.2.1 A Chapecó

A Chapecó alimentos conhecida como Sociedade Anônima Industrial Chapecó (SAIC) expandiu seus negócios desde a sua fundação em 1952, na cidade de Chapecó, SC. A empresa era voltada para a compra e abate de porcos no município de Chapecó e arredores. Atuava como mediadora entre agricultores e o destino da produção de porcos da região extremo oeste catarinense. Fazia frente como uma das três forças agroindustriais regionais juntamente com a Sadia e a Perdigão.

Essas medidas e as características das atividades comerciais no Oeste de Santa Catarina, como a venda de suínos aos frigoríficos de São Paulo (Swift e Armor, entre outros) e a existência de atividades frigoríficas, sobretudo no Vale do Rio do Peixe e norte do Rio Grande do Sul, impulsionaram, a partir da década de 1950, a instalação de novas indústrias frigoríficas no Oeste Catarinense, entre elas: Chapecó S/A (1952), Seara (1956), Reunidas Ouro (1960), Itapiranga (1962), Unifrio (1963), bem como se processou a expansão do capital de empresas do ramo como a Perdigão e a Sadia, que já atuavam na região (MAMIGONIAM, 1976, p. 51).

Assim, a produção de porcos não era mais encaminhada para a região Sudeste do país para ser processada. A expansão das agroindústrias nos três Estados do sul teve seu arranque inicial em Santa Catarina no meio Oeste. O entrevistado Garibaldi da Silva descreveu a interferência causada pelo frigorífico SAIC, para a mudança de animais a serem criados pelos agricultores que tiveram seus animais vinculados as agroindústrias:

A modernização do plantel foi incentivada através da empresa que comprava a produção, que seria naqueles anos o SAIC de Chapecó, sendo a empresa que comprava os suínos da nossa região. Para o porco tipo carne eles pagavam uma diferença, já para que nós abandonássemos os animais comuns que nos tínhamos e foi uma forma de as empresas eliminarem aqueles suínos comuns. O SAIC incentivava criar para a agroindústria (GARIBALDI da SILVA, out. 2017).

Tivemos a diversificação da agroindústria regional ampliada conforme os aspectos agropecuários disponíveis que proporcionaram a ampliação da indústria. Esse processo contribuiu para o fortalecimento e ampliação da produção para o extremo oeste catarinense. Os recursos de origem agropecuária impulsionaram a instalação de plantas agroindustriais em São Miguel do Oeste, São Carlos, Xaxim. A necessidade de suprir as demandas comerciais e industriais da região foi importante para fortalecer e ampliar a produção de porcos na região.

Os abatedouros constituídos inicialmente na região tiveram origens familiares. A ampliação da cadeia produtiva e dos abatedouros levaram as agroindústrias a captar recursos econômicos no mercado de capitais. De acordo com a Revista Exame a Chapecó Alimentos sofreu com a captação de recursos externos: A “Chapecó figura como um exemplo de empresa de capital aberto, que, com sua falência, não restou um mísero centavo para devolver a seus acionistas, cujas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo, literalmente viraram pó” (26, Fev.1997).

A Chapecó alimentos chegou ao auge de suas operações atuando em todo o território nacional com suas mercadorias ainda nos anos 1980, além de estarem presentes em 50 países através das exportações, tinha oito plantas agroindustriais que foram adquiridas por outras empresas do ramo de alimentos. A empresa entrou em declínio nos anos 1990, passou por processo de recuperação judicial até ter decretada a falência em 2005.

2.2.2 Sadia

A Sadia nasceu da oportunidade de negócios que seu fundador o comerciante Atílio Fontana que realizava a compra de porcos na região e os embarcava em vagões- gaiolas para serem revendidos em São Paulo. A Sadia ganhou expressão de mercado e expansão territorial ao investir fortemente no desenvolvimento de produtos próprios principalmente a campo, após a década de 1950 quando importou animais geneticamente melhorados dos Estados Unidos da América e da Dinamarca para realizar o cruzamento genético objetivando a melhoria genética da criação e também implantando técnicas de manejo na produção. Assim isso refletiu diretamente no destaque produtivo e econômico da empresa que aflora no Cenário nacional ditando alguns rumos da produção de agroindustrial nacional interiorana. No discurso da empresa:

Nenhuma criação de suínos poderá ser bem-sucedida sem instalações higiênicas e adequadas a esse fim. O porco, por sua natureza não é um animal exigente, mas aprecia ser bem tratado e bem cuidado, dando a sua criação resultados incomparavelmente melhores quando instalada em chiqueiros higiênicos e confortáveis.

Foi assim que nasceu, por meio de cruzamentos controlados de suínos importados das raças Duroc, Landrace e Large White, o Hipersadia, um legítimo híbrido brasileiro de alto desempenho: boa performance e rendimento acima de 50 por cento de carne na carcaça limpa (SADIA, 1994, p. 43; 79).

A Sadia foi fundada por Atílio Fontana em sete de junho de 1944, na cidade de Concórdia, a partir da aquisição de um frigorífico em dificuldades denominado S.A. Indústria e Comércio Concórdia. De acordo com Furlan “o nome Sadia é composto a partir das iniciais SA de “Sociedade Anônima” e das três últimas letras da palavra “Concórdia” e que virou marca registrada em 1947, tendo as famílias Fontana e Furlan à sua frente” (1994, p. 22), mas essa explicação é pouco convincente. A denominação exprime, principalmente, a ideia de um alimento saudável.

De acordo com a Sadia, “No ano de 1942, o abate de suínos alcançou a marca de 100 animais por dia, o que exigiu a melhoria tecnológica dos equipamentos do frigorífico” (2009, p. 2). Um fator decisivo dos negócios da Sadia foi o direcionamento dos negócios da empresa para o ramo da avicultura na década de 1960, diversificando a gama de seus produtos em grande oferta e baratos que atendiam as demandas dos principiantes trabalhadores urbanos brasileiros. Portanto Concórdia foi:

a cidade de origem e onde a empresa manteve sua sede. Foi também ali que iniciou os abates industriais de frangos em 1961. Dez anos mais tarde, quando resolveu criar

e abater perus, também de forma industrial, instalou uma nova planta industrial em Chapecó, a qual foi inaugurada em 1973, a Sadia Avícola (TEIXEIRA, 1994, p. 12).

A dinâmica produtiva da Sadia possibilitou a expansão da marca e da cadeia produtiva em larga escala em poucos anos e ampliou a sua participação na economia nacional quando obteve o direito de exportar para o Oriente Médio no ano de 1974, isso transformou a estrutura física e financeira da empresa que possibilitou o acesso de investidores de capital com a aquisição das ações. Esse processo de exportar facilitou a expansão empresa em estrutura física para diferentes regiões brasileiras.

Um detalhe que marcou a imagem da Empresa nos anos 1980, no mercado externo foi à possibilidade de se fazer presente com a proteína animal brasileira em mais de 40 países. Além dos países compradores a Sadia expande suas filiais de distribuição estratégicas na Argentina, Japão, Itália, fazendo a lógica do mercado de expansão com produtos e incorporações de unidades agroindustriais. “Em 2006, inicia um de seus maiores projetos, a construção da Unidade Agroindustrial de Lucas do Rio Verde, que conta com uma unidade de abate e industrialização de suínos, um abatedouro de aves e uma fábrica de rações” (AVICULTURA INDUSTRIAL, 10 abr. 2018).

A unificação com a Perdigão em 2009 deu origem a BRF, mas sem eliminar a marca Sadia, que ainda se estabelece reconhecida no mercado e fortalecida com a unificação. Essa agroindústria ocupou nichos de mercado e preencheu lacunas do mercado consumidor com sua produção de derivados de carne a nível nacional e internacional. Atualmente a Perdigão e a Sadia disputam a liderança em vários segmentos alimentícios no mercado interno, são grandes exportadoras e estão entre as maiores companhias de alimentos do mundo (DALLA COSTA, 1993, p. 43).

Fusão entre Sadia e Perdigão em 2009, foi anunciada oficialmente a criação de uma das maiores empresas do ramo de alimentos do Brasil e do mundo denominada Brasil Foods S.A. – BRF.

2.2.3 A Perdigão

Nos primeiros anos da década de 1930, no meio-oeste de Santa Catarina, descendentes das famílias de origem italiana os Ponzoni e os Brandalise estabeleceram um pequeno negócio de secos e molhados na Vila das Perdizes (atual município de Videira), às margens do Rio do Peixe, originando a Perdigão. Em 1939, iniciaram as atividades industriais com um abatedouro de suínos, poucos anos depois adotou o símbolo das perdizes como logotipo.

Na primeira fase industrial a Perdigão iniciou suas atividades com um moinho de trigo, uma loja de “secos e molhados” e um abatedor de suínos. Após 1970 a Perdigão, expandiu os negócios para os outros estados brasileiros. Construiu e adquiriu plantas em lugares estratégicos para a expansão da empresa. Financiou a expansão e a captação de recursos na Bolsa de Valores de São Paulo. Dalla Costa enfatizou que as duas primeiras fases de expansão agroindustrial da Perdigão foram sob o controle da família Brandalise.

A expansão da indústria de alimentos Perdigão foi contraditória com relação à economia brasileira que viveu sucessivas crises econômicas nas décadas de 1970 e 1980, superadas por ela, devido à produção em larga escala de carne barata. Este fator proporcionou a expansão da empresa familiar em uma agroindústria internacionalmente reconhecida através da produção. A agroindústria Perdigão se desenvolveu sob o controle dos fundadores e herdeiros, mas necessitou implantar uma gestão empresarial nos negócios da empresa, o que ocorreu com a abertura do capital da mesma. A abertura de capital da empresa também introduziu a gestão tecnicizada gerida por terceiros.

De uma administração familiar para uma gestão profissional, a Perdigão conseguiu passar do estágio do “proprietário fundador” para a segunda geração. No momento de transmitir o poder para os herdeiros da terceira geração, a empresa foi vendida, antes de chegar à fase do “consórcio de primos” (DALLA COSTA, 1993, p. 165).

Outro ponto importante que fortaleceu os negócios da Perdigão foi o fato de também conseguir habilitar no ano de 1975, algumas plantas agroindústrias para exportar a sua produção para o Oriente Médio. Atualmente esta agroindústria faz parte da empresa BRF, que mantém a marca Perdigão no mercado.

2.2.4 A Aurora

A empresa “Aurora, de propriedade da Cooper Central (Cooperativa Central do Oeste Catarinense), teve origem da união de oito cooperativas, em 1969” (ANUÁRIO REVISTA EXAME, 2009, p. 94). O sistema Aurora é herdeiro da Indústria e Comércio Marafon Ltda., que foi fundada em 1956, também chamada de INCOMASA, no município de Chapecó, que foi adquirida mais tarde pela Cooperativa Aurora. O processo de formação do Sistema Aurora foi gradativo até o ano de 1973, quando se iniciou o abate de suínos dos agricultores associados a alguma das cooperativas que constituíram o Sistema Aurora. O abate dos animais se iniciou em 1973, utilizando as instalações da massa falida do frigorífico abatedouro Marafon. Os sócios das cooperativas que eram criadores de suínos de forma independente e não estavam incluídos no processo da integração, precisavam de um destino

para os seus animais e as cooperativas passaram a mediar o destino da produção. As cooperativas iniciaram a compra dos animais e repassavam para as demais agroindústrias como se fossem de sua propriedade, tomando para o papel dos comerciantes locais.

No início as cooperativas adquiriam os porcos do mesmo modo que as demais empresas. Mas na sequência, elas começaram a adotar o sistema de integração com os sócios. A compra em um primeiro momento ocorria de forma aleatória dos criadores sócios e independentes. Com as mudanças no processo de criar, a Aurora também focou a sua produção nos sócios integrados.

2.2.5 A Seara

A empresa Seara foi fundada em 18 de novembro de 1956, no município de Seara, SC, e leva seu nome. É uma empresa de processamento de carnes, que teve início a partir de uma pequena indústria de beneficiamento de carnes de aves e suínos "*in natura*" e processados. Também obteve o direito de exportar para o Oriente Médio em 1975.

Adquiriu a Safríta S.A. em Itapiranga, Santa Catarina, voltada para o abate de frangos e suínos em 1981. A compra possibilitou expansão da produção de carne de porcos para além do centro do estado. Foi a primeira empresa brasileira de carnes a exportar cortes de frango para a Europa, a partir do ano de 1982.

Foi transferida para o grupo Ceval em 1989. Assim a Ceval incorporou a Seara Industrial, através da Hering então maior indústria têxtil da América Latina, sediada em Blumenau²⁰ que fez frente aos negócios de tecidos e da extração do óleo de soja, ampliando e diversificando os setores produtivos da empresa. Para Belato esse modelo de empresa constituída para controlar a produção de aves e suínos teve início em Santa Catarina:

A Ceval vem absorvendo num ritmo regular, complexos industriais já fortemente integrados como a Seara Brascarne Participações S/A de Xanxerê em 1980; em 1982 adquiriu o Grupo Safríta de Itapiranga; em 1983 adquiriu as fábricas e armazéns Kasper S/A. maior complexo de soja do Rio Grande do Sul e, em 1984, adquiriu a FRIL- Frigorífico Rio da Luz, sediada em Jaraguá do Sul (SC) (1985, p. 212).

²⁰ No início da década de 1970, Hering então maior indústria têxtil da América Latina, sediada em Blumenau (SC) – Investe no processamento da soja. Esse procedimento deu início a expansão da empresa para outros ramos da economia agropecuária para além dos tecidos, crescendo juntamente com a expansão da cultura da soja para o interior do Brasil. Em uma década, tendo expandido seus negócios após a aquisição do frigorífico Seara, em 1980, seu faturamento ultrapassaria a marca de um bilhão de dólares. Em menos de duas décadas, seria a terceira maior indústria de alimentos do País. Em 1997, Ceval é adquirida pela Bunge Internacional.

Em 1997 a Bunge Internacional assumiu o controle acionário da Ceval. A Bunge em 1998 promoveu a reorganização da produção de carnes (aves, suínos e carnes processadas) da Ceval, a atual Seara Alimentos S.A. Em 2004, a multinacional americana Cargill adquiriu a Seara, investindo na ampliação do número de unidades industriais, e em tecnologia. Em 2009, a Seara Alimentos assumiu o controle acionário transmitido ao grupo Marfrig. Em 2013 ocorreu a venda da marca Seara e das unidades dos municípios de Itapiranga, Seara para o grupo JBS.

2.2.6 O Frigorífico Safríta

A maior empresa de Itapiranga foi fundada em 1962. A Sociedade Anônima Frigorífica Itapiranga (Safríta), foi fundada a partir do capital social proveniente de colonos e comerciantes de Itapiranga. Houve a captação de recursos em agências de fomento e por meio da venda das ações.

Somente no ano de 1967 é que o frigorífico iniciou suas atividades. Assim, promoveu-se campanhas publicitárias em jornais e rádios para atrair investidores no projeto do abatedouro/frigorífico, que veio para atender a demanda microrregional em destinar e agregar valor na criação de porcos. De início eram os porcos pretos que foram industrializados, seguidos da introdução de porcos brancos.

Esse projeto estimulou os criadores a ampliar os seus plantéis. Muitas foram às pessoas atraídas a investir no projeto Safríta e desse modo ex- criadores e criadores relatam que o discurso para a captação de recursos financeiros era cativante e mobilizaram vultosas quantias financeiras de agricultores e demais interessados em investir na construção do frigorífico. Alimentando o sonho de “enriquecer” com a valorização das ações, como descreve Dill, muitos agricultores investiram suas reservas: “meu pai tinha a opção em investir nas ações da Safríta ou comprar uma colônia de terra, mas investiu e não recebeu nem uma galinha dos valores aplicados causando muita discussão entre ele e a mãe” (fev. 2018).

Testemunhos colhidos (BARDEN, 2018, FLACH, 2018) nos remetem e servem de parâmetro para entender os motivos que levaram tantos sonhadores a investir em algo que não conheciam. Sem conhecimento da forma de captação através da venda de “cotas” o desejo de ser dono e fazer parte de algo “grande” estava presente entre os pioneiros do investimento. Conforme Douglas Franzen:

muito se fala do sentimento de empreendedorismo presente naqueles que investiram seu capital no projeto Safríta, no entanto temos de ter presente de que o cenário econômico brasileiro estimulou o surgimento dessas iniciativas no interior do país, principalmente no Sul, diante da farta existência de matéria prima na região, a expansão do mercado consumidor de carnes e também pelos estímulos empreendedores dados por entidades como a FIESC. Para que surjam empreendedores, é necessário que haja um contexto socioeconômico propício para isso, dificilmente alguém vai investir seu capital em uma empresa que não tenha projeção de crescimento e um cenário de desenvolvimento favorável (2014, p. 112).

O projeto Safríta foi bastante amplo e grande impulsionador da modernização da agricultura na região de Itapiranga. Possibilitou a introdução do sistema de integração, modernização das propriedades agrícolas, melhoramento genético do plantel de animais, dinamização da logística de transporte, maior inserção da matéria prima produzida em Itapiranga no mercado consumidor brasileiro.

A cidade de Itapiranga consolidou as plantas agroindustriais de beneficiamento de porcos e aves. Mondai e Itapiranga foram locais de aplicação e ampliação do sistema verticalizado de integração dos agricultores com a agroindústria. A implantação do abatedouro ocorreu e se solidificou no início e durante a década de 1960, destinando a produção de porcos que existia.

O investimento iniciado na década de 1960, com capital local foi transferido para a Ceval no início dos anos 1980. Tivemos a mudança acionaria da Safríta, mas não do modo de produzir que permaneceu acolhendo e excluindo integrados.

Os projetos de implantação submetidos aos interessados nos anos de 1960 motivaram inúmeras famílias a direcionar as suas economias e mesmo a captação de recursos em instituições financeiras, o que impulsionou o desenvolvimento socioeconômico regional. Os fatores produtivos e econômicos que existiram foram os propulsores de dinâmica local de produção de porcos e mais tarde com a avicultura.

A introdução do abatedouro Safríta possibilitou uma nova dinâmica de produção destinada exclusivamente para atender a agroindústria. O sistema de integração favoreceu a ampliação da quantidade de animais criados e terminados. As agroindústrias incidiram no desenvolvimento das áreas urbanas e na dinamização do modo de criar. A industrialização de porcos proporcionou conceituar aquela região como referência em produção de proteínas animais.

Não podemos ignorar o impulso econômico que o frigorífico Safríta proporcionou para a região. Assim afirma Franzen: “Se atualmente a produção de frangos e de suínos

acarreta toda uma logística e uma concepção de produção de alimentos em larga escala, a Safríta é uma das grandes responsáveis por isso, advindos desta conjuntura histórica” (2014, p. 156).

A introdução do abatedouro Safríta fora dos centros agroindustriais e produtivos do Estado teve resistência dos criadores e comerciantes. Eles reuniam os porcos e os destinavam para os abatedouros localizados no centro do Estado catarinense. Essa forma de comércio fez faltar matéria-prima para o abate em Itapiranga. A Safríta instituiu o seu sistema de integração e impôs aos seus integrados um modelo de instalação e novos animais (FLACH, 2018).

Em 1981, a agroindústria Safríta foi anexada à Ceval do grupo Hering, que o revende para a Bunge em 1993. O Frigorífico Safríta é adquirido em 2006 pela Cargill e atualmente o grupo JBS controla a unidade.

2.3 O fim do comércio de porcos comuns

O modo de criar animais de forma especializada teve início, no oeste de Santa Catarina, nas pequenas propriedades. O processo especializado de criar ocorreu com a união dos agricultores com os demais setores da atividade suinícola. A criação especializada foi o agricultor criar para agroindústria e ter a criação de porcos como a principal fonte de renda da propriedade. Essa junção da cadeia produtiva iniciada antes de 1980 levou à atual fase da integração com as parcerias agroindustriais. Esse processo quando implementado fomentou a produção suinícola em larga escala em todas as regiões produtoras e por consequência o abandono das raças comuns.

Os porcos pretos conhecidos como comuns perderam espaço no comércio, porque fisicamente possuem teores maiores de gordura animal na carne. Fatores como consumidores mais conscientes e exigentes, a introdução do óleo de soja como combustível para cozinhar, a demora do ciclo de produção destes animais comuns para estarem prontos para abate e a necessidade da indústria de alimentos romperem a sazonalidade da produção, instigou a substituição dos animais tipo banha por animais que forneciam maiores volumes de carne.

Attilio Fontana introduziu animais originários dos Estados Unidos, e Dinamarca na região de Concórdia. Essa introdução promoveu gradativamente o abandono das raças comuns neste local. A distribuição de animais melhorados geneticamente em Concórdia iniciou o sistema de integração que está estabelecido na região. Assim define Attilio Fontana o sistema que por meio da Sadia foi implantado na região:

a proposta consistia em fornecer matrizes sem despesas para o produtor que não fosse à da ração, fabricada e fornecida pela empresa. Como condição, o lavrador selecionado devia aceitar as exigências em termos de instalações e higiene estabelecidas pela empresa. Em pouco tempo, começava a aparecer o resultado, que animava não apenas o produtor encarregado da experiência, mas também vizinhos, parentes, todas as pessoas que dela tomavam conhecimento. E com isso começou a haver uma demanda cada vez maior de lotes de matrizes, que eram descontadas do produtor só quando da entrega dos leitões à empresa (1980, p. 134).

Os resultados obtidos a partir de experiências significaram a diminuição do ciclo produtivo do porco e ampliação das margens de lucro. Esses fatores foram essenciais para os criadores que até então tinham animais comuns comercializados com a média de um ano de idade, o que significava custos e pouca possibilidade de lucro. A introdução de novos animais na região não envolveu a todos os criadores. Esses animais mostraram mais eficiência para produção de carne, porque a banha estava gradualmente sendo substituída. As raças estrangeiras denominadas “porcos brancos” tiveram grande aceitação porque foram observadas como capazes de suprir a necessidade de carne e as demandas comerciais.

Além da carne, eram comercializadas as “miudezas” (queijo de porco, torresmo, pé de porco, rabo, orelha, rins, fígado, coração)²¹. O negócio da banha estava ligado com a migração para o Extremo Oeste Catarinense. A banha era um bom negócio nos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná durante as décadas de 1950 a 1970.

Os primeiros abatedouros instalados se dedicavam à produção de banha. Sem energia elétrica e com a ausência do óleo derivado da soja, a banha tinha mercado e era geradora de renda. Zimmermann descreve como era o comércio da banha:

quando o produtor não vendia os seus animais vivos ele também poderia transformar em banha encasa e acondicionava a banha em tambores de até 200 litros que eram destinados aos comerciantes locais na troca por itens básicos para a família, que por hora este encaminhava a cada quinze dias com os demais produtos (ovos, manteiga, queijo, feijão) para os centros maiores (jan. 2018).

A criação de porcos para a obtenção da banha impulsionou a agroindústria. Os animais destinados ao mercado, em um primeiro momento, eram criados no sistema Siscal. A sigla SISCAL significa: Sistema Intensivo de Suínos Criados ao Ar Livre.

Esse sistema de produção preconiza a criação de suínos em ambientes abertos em piquetes de forrageiras formadas ou em áreas arborizadas em cabanas ou abrigos. Normalmente nas fases de reposição, gestação e maternidade, os animais ficam soltos e depois do desmame, quando os leitões vão para a creche, eles são colocados em confinamento até sair da terminação. O motivo pelo qual não há creche e

²¹ O queijo de porco é elaborado de subprodutos do abate suíno, sendo importante para a indústria devido à agregação de valor aos retalhos de carne e miúdos suínos. No Brasil é apreciado na região sul, especialmente em Santa Catarina, estado colonizado por europeus que se destaca pela maior produção de suínos do país (RENK, 2011, p. 101).

terminação nesse sistema é a grande área de terra que seria necessária para alojar esses animais sem que houvesse prejuízo do solo (LEITE, 1996, p. 08).

Em entrevista Hecler (2018) afirmou que é o porco “comum na época era o nosso porco preto, mas comum pode ser a forma de conduzir esse animal, um porco preto, Caruncho, Piau, Macau, colocado em um ambiente hostil confinado e fechado então ele deixa de ser comum”. O comércio de porcos comuns foi sendo substituído por porcos brancos. Os agricultores foram induzidos a mudar de animais, devido as empresas comprarem de forma discriminada os animais pretos. Nos anos 1993 e 1994 os porcos comuns quando adquiridos eram descritos na nota de produtor rural como “porcos vivos a classificar”, ou seja, os abatedouros os desvalorizavam.

Segundo Dill, houve o credenciamento dos criadores independentes que mantiveram a criação de porcos pretos, “foi um período difícil, porque eles só vinham carregar os nossos porcos quando faltava o número mínimo de animais para abater” (jan. 2018).

A estratégia utilizada para propagar as intenções agroindustriais foram às unidades referência, isto é propriedades projetadas que continham animais melhorados, áreas agrícolas de preservação do solo, introdução de mudas de árvores exóticas para cultivo, estruturas pintadas de cal, tardes de campo, pequenas feiras demonstrativas, financiamentos bancários de equipamentos, máquinas agrícolas, estruturas físicas modernas, propagandas e visitas técnicas promovidas por extensionistas dos setores público e privado.

As propagandas objetivavam a substituição dos machos reprodutores e foram constantes até a adesão dos agricultores que se viram envolvidos na nova lógica produtiva. Constatou-se que os agricultores resistiram às mudanças, mas eles foram lentamente migrando a sua criação para as novas formas. Trocavam animais e investiam na construção de novas estruturas.

Figura 9: Propriedade de João Schneider



Fonte: Acervo do Museu Comunitário Almiro Theobaldo Müller, Itapiranga, SC.

A Figura 9 é uma imagem registrada no ano de 1975, de uma propriedade utilizada para demonstrar a atividade suinícola com os animais Duroc. Essas “propriedades modelo” instigaram os produtores de suínos a criarem os novos animais, acatando as instruções das equipes técnicas.

As empresas de Extensão rural também contribuíram muito no processo de expansão da Revolução Verde, que interferiram diretamente no meio rural. A constituição de grupos comunitários como os “Clubes 4S”, foi uma forma de docilizar, “educar” os agricultores para as mudanças desejadas por empresas e equipes técnicas. Os grupos de Clubes 4S, ainda foram utilizados como mediadores de palestras motivacionais e educativas na extensão rural para proporcionar algumas mudanças no meio rural.

As visitas dos jovens filhos de agricultores aos locais de referência eram uma forma de mudar o pensamento dos sucessores no trabalho rural, pois eram mais suscetíveis as mudanças. Ocorreram confrontos entre empresas públicas de extensão e agroindústrias. De um lado, a agroindústria fomentou a adesão de novos criadores ao sistema integrado por meio do seu quadro técnico. De outro lado, a extensão objetivava criar alternativas para os criadores sobreviver economicamente na atividade de modo independente, o que contrariava os interesses das agroindústrias. Conforme o entrevistado José Hecler, ex- agricultor e criador de suínos e ex- extensionista da Acaresc e posteriormente Epagri, residente em Itapiranga- SC a agroindústria suprimiu os interesses dos agricultores para fazer prevalecer os seus. A estratégia utilizada por parte da agroindústria para expandir a ideologias da integração

suinícola foi a massificação de técnicos a campo que promoveram o convencimento dos agricultores a aderir ao novo modo de criar.

O poder de compra e persuasão da indústria (cooperativa, e toda a agroindústria que se criou), nos era quatro extensionistas com um veterinário, um agrônomo e dois técnicos, trabalhando com três mil agricultores, contra na época a “Seara” com 30 técnicos, mais os técnicos da cooperativa, o meu discurso se tornou pequeno perante o discurso desse pessoal, é a tua palavra diante de 20 falando o contrário, porque era o “ganha pão” deles. São profissionais saídos a pouco das escolas agrícolas e universidades no primeiro emprego doutrinado para vender e empurrar pacotes tecnológicos, (HECLER, jan. 2018).

Os agricultores que aderiram aos animais de raças estrangeiras foram influenciados na tomada de decisões de criar porcos nas décadas de 1970 e 1980 quando houve o auge das mudanças. O número expressivo de animais “brancos” no campo forçou o criador a parar de criar porcos pretos. Os agricultores não pararam drasticamente e o comércio de porcos comuns se extinguiu no ano de 1995. As empresas concentraram a compra de animais de seus integrados ignorando os pequenos criadores autônomos que tinham dois ou três animais por mês para comercializar. O porco simbolizou a subsistência familiar e a principal fonte de renda das famílias dos pequenos agricultores.

Essa atividade econômica foi permeada por adversidades, existente em qualquer atividade econômica sujeita a crises produtivas porque opera com margem de lucro pequena. A atividade passou a demandar profissionalismo do produtor, pois a agroindústria assumiu a gestão da cadeia produtiva.

2.4 O enfraquecimento do comerciante e o fomento da agroindústria

O modo de criar estabelecido até os anos 1990 estava vinculado às casas comerciais. Os comerciantes reuniam e destinavam a produção de porcos para os abatedouros. O potencial produtivo de suínos foi incrementado pela demanda por carne de porco. O pequeno criador individual estava enfraquecido. A sua referência local, o bodegueiro, foi excluído do processo de produção. O bodegueiro era a denominação que recebia o pequeno comerciante intermediário que se estabeleceu nas pequenas comunidades rurais e agia como mediador entre o produtor rural e a agroindústria, realizando a coleta da pequena produção, além de que ele era o fornecedor de mantimentos de primeira utilidade com sua mercearia a essas famílias ali estabelecidas.

Esse processo de troca de “favores” entre os agricultores e os comerciantes locais foi desconstruído por meio das políticas de expansão da agroindústria. O sistema de assistência

técnica aproximou o criador da agroindústria e o afastou do comerciante local. O comerciante na tentativa de manter os vínculos com o agricultor também incentivou a migração para novos animais, isto é:

a modernização do plantel foi incentivada pelo próprio comerciante aonde vendia a produção, as agroindústrias e posterior às cooperativas”, “ali que os agricultores começaram então com esses porcos da empresa, que eram porcos de carne, aumentamos os lucros porque pagavam uma diferença para que nós abandonássemos os animais que nos tínhamos (GARIBALDI da SILVA, out. 2017).

Nos anos 1990 as empresas integradoras conseguiram ser auto suficientes em produção e não compraram mais animais em pequenas quantidades de terceiros, inviabilizando o pequeno comerciante. A agroindústria incentivou a substituição dos animais, estruturas físicas, sistema de alimentação, manejo, controle de infectos parasitários e regulou o número de animais dispostos nas propriedades agrícolas. Isso possibilitou ampliar a oferta de suínos e reduzir o número de criadores.

As mudanças no modo de criar na região Extremo Oeste de Santa Catarina foram determinadas pelo “fomento”. Esse processo de Inter-relação produtor e agroindústria irá se estabelecer diante da necessidade de ambos modificarem as formas produção e manejo, retirando do produtor o controle da criação. A agroindústria instalada na região e sua influência econômica na dinâmica de produção foi caracterizada pela concentração do segmento industrial. Para Belato “a integração significa a junção de duas ou mais partes numa” (1985, p. 265).

Para Hecler, em testemunho oral: na época era tudo pequeno, a minha família tinha de cinco a seis criadeiras, alguns vizinhos possuíam dez, porque tinham mais terra e era mais ou menos essa quantidade, quando, começou a famosa integração (jan. 2018). Diante dos testemunhos narrados por Zimmermann, Flach, Hecler (Jan. 2018) é possível citar algumas casas comerciais que foram perdendo espaço na compra de suínos e outros produtos agrícolas para as agroindústrias: a Schöller Agrocomercial de Itapiranga- SC, a Comercial Rutzen e Agropecuária Di Domênico de Mondai- SC, Agrocomercial Balestreri de Caibi- SC e a Tombini Agrocomercial de Palmitos-SC.

O sistema de integração agroindustrial que foi lentamente implantado na região realizou a concentração de animais em um número reduzido de propriedades. Ainda Hecler relata como foram as iniciativas das empresas integradoras para atrair agricultores:

fomos convidados em 1977, pela extinta cooperativa Arco Ires de São Carlos para iniciarmos no sistema de fomento, era um negócio que previa o mínimo de trinta

porcas criadeiras ai, ficamos de fora, não tinha como fazer esse negócio porque tínhamos pouca terra, e a estrutura necessária seria financiada e não havia condições de dar hipoteca e trinta criadeiras era o maior granjeiro em São Carlos (jan. 2018).

Em compensação, “a não integração brinda aos produtores o máximo de liberdade na comercialização da produção”, “A liberdade do produtor é incompatível porque pode condená-lo pelas flutuações de preço e produção, ou pelo não atendimento das exigências do consumidor soberano” (BELATO, 1985, p. 271). Os varejistas não poderiam garantir uma segurança produtiva e rentabilidade para os produtores, mas os processos de integração possibilitaram isso, atraindo inúmeros criadores que “mediante a garantia de preço, renda, eliminação de riscos e acesso ao capital” (BELATO, 1985, p. 275), viabilizaram a permanência na atividade. Quando o agricultor e criador optou por se integrar ele eliminou o comerciante varejista.

O agricultor e criador independente poderia enfrentar dificuldades para comercializar seus animais. Muitos optaram por se integrar e passaram a prestar serviço para a agroindústria, participando do processo com as suas instalações e mão-de-obra. Uma vez que o criador não tem mais a sua produção para destinar a quem paga mais, então a integradora conseguiu eliminar o varejista, obter uma produção uniforme e na quantidade de suas demandas.

2.5 Os condomínios e o sistema de comodato

Os condomínios de suinocultura eram sociedades constituídas por aproximadamente 10 famílias criadoras de suínos, para ampliar a produção de leitões. Esses criadores adquiriram uma pequena área de terra em torno de um hectare ou esta era doada por um dos membros da associação para implantar a Unidade Produtora de Leitões (UPLs). Nestas UPLs eram produzidos leitões que após a fase de lactação e creche foram distribuídos aos condôminos, que faziam a recria e terminação individualmente em suas propriedades. O processo de recria é a fase de vida do leitão após o desmame, quando é enviado para a engorda em outra propriedade até ele estar pronto para o abate.

Os condomínios foram formados a partir da criação de um programa de incentivo à agricultura de grupo, concebido pelo serviço de extensão rural, a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC). Este programa foi criado por um grupo de técnicos dos quadros da ACARESC, que decidiram:

voltar o seu esforço para a tentativa de organizar os pequenos produtores de porcos, com o objetivo último de viabilizar a sua permanência na atividade que, em nosso

entendimento, fica permanentemente ameaçada em função de um modelo econômico concentrador, elitista e seletivo que o Brasil escolheu nos últimos 20 anos (OLIVEIRA, 1985, p. 05).

Segundo Oliveira (1989, p. 03), “nas décadas de 60 e principalmente 70, o Governo colocou crédito subsidiado à disposição dos agricultores, para que esses modernizassem suas explorações”. Ao intensificar sua criação de suínos o produtor precisava estar ligado à uma agroindústria. Elas foram o canal privilegiado para a modernização da produção de suínos, porém estas escolhiam os produtores com bom desempenho e potencial para crescer, deixando à margem deste processo milhares de famílias de pequenos criadores.

Estes pequenos suinocultores não integrados à agroindústria é que constituíram o alvo do programa de formação de condomínios. Ao identificar o grupo dos não integrados, estamos falando de mais de 50 mil agricultores no início dos anos 1980, sendo que o número de excluídos foi ampliado no decorrer da década. A diminuição dos criadores independentes não foi reflexo direto do aumento de criadores integrados, mas da exclusão do sistema por não conseguir manter as suas criações. Os fatores que implicaram na exclusão foram a incapacidade do produtor obter em sua propriedade alimentos necessários para permitir a ampliação do número de matrizes e de animais terminados por ano. Os condomínios e comodatários evoluíram rapidamente durante os anos 80 e chegaram a 157 grupos em 1991. Para Luís Carlos Mior, os condomínios tiveram êxito em organizar a criação de forma cooperada entre os pequenos criadores:

O pico dos grupos organizados ocorreu no ano de 1986, quando foram constituídos 43 novos grupos. Existem cerca de 121 grupos em funcionamento e 36 foram extintos desde sua fundação. Na sua grande maioria estão em 52 municípios na região Oeste (1992, p. 245).

Os agricultores regionais tinham de cinco a seis fêmeas criadeiras e esse número era considerado elevado. Quem possuísse de 10 a 12 fêmeas era considerado um grande criador e isso era possível aos que possuíam maiores áreas agricultáveis.

Oliveira elenca alguns pontos da viabilidade da união dos pequenos agricultores em torno dos condomínios:

Obter, pela exploração em comum, escala mínima, que permita maior racionalização no trabalho e no uso de fatores de produção e qualidade da matéria prima compatível com as exigências do mercado. Ampliar o poder de negociação dos pequenos produtores com a indústria dando maior organização e disciplina ao mercado de suínos. Elevar o nível de conforto dos agricultores pela humanização de certas tarefas inerentes à criação de suínos. Viabilizar as pequenas explorações de caráter familiar possibilitando a sua permanência na atividade suinícola (1985, p. 06).

O processo de “juntar” nos condomínios os pequenos agricultores não retirou deles a independência. Os grupos de criadores tinham vínculos familiares ou de união social entre vizinhos. A união através dos condomínios visava fortalecer o pequeno criador porque ele manteve suas fêmeas reprodutoras na propriedade. Esta modalidade possibilitou a manutenção do seu sistema próprio de criar independente. Os condomínios estavam vinculados às agroindústrias para destinar a produção. Os sócios tinham mais animais terminados para entregar conseguindo subsistir como suinocultor.

A constituição dos condomínios se desenvolveu no oeste e extremo oeste catarinense, onde a criação de suínos estava em franca expansão. Do mesmo modo os agricultores que foram integrados as agroindústrias foram induzidos a investir em estrutura básica para ter 180 a 200 animais por lote, durante 120 dias de alojamento aproximadamente. De acordo com um criador entrevistado Roque Barden “O projeto era financiado no banco em oito anos, era um projeto com 72 porcas, a juros fixos” (jan. 2018). A experiência de organizar os pequenos criadores em grupos foi desenvolvida no extremo oeste catarinense, expandida posteriormente para outros lugares, corroborou para fortalecer os pequenos criadores e se contrapôs à dinâmica produtiva que estava sendo desenvolvida pelas agroindústrias.

As linhas de crédito eram abertas a todos os criadores interessados, mas os criadores que estavam integrados a alguma agroindústria recebiam garantias de alojamento para facilitar a liberação do financiamento. De outro modo os grupos de agricultores e criadores que faziam parte dos condomínios conseguiram investir na atividade porque os riscos foram distribuídos entre os sócios que eram avalistas entre si oferecendo garantias bancarias para os investimentos.

Os bancos possuíam subsídios públicos para instigar os agricultores a investir em novas estruturas físicas para criar. A expansão do sistema financeiro sobre o setor produtivo possibilitou a abertura de crédito para os criadores de suínos nas décadas de 1970 e 1980, isto é:

os recursos ao qual destacamos possuíam origem do BNDES, com um terço dos recursos a fundo perdido, correção monetária plena, 8% de juros ao ano, 2 anos de carência, reembolso semestral e pagamento em até 12 parcelas semestrais. Esta forma de produção evoluiu rapidamente durante os anos 80 e chegou a 1991 com 157 grupos. Com a formação dos condomínios, os pequenos suinocultores passaram a ter acesso a uma tecnologia mais moderna e melhoraram suas condições de atuação no mercado (OLIVEIRA, 1985, p. 07).

Essa nova modalidade de financiamento, chamada de “fomento” foi destinado aos camponeses para introduzi-los na lógica do mercado. Para Belato:

é esse camponês “fomentado” que vai receber, quando subordinado mediante contrato de produção, o nome e a conotação de “integração”, quando é exatamente a empresa que efetua a trajetória típica de integração, isto é, ela se transforma, à medida que concentra capital, em empresa horizontal e verticalmente integrada (1985, p. 298).

O incremento da produção não aconteceu porque se introduziu mais animais reprodutores, mas sim pela utilização direcionada e tecnificada dos animais existentes. O uso de animais melhorados e a substituição de instalações foram fatores que alavancaram a produção.

Os criadores de suínos foram coagidos pelas agroindústrias para ampliar o número de animais disponíveis nas propriedades. Esta exigência esbarrou nas condições estruturais da pequena propriedade. A ACARESC, neste sentido mobilizou os criadores para se unir em associações de criadores, originando condomínios. A agroindústria tinha uma proposta e o agricultor deveria discernir sobre aquilo que era possível: integrar-se a ela ou criar de modo independente. Para Hecler a modalidade de condomínios eram uma alternativa eficiente, mas temporária:

na época os condomínios eram fomentados pela extensão, da ACARESC, para diminuir o número de excluídos da atividade porque ter quatro ou cinco criadeiras na nova modalidade era inviável prestar assistência de acordo com a agroindústria, então organizaram os produtores, por que eram 70 porcas o mínimo, então reunimos os agricultores que tinham interesse, foram organizados por nos a ACARESC, condomínios em Linha Popi, em Cristo Rei, em Itapiranga, mas em Mondai tivemos vários onde são as comunidades de Cambucica, Riqueza, Laju e outras, mas resumindo ficou nas mãos de um depois., o que era para ser uma junção de força, gerou individualidades. Cada produtor tem a sua cota mínima de porcas, para poder competir. A ideia era boa, mas o nosso povo em questão de associativismo é desunido, porque um recebeu o leitão mais gordo que outro e outras coisas, houveram desavenças, e em pouco tempo um comprou a cota do outro, migrando para integração, concentrando a produção (jan. 2018).

Os condomínios constituídos e em funcionamento continham aproximadamente 70 criadeiras. Essa quantidade de animais reprodutores era necessária para que os sócios tivessem no final do ano produtivo, uma quantidade satisfatória de leitões para engordar, mesmo porque o sócio do condomínio manteve os seus animais reprodutores, ativos na propriedade. O criador independente teria que ter o mínimo de 30 fêmeas reprodutoras, para ter a sua produção vinculada a alguma agroindústria, oferecendo assim, mais de 300 animais gordos comercializados durante o ano.

O sistema de comodato foi uma forma de integrar os agricultores criadores, que deixaram de ser os donos das fêmeas. O criador se dedicava à criação de leitões e ganhava um determinado valor pelo animal entregue. O criador era o responsável pelos animais e estrutura física. O agricultor quando recebia os animais reprodutores ele passava a ser considerado o dono destes, e após a vida reprodutiva ser esgotada, o agricultor deveria ressarcir a agroindústria ou entregar os animais gordos para o abate como descarte. Em caso de mortalidade dessas fêmeas o agricultor deveria repor esses animais comprando uma nova fêmea do fornecedor ou pagar o animal que era valorizado em quilos de carne. Kappes lembrou: “a cooperativa fornecia os animais e somente na troca o agricultor pagava, mas salientou que do valor recebido pelo leitão teria que sair todos os custos de produção” (Out. 2017).

Também ficou evidente que o sistema de comodato proposto por parte das agroindústrias não foi o único modo e dinâmica produtiva que vigorou. O sistema que sobreviveu foi o chamado “fomentinho” no qual os produtores permaneceram donos de suas poucas criadeiras, pois não quiseram fazer parte da integração com a agroindústria. Isso foi possível porque as agroindústrias precisavam de uma oferta maior de porcos que a sua produção possibilitava. Bardem afirma que:

começamos a criar suínos com o meu pai, passamos a ser integrados em 1978, porque em Itapiranga tinha o frigorífico Safríta, criávamos leitões, sempre ampliando e mudando de empresa só que a gente segurou os animais como independente, para ser intermediário das firmas, para ser dono, mas integrado independente, para vender os leitões e “dono das porcas” (jan. 2018).

Esse processo não vigorou por muitos anos porque em meados da década de 1990, os pequenos produtores independentes foram totalmente desvinculados do fomentinho. Aqueles que mantiveram o seu plantel produtivo tiveram que encontrar um nicho de mercado para a sua produção. Os criadores que optaram em ser integrados às agroindústrias tiveram que ampliar o número de fêmeas para entregar um número razoável de leitões por ano.

Diante da oportunidade de questionar os criadores e ex-criadores se a integração trouxe benefícios, estes se dividem ao opinar. Bardem afirma que o fomentinho:

ajudou em partes porque alguns criadores não conseguiram acompanhar a evolução sendo excluídos, e tinha uma época que eles chamavam de “fomentinho”, eram somente integrados pequenos que tinham ciclo completo que no decorrer do tempo foram saindo, parando porque esse sistema não ajudou, sendo uma desvantagem que vai excluindo criadores, porque exigem grandes plantéis (jan. 2018).

Para Garibaldi da Silva o sistema foi ruim, pois além de retirar dos criadores o controle dos animais, retirou o poder de compra do agricultor, porque houve redução da rentabilidade dos animais: “em 1980, com 16 mil quilos de suínos entregues eu adquiri um veículo zero quilômetro. No sistema integrado e não na parceria precisaria, de mais 25 mil quilos, para conseguir o mesmo artigo. Onde está essa diferença?” (out. 2017).

Diante das diferentes formas de interferência da agroindústria na cadeia produtiva dos suínos os criadores foram aderindo ao sistema de integração gradativamente, mostraram-se pacíficos e inertes com a nova forma de criar vinculado. O ritmo de produção desenvolvido a partir da agroindústria para os criadores foi dinamizado com a ação dos agentes públicos desenvolvendo novas formas de criar em grupo. O sistema de integração que estava sendo inserido a partir de então também era algo novo e desconhecido por parte dos envolvidos. Esse desconhecimento possibilitou que os criadores ficassem alheios às necessidades da agroindústria e imobilizados por não conseguirem acompanhar as novas exigências de produzir de forma independente em escala maior.

3 OS EFEITOS DA INTEGRAÇÃO

O Capítulo 3 desta pesquisa aborda os efeitos que o processo de integração causou aos criadores de suínos do oeste de Santa Catarina que até então o faziam de um modo rústico, de acordo com suas possibilidades. O que aconteceu com o agricultor com a consolidação da integração e o seu lugar neste processo serão discutidos. O capítulo detalha algumas das estratégias utilizadas pela agroindústria para se consolidar como fornecedora e reguladora de todo o processo de criar. O criador se tornou ineficiente e acuado diante da agressividade da política de expansão do sistema que estava sendo implantado na região.

Por meio da interpretação de dados numéricos, organizados em tabelas, se explica como esse sistema mudou, fortaleceu a agroindústria e enfraqueceu os criadores. As tabelas também permitem analisar número de criadores e propriedades existentes nos então municípios de Mondaí e Itapiranga no período de 1980 a 2000.

Quando o processo de subordinação dos criadores ao sistema de integração se consolidou, as agroindústrias organizaram os criadores por regiões de influência sem a interferência das demais integradoras. Os contratos de integração tiveram importância essencial na subordinação dos criadores, pois estipulavam as responsabilidades e as punições por omissão do terminador.

Portanto entre tantos aspectos envolvidos no processo integração e sua consolidação tivemos uma constante tensão entre criadores e as integradoras na qual ambos buscam sobreviver. Essas tensões serão discutidas no Capítulo 3.

3.1 Fatores para o fortalecimento e consolidação das agroindústrias

A crescente necessidade humana de alimentos e a concentração do capital determinaram mudanças estruturais na cadeia produtiva. As crises econômicas e alimentares promoveram direcionamentos do sistema produtivo modificando a conjuntura agropecuária. Quando se produz para atender mercados específicos, é necessário ter a produção integrada a uma agroindústria para assim garantir a venda e aumentar a possibilidade de obter renda.

Quando os novos modos e meios de produção tomaram para si, o papel didático de impor-se local e ou regional, ocorrem mudanças profundas nos modos produtivos. A criação de porcos após o processo de introdução da agroindústria no extremo oeste de Santa Catarina constituiu novas formas de relações socioeconômicas.

Sob essa linha de pensamento podemos apontar algumas formas de controle dos agricultores utilizadas pelas agroindústrias: a territorialização, o pagamento por quilo de porco para o produtor, o tipo de porcos que poderiam ser comercializados por parte dos criadores independentes, a sujeição e subordinação dos agricultores aos contratos de produção, o abandono das atividades de subsistência por parte dos integrados, aliado à ampliação da atividade integrada. Diante das diferentes formas de subordinação desenvolvidas pelas agroindústrias os criadores tiveram sua produção modificada, isto é:

A evolução da suinocultura nos últimos anos trouxe sérios problemas para o pequeno produtor, frente a necessidade e ao mesmo tempo a impossibilidade de transformar suas criações de caráter familiar em unidades técnica e economicamente bem conduzidas (JUVENTUDE RURAL, 1985, p. 45).

A preocupação dos criadores foi a de superar as dificuldades do trabalho no campo impotentes diante das mudanças promovidas pela ação do capital no meio rural. Para Maria de Nazareth Baudel Wanderley:

a energia está concentrada em vencer as dificuldades que resultam da condição de produtores de mercadoria em suas relações extorsivas com o capital comercial e agroindustrial. A expressão social dessa negação e dessa subordinação é a dimensão da pobreza social presente nas áreas rurais (2003, p. 56).

A forma mais contundente utilizada pelas agroindústrias para consolidar a integração foi a “territorialização da produção por região e ou área de domínio das empresas com suas plantas industriais” (FERREIRA, 2016, p. 29), deixando os criadores alheios a este sistema de criar proposto externamente que interferiu em fatores econômicos e culturais. Em síntese não ocorreram acordos formais para isso, mas observando as áreas de atuação das agroindústrias, essa prática ficou explícita porque nos ambientes de atuação de uma empresa não existem

terminações das demais integradoras impossibilitando a migração de criadores para outras empresas.

A dinâmica da territorialização das agroindústrias ocorreu como uma forma de enraizamento local e microrregional. Para a agroindústria consolidada regionalmente havendo pouca ou nenhuma outra integradora disputando integrados é muito estável, pois ela é a única opção para o agricultor manter os galpões ativos com animais. Aos agricultores resta criar aqueles animais específicos para aquele modelo de galpão que foi construído para determinado fim.

Outro fator interessante a ser observado no campo durante o processo de consolidação das agroindústrias é que as integradoras quando em comum acordo de interesses realizaram a troca de integrados para territorializar a região de atuação específica de cada uma. A territorialização ocorreu através na região de abrangência do abatedouro verificando distâncias para a distribuição de ração e recolhimento dos animais, inibindo a entrada de outras integradoras no local. Rigo, em entrevista, afirma que ele quando era criador de aves nos anos 1990, foi migrado de empresa sem ser avisado “eu era criador da Seara e foi repassado para a Aurora” (out. 2017).

As formas mais comuns de adentrar e demarcar presença nas propriedades por parte das integradoras ocorreu com a inclusão de placas de identificação de criadores com o símbolo da integradora nos acessos das propriedades, as cores das instalações e a padronização de galpões, são extensões do sistema de produção vinculada.

Conforme alguns instrumentos particulares do contrato de parceria para a criação de suínos, por meio de cláusulas específicas, as integradoras exigem dos criadores algumas obrigações como:

pintará, por sua conta, as instalações onde serão alojados os suínos, nas cores padrão da parceira outorgante, devendo instalar e conservar, em lugar visível de sua propriedade, placa de identificação de sua condição de parceiro da parceira outorgante, sendo a placa fornecida pela parceira outorgante, não lhe sendo devido, por causa disso, pela parceira outorgante, pagamento algum a título de remuneração ou de indenização, ou a qualquer outro título (SEARA ALIMENTOS LTDA., 2016, p. 04).

Outro ponto fundamental nos contratos de integração entre as agroindústrias e integrados, é “que as instalações devem estar disponíveis e acessíveis à visita dos quadros técnicos da empresa e equipes de auditoria a qualquer momento e órgãos públicos de sanidade observando a vistoria externa” (SEARA ALIMENTOS LTDA, 2016, p. 03). Isso deixa claro

que a propriedade do agricultor é uma extensão da agroindústria com livre e permanente acesso às instalações onde os animais estão alojados e ele passa a ser denominado de fiel depositário. De acordo com o Código Civil, Art. 629, o depositário é obrigado a ter na guarda e conservação da coisa depositada o cuidado e diligência que costuma com o que lhe pertence, bem como a restituí-la, com todos os frutos e acrescidos, quando o exigir o depositante (BRASIL, 2002).

No entanto, quando não ocorre a “demarcação” de território de atuação de cada agroindústria, elas, por si só concorreram promovendo remunerações mais razoáveis para atrair criadores e mesmo pela manutenção dos mesmos para ter as suas necessidades produtivas atendidas, isso é nítido na cadeia produtiva do leite, com a disputa de produtores para o fornecimento do produto. A disputa por produtor de leite ocorre por meio da oferta de valores maiores por litro de leite entregue observando a quantidade fornecida. Conforme Francisco Marcos Macedo Salgado “muitas vezes as plantas industriais operam com capacidade ociosa, em função da competição na aquisição do leite produzido na região com outras empresas” (2013, p. 31).

As agroindústrias possuem políticas de relacionamentos comerciais com os seus integrados e são fornecedoras da matéria-prima. Os animais fazem parte dessa gama de insumos necessários para as plantas agroindustriais. Assim, ela estabelece “preços mínimos do dia” para adquirir animais e para realizar o pagamento das remunerações aos integrados. Quando os criadores entregam os animais estes passam a ter valores em quilos a receber no sistema de partilha. Mas isso não significa que ele irá receber em animais ou em quilos de carne a sua remuneração.

Isso explica o principal motivo das agroindústrias integradoras manter ativos os preços mínimos dos animais mesmo que ela não realiza mais a compra de suínos dos produtores independentes. Como cláusula específica da “partilha” depois de realizados os acertos de despesas do lote o parceiro criador “fará jus a porcentagem sobre o total de quilos de suínos entregues a parceira outorgante de acordo com a tabela de partilha” (SEARA ALIMENTOS, 2016, p. 2) que também analisa a média de “ganho de peso dia” ou GPD, e mortalidade. Conforme Dalla Costa:

Quanto menor for o preço pago ao produtor, maiores serão os seus lucros e a competitividade no mercado. O mecanismo fundamental de transferência dos excedentes do setor agrícola para o capital industrial e comercial se dá através de esquemas de controle da produção agrícola pelas empresas, industriais e de comercialização. Esse tipo atual de transferência diferencia-se qualitativamente das

formas antigas que eram feitas através do controle da produção pelo capital comercial tradicional, que por sua vez, baseava-se no atraso do pequeno produtor, sua atomização e isolamento do circuito capitalista (1993, p. 46).

O criador poderá receber a título de prêmio desempenho, valor correspondente a até 10% do valor de sua participação na partilha de acordo com os resultados obtidos. Mas destes valores numéricos passam a serem descontados dos criadores os índices considerados insatisfatórios por parte das agroindústrias. A extinta integradora SUL VALLE Alimentos de São Miguel do Oeste-SC. ainda considerava em cláusulas contratuais sobre a remuneração que “a tabela de partilha poderia ser revista a qualquer momento em comum acordo entre as partes” (2011, p. 5).

Conforme o Centro Experimental Agrícola de Pecuária “o produtor rural se encontrava, portanto, numa relação de dependência econômica, tecnológica e financeira, dada as condições exigidas pelo frigorífico em termos de: custo, preço, quantidade, qualidade, tecnologia e fluxo de produção (CEAG-SC, 1978, p. 23). Flach²² confirma que: “o agricultor era melhor remunerado quando era dono e foi vantajoso ser integrado, ao contrário dos dias atuais” (Fev. 2018). De acordo com o entrevistado Alles, os agricultores perderam além do controle produtivo, a forma de alimentar dos animais, o poder de decidir o preço do quilo do animal para a comercialização, nas palavras dele:

Depois que entrou a integração tu teve que vender os suínos para eles, o preço eles faziam, tu não é mais o dono do preço, tu na verdade tem que entregar o porco²³, não consegue vender mais, antigamente vinham ali na tua casa carregavam, pesavam e te davam o dinheiro (Out. 2017).

Ocorreu e ocorre a manutenção do preço mínimo diferente por parte das agroindústrias onde cada uma estipula um valor mínimo para a aquisição dos animais vivos. As empresas começaram a utilizar de estratégias de controle e exclusão sobre o pequeno criador. Deixou de ser interessante para as agroindústrias ter pequenos criadores integrados a partir de meados da década de 1990. As agroindústrias integradoras priorizaram destinar a assistência técnica para criadores que tinham tendência de investir na ampliação da atividade suinícola. Hecler afirmou que “começaram a abusar do agricultor, para o criador independente o preço é esse, você trabalhava no vermelho, para o agricultor quebrar” (fev. 2017). Os termos “abusar” “o preço é esse” e “trabalhar no vermelho” utilizados pelo entrevistado mostram as estratégias

²²Alcido Flach, é agricultor e ex-criador de suínos no sistema de integração. Morador da comunidade de Santa Fé Alta, do município de Itapiranga- SC.

²³A expressão entregar o porco é referindo-se a vender os animais a preços baixos em desacordo com os interesses dos criadores.

das agroindústrias com os criadores independentes para que estes desistissem da atividade por prejuízos ou torná-los integrados a elas com sua criação.

O processo de persuasão promovido pelas agroindústrias contou com o auxílio da mídia do período que eram os jornais escritos (poucos lidos porque a maioria da população não tinha a habilidade em leitura e interpretação) e falados, (pouco ouvidos por falta de acesso aos aparelhos) nas rádios e posteriormente houve uma dedicação dos quadros técnicos das agroindústrias que promoveram encontros sistemáticos com os agricultores para romper a resistência dos camponeses. Estes se tornaram subordinados à agroindústria por meio de contratos de produção de suínos. Na produção de aves ocorreu o mesmo processo. Também para Alles:

Havia os intermediários, comerciantes e a empresa. No final o comerciante era o transportador, ele carregava e tu ia junto na empresa, pesava os animais e o que dava tu ganhava, descontavam os concentrados que havia pego, o resto era teu, mas as vezes não sobrava, nada (ALLES, out. 2017).

Nessa estratégia de comercializar os animais o comércio ocorria mais localmente e isso desenvolvia as comunidades, porque o dinheiro circulava na comunidade. Nos dias atuais o volume de dinheiro movimentado com os animais é maior, mas é concentrado em poucas propriedades e destinado em grande parte para pagar os empréstimos bancários. De acordo com as memórias de Edmundo Steffem, agricultor e ex-criador de suínos independente, morador da comunidade de Cambucica, em Riqueza- SC:

hoje todos tem o mesmo preço, e naquele tempo um levava pra Chapecó, outro pra Seara todos poderiam ganhar dinheiro, mas as firmas castigavam eles, porque compravam o porco por um preço menor que o comerciante havia pago para o criador. Vendia lá, ou estava fora, e assim foi. A maioria ficou fora do sistema por falta de comprador, principalmente o porco comum (out. 2017).

Outra forma de se impor ao criador foi solidificada até meados da década de 1990, que até esse período era agroindústria que decidia se iria ou não receber os animais dos criadores independentes, mas o fator real é que a agroindústria se consolidou em produção autossuficiente ou com criadores independentes que possuíam o vínculo de criar dentro das mesmas regras que os integrados terminadores sendo que assim a agroindústria conseguiu controlar o número de animais no campo. A sazonalidade produtiva de suínos era provocada pelos criadores independentes que especulavam o mercado de carnes para realizar a venda dos animais gordos. Ao contrário as agroindústrias fomentaram a criação integrada e ampliaram a sua criação para se sobressair a falta de fornecimento de matéria-prima. A superação da

sazonalidade por parte das agroindústrias agregou na atividade suinícola a qualidade e quantidade, conforme descritos no relatório do CEAG-SC. Assim:

A melhoria da qualidade e conseqüente rendimento industrial foram tão satisfatórios para a indústria que em poucos anos já estava assegurada a produção de suínos com qualidade e quantidade desejadas, evitando-se cada vez mais o problema de estacionalidade (1978, p. 69).

O CEAG-SC identificou que os criadores tornaram-se integrados as agroindústrias, mas permaneceram donos dos animais, isso possibilitou o destino da produção. Cabe lembrar que desse modo à agroindústria conseguiu superar a sazonalidade produtiva. Conforme Garibaldi da Silva (out. 2017), a Cooperativa Auriverde²⁴ manteve ainda nos anos 2000 os pequenos criadores ativos, fornecendo aos mesmos os insumos necessários para a criação e estes realizavam o pagamento na entrega dos animais. As cooperativas realizaram a compra dos animais de terceiros sem vínculos de integração até meados da década de 1990, desde que o agricultor fizesse parte do quadro de associados, o que configurou uma forma distinta de integração.

As demais integradoras até adquiriam, mas deveriam ser cargas fechadas para organizar o abate. Flach²⁵ lembrou que fez isso no ano de 2008, ele experimentou terminar um lote de 80 leitões da creche onde “fornecia alimentos à vontade e acomodei os animais em um antigo galpão de tabaco sobre a maravalha trazendo boas vantagens econômicas” (Jan. 2018).

Os criadores independentes sem vínculo de integração estavam sujeitos a ter a sua produção ignorada pelas agroindústrias regionais. Marlene Dill descreveu o modo de relação comercial que o agricultor independente tinha com a agroindústria, através do sua produção “eles só vinham carregar os nossos porcos quando estavam em falta no abate, ai eles vinham lá em casa e escolhiam alguns de 15, 20 porcos gordos” (Jan. 2018).

Pode-se observar que o sistema integração agroindustrial se consolidou até o final do século XX. Porém algumas etapas do ciclo produtivo da cadeia suinícola permaneceram sob o controle dos criadores sendo postergada até o início da segunda década do século XXI, como

²⁴ A Cooperativa Agrícola Mista Cunha Porã Ltda. nasceu em 1968, com o objetivo de desenvolver atividades agropecuárias, organizar a produção e a comercialização. Em 1975 a Cooperativa Agrícola Mista Cunha Porã promoveu a fusão com a Cooperativa Agrícola Mista Maravilha, passando a chamar-se Cooperativa Regional Auriverde. Incorporou em 1982 a Cooperativa Agrícola de São Carlos (COAPESC) do município de São Carlos, SC. A suinocultura é uma das atividades mais importantes da Cooperativa com sede no município de Cunha Porã, SC, integrada a Cooperativa Aurora.

²⁵ Alcido Flach, era criador de leitões para a integradora de suínos Safríta do Município de Itapiranga. Criou até o ano de 2013, e aleatoriamente realizou a engorda de lotes de suínos porque já possuía vínculo para comercializar os animais. Ele abandonou a atividade por alguns fatores como: a idade, falta de sucessão familiar e mão-de-obra, bem como as estruturas sendo consideradas obsoletas.

a produção de leitões de forma independente e a manutenção das porcas criadeiras com o criador ainda sendo dono, que aos poucos está sendo absorvida por parte das integradoras com a substituição das matrizes no sistema de comodato. No “comodato o bem é entregue para ser usado temporariamente e depois restituído, ocorrendo apenas à transferência da posse e não da propriedade” (COSER, 2010, p. 72).

O sistema de comodato ocorre quando as empresas integradoras de suínos fornecem aos agricultores/criadores todos os animais reprodutores em comodato. O criador recebe todos os insumos da integradora, nutrição, medicamentos, matrizes, sêmen. Fornece mão-de-obra, instalações, luz e água. Entrega os leitões semanalmente. Ou seja, o agricultor recebe esses animais para torná-los reprodutivos, mas não é o dono dos mesmos.

Esse sistema vigora até os dias atuais, mas com os criadores tendo vínculo de fornecimento da sua produção de leitões para as integradoras que destinam os mesmos aos criadores terminadores. A produção de suínos é dividida em ciclos e há um número considerável de produtores responsáveis por cada ciclo de vida dos animais. Esta divisão de acordo com Costa Curta²⁶ “confere um melhor manejo, exige trabalho especializado e profissionalismo dos envolvidos na atividade” (Out. 2017).

3.2 Reestruturação produtiva

O consumo de carne suína derivada de porcos caipiras era uma tradição no passado de nosso país. Após a década de 70, o consumo e criação de porcos caipiras se enfraqueceram devido à produção industrial em grande escala de suínos, trabalhando com raças importadas, gerando um sistema de integração produtivo dominado pelas agroindústrias. O mercado de suínos foi expandido em quantidade e competitividade. O pequeno produtor não conseguiu sobreviver em um sistema que demanda de escala e valores irrisórios de lucro por animal criado, mas que para as empresas foi e é benéfico devido a quantidade de porcos no campo. Quando afirmamos que o número mínimo de fêmeas disponíveis nas propriedades por exigências das agroindústrias eram de 30, vemos que posterior aos anos 1990 esses números de animais dispostos por criador foram ampliados para 100, 150, 200 nos anos 2000. Na atualidade exige-se o mínimo de 500 criadeiras. A ampliação da capacidade de alojar tantas criadeiras nas propriedades se deu em curto espaço de tempo de cinco a dez anos. O produtor sabedor desta situação teve que ampliar ou parar.

²⁶ Paulo Costa Curta é veterinário e gerente da área de suínos da Cooperativa A1, estabelecida no Extremo Oeste Catarinense e filiada ao sistema Aurora.

No início dos anos 1980, milhares de estabelecimentos rurais possuíam na suinocultura sua principal fonte de renda, característica esta que foi sendo modificada com o processo de reorganização produtiva. Essa reestruturação produtiva causou algumas exclusões do sistema de criar: Ao final desse período de transformações, constata-se que em 1980, no Oeste catarinense, 67 mil famílias tinham na suinocultura uma importante fonte de renda, em 1995 restaram apenas 20 mil nesta condição (TESTA et al, 1996, p. 65) e que, “atualmente, estima-se que este número seja de 18 mil” (ACCS, nov. 2018). No processo de transformação do modelo técnico foi priorizado apenas os aspectos econômicos da produção, desconsiderando-se questões como o desemprego/exclusão da atividade, preservação ambiental, a valorização do espaço rural e o esvaziamento regional.

Houve uma diminuição do número de agricultores envolvidos na atividade suinícola, mas uma grande ampliação da quantidade de animais criados de modo concentrado sob domínio das agroindústrias. De acordo com a Associação Catarinense de Criadores de Suínos (ACCS) e a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC), Santa Catarina possui atualmente praticamente sete milhões de suínos alojados com mais de 400 mil matrizes, quantidade de animais equiparados aos anos 1980, que envolvia 70 mil criadores (ACCS, dez. 2018; FAESC, dez. 2018).

Conforme os dados do Senso Agropecuário brasileiro de 1960, identificados nas tabelas 1 e 2, é notório que a catalogação dos animais foi irreal porque não foram visitados todos os estabelecimentos rurais e muitos proprietários/criadores do período camuflavam dados sobre a quantidade de animais que possuíam. Os dados colhidos colocavam Santa Catarina e a região sul do Brasil distantes da liderança de maiores criadores de suínos do país.

Tabela 1: Senso Agropecuário brasileiro por região em 1960

41. ANIMAIS PERTENCENTES AO PESSOAL RESIDENTE NOS ESTABELECIMENTOS									
REGIÕES FISIAGRÁFICAS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	BOVINOS	EQUINOS	ASININOS	MUARES	SUINOS	OVINOS	CAPRINOS	AVES	
								Galinhas	Outras
BRASIL	911 533	461 722	217 357	142 304	3 731 568	494 955	1 111 786	22 171 039	706 843
Norte	27 655	2 564	96	399	110 055	7 637	1 678	588 583	42 613
Nordeste	242 262	114 952	179 811	35 385	1 022 388	353 067	902 160	5 430 184	343 946
Leste	261 568	137 954	33 352	53 815	1 320 368	77 556	151 752	8 060 122	200 451
Sul	205 798	144 922	2 543	48 115	943 280	49 323	45 856	6 383 874	94 493
Centro-Oeste	174 250	61 330	1 555	4 590	335 477	7 372	10 340	1 708 276	25 340

Fonte: IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- Departamento de Censos, 1960, p. 93.

Tabela 2: Senso Agropecuário brasileiro relacionado aos estabelecimentos agropecuários visitados e catalogados em 1960 conforme a região

2. ANIMAIS ARROLADOS FORA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS

REGIÕES FISIográficas E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	BOVINOS		EQÜINOS		ASININOS		MÚJARES		SUINOS		OVINOS		CAPRINOS	
	Infor- mantes	Número de cabeças	Infor- mantes	Número de cabeças	Infor- mantes	Número de cabeças	Infor- mantes	Número de cabeças	Infor- mantes	Número de cabeças	Infor- mantes	Número de cabeças	Infor- mantes	Número de cabeças
BRASIL	4 060	148 842	4 192	13 881	900	2 205	1 458	7 416	3 244	36 581	418	6 579	985	6 923
Norte	140	2 842	78	157	2	3	-	-	31	3 030	7	109	4	26
Nordeste	1 524	31 327	743	1 267	633	1 469	415	1 098	961	3 919	248	2 526	571	3 229
Leste	571	20 672	652	3 256	205	568	246	2 263	398	3 301	66	1 732	109	1 833
Sul	1 496	59 799	2 454	6 692	47	117	643	3 057	1 711	24 892	87	1 700	288	1 708
Centro-Oeste	329	34 202	265	2 509	13	48	154	1 028	143	1 439	10	512	13	127

Fonte: IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- Departamento de Censos, 1960, p. 94.

Levando em consideração o Município de Itapiranga em análise de dados do Levantamento Agropecuário Catarinense (LAC) de 2003, apresentados na Tabela 3, podemos afirmar que ainda está ocorrendo exclusão e substituição de criadores do sistema de integração, mas com a ampliação do número de animais no campo de forma concentrada. Itapiranga contava em 2003 com 636 criadores e 89.846 mil suínos em todas as etapas do ciclo produtivo suinícola (EPAGRI, 2003). Mas de acordo com os dados das integradoras e da Secretaria Municipal da Agricultura do município Itapiranguense em 2018, o município possuía 180 criadores com 179 mil animais (EPAGRI, 2018).

Tabela 3: Número de criadores de suínos na Microrregião de São Miguel d'Oeste

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INFORMANTE E EFETIVO DE SUÍNOS NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, SEGUNDO FINALIDADE DOS ANIMAIS, EM 31/08/03

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS INFORMANTES	NÚMERO DE CABEÇAS				
		Total	Reprodutor(a)	Leitão em Aleitamento	Leitão em Recría	Animais em Terminação
SDR - São Miguel do Oeste	4.845	464.622	48.651	101.392	100.065	214.514
Anchieta	312	12.567	2.091	5.214	1.265	3.997
Bandeirante	154	7.573	598	995	1.192	4.788
Barra Bonita	152	7.357	534	2.804	1.334	2.685
Belmonte	196	3.738	375	604	1.003	1.756
Descanso	235	34.304	1.887	3.165	5.570	23.682
Dionísio Cerqueira	673	11.487	1.315	2.384	3.404	4.384
Guaraciaba	532	62.849	8.408	15.402	16.404	22.635
Guarujá do Sul	26	8.027	1.345	2.452	2.310	1.920
Iporá do Oeste	171	41.236	6.337	12.834	7.835	14.230
Itapiranga	636	89.846	6.324	11.787	24.079	47.656
Palma Sola	357	6.846	1.106	1.913	1.795	2.032
Paraíso	145	12.233	1.131	2.552	2.999	5.551
Princesa	137	9.124	1.018	2.139	2.381	3.586
Santa Helena	187	4.217	440	795	1.083	1.899
São João do Oeste	304	63.821	3.904	9.883	5.427	44.607
São José do Cedro	134	27.668	3.956	8.235	8.190	7.287
São Miguel do Oeste	354	21.716	2.028	5.557	3.316	10.815
Tunápolis	140	40.013	5.854	12.677	10.478	11.004

Fonte: ICEPA- Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina, 2005, p. 195.

Ter uma instalação para terminação de animais desenvolveu no agricultor um sentimento de “fazer parte e sim passar a sentir-se como os de “dentro” enquanto os que não estão incluídos são vistos como os de “fora” atrasados” (STEFFEM, out. 2017). Conforme

Woortmann é também forma de definição de “colonos fortes e fracos”. Agricultores fortes são donos de ampla infraestrutura implantada na propriedade e bem sucedidos na atividade enquanto que agricultores fracos são pequenos agricultores descapitalizados. (1995, p. 168). De acordo com Belato, os agricultores que realizam investimentos nestes moldes “são os agricultores que dispõem as condições de fazer os investimentos necessários para a produção” (1985, p. 314), sendo capital, disponibilidade de crédito e mão-de-obra.

Esse processo não é observado pelos agricultores como promotor de exclusão de muitos, mas sim como ele próprio (agricultor) sendo o “culpado por não ter dado certo na atividade” (Rigo, out. 2017). Para o entrevistado Mauro Wille²⁷ muitos agricultores não fazem parte do sistema de integração “porque não têm condições econômicas de realizar o investimento necessário para implantar a atividade em pequenos módulos rurais” (Out. 2018). Mas houve agricultores que não quiseram se submeter ou fazer parte desse sistema de produção agropecuária integrado. As razões são variadas: o envelhecimento (idade dos integrantes do núcleo familiar), estruturas arcaicas para os novos padrões exigidos, a questão do medo de realizar novos investimentos com valores expressivos, as exigências de garantias bancárias, desinteresse pela atividade dos sucessores, falta de sucessão familiar, recursos naturais escassos (água, solo), proximidade de áreas urbanizadas, de cursos d’água, áreas de proteção ambiental, opção por mudança de atividades, entre outros.

Alguns criadores independentes migraram de sistemas arcaicos para sistemas modernos em galpões de suínos seduzidos pela possibilidade de ampliar a renda, mas os pequenos proprietários não conseguiram se modernizar e passaram a necessitar da agroindústria para manter seu ciclo produtivo. Conforme o agricultor/criador entrevistado Jacó Alles: “assim a antiga Safríta depois adquirida pela Ceval e hoje é a estrutura da JBS, passaram a incentivar a modernização das estruturas físicas e a substituição dos animais” (Out. 2017). De acordo com Garibaldi da Silva, primeiro foi a ACARESC²⁸ que incentivou o agricultor para melhorar a atividade da suinocultura, com assistência técnica, fomentando a implantação de novas estruturas seguido da agroindústria privada e por último as cooperativas (out. 2017).

²⁷ Agricultor e criador de suínos para a subsistência. Residente na comunidade de Flor da Serra, no município de Riqueza-SC.

²⁸ Empresa pública do setor agropecuário catarinense que na atualidade possui a nomenclatura de Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI).

Os produtores/criadores modificaram o modo de criar, adaptando instalações e manejo. As instalações e o manejo sofreram interferências para atender exigências das agroindústrias e de sanidade animal. Esse processo da evolução das instalações e do manejo pode ser observado nas figuras a seguir que mostram aspectos de manejo e criar que foram sendo substituídos gradativamente com a ampliação e adesão dos agricultores ao sistema de integração. Os manejos corriqueiros e rudimentares não foram eliminados completamente. Muitos agricultores resistiram e persistem em criar com as técnicas tradicionais.

O modo de criar animais de forma especializada teve início, no oeste de Santa Catarina, nas pequenas propriedades. O processo especializado de criar ocorreu com a união dos agricultores com os demais setores da atividade suinícola. A criação especializada foi o agricultor criar para agroindústria e ter a criação de porcos como a principal fonte de renda da propriedade. Essa junção da cadeia produtiva iniciada antes de 1980 levou à atual fase da integração com as parcerias agroindustriais. Esse processo quando introduzido fomentou a produção suinícola em larga escala em todas as regiões produtoras e por consequência o abandono das raças comuns.

Os porcos pretos conhecidos como comuns perderam espaço no comércio, porque fisicamente possuem teores maiores de gordura animal na carne. Fatores como: consumidores mais conscientes e exigentes, a introdução do óleo de soja como combustível para cozinhar, a demora do ciclo de produção destes animais comuns para estarem prontos para abate e a necessidade da indústria de alimentos superar a sazonalidade da produção, instigou a substituição dos animais tipo banha por animais que forneciam maiores volumes de carne. A Figura abaixo mostra porcos comuns soltos em currais, manejo esse que não foi utilizado em larga escala com os porcos brancos.

Figura 10: Modo corriqueiro de criar porcos pretos



Fonte: Arquivo pessoal da família Squena.

A Figura 10 identifica as técnicas rudimentares de manejo dos porcos pretos criados soltos em currais, registro realizado na comunidade de Linha Consoladora, no município de Mondai em 1957. Podemos observar que não havia preocupação com a sanidade e bem estar animal. Essas técnicas de manejo e criar eram desenvolvidos em grande parte das propriedades de pequenos agricultores do período antecessor ao sistema de integração, por ser barata e de baixa exigência técnica. Outra forma rudimentar que foi abolida nas propriedades integradas à agroindústria foi a criação na corda, mas ela permanece em uso nas propriedades que criam para o consumo próprio.

Figura 11: Porco na corda



Fonte: Arquivo do autor, obtida na propriedade rural de Mauro Wille, em out. 2018, na comunidade de Flor da Serra, município de Riqueza- SC.

A Figura 11 identifica a técnica rudimentar de controle e manejo de porcos com cordas. Os animais criados nos tempos atuais com esta prática possuem cruzamento genético com as raças brancas. Essa prática é vigente também nos dias atuais e é comum ser encontrada em comunidades interioranas que acolhem famílias de pequenos agricultores familiares com baixo desenvolvimento socioeconômico.

Os manejos dos leitões e animais adultos em locais de chão batido ou estruturas de madeira e com instrumentos naturais de aquecimento (palha de milho e folha de bananeira) também perderam eficiência diante das estruturas de alvenaria que foram sendo introduzidas e exigidas dos criadores integrados. Essas técnicas perderam espaço, mas, são facilmente encontradas nas propriedades que não possuem a criação vinculada a alguma agroindústria.

Figura 12: Técnica de criar leitões na palha de milho e folhas de bananeira



Fonte: Arquivo do autor, obtido na propriedade rural de Aldérico Moresco em nov. de 2018, na Linha Conceição, município de Riqueza- SC.

Figura 13: Estrutura física de madeira



Fonte: Arquivo do autor, obtido na propriedade rural de Ivanete Frumi, em 20 de out. de 2018, na linha Flor da Serra, município de Riqueza- SC.

Nas Figuras 12 e 13 se pode perceber que os agricultores que criam animais para a subsistência mantiveram e mantêm estruturas físicas de madeira e mesmo as técnicas de criar os leitões na palha de milho e folhas de bananeira para o aquecimento dos leitões. Em consequência da ampliação e acesso ao serviço de extensão rural os agricultores foram incentivados a melhorar as estruturas físicas e migrar a sua criação para animais melhorados geneticamente destinados ao mercado de carne.

Quando haviam agricultores criadores mais estruturados economicamente que tinham como prioridade em sua propriedade a criação de suínos as equipes de extensão rural de antiga ACARESC, puderam propor a edificação de estruturas de alvenaria com maior capacidade de alojamento de animais possibilitando desse modo o aumento da capacidade de produção de suínos desses criadores.

Na Figura 14 podemos observar um galpão moderno para a década de 1970, que evidencia a evolução da forma de criar a partir das estruturas físicas. Estas estruturas foram desenvolvidas para acolher de 50 a 100 animais em ciclo completo. Os criadores do período passaram a ter suas 10 a 15 porcas criadeiras, e acomodavam nestes chiqueiros as fêmeas em final de gestação e em fase de amamentação. Os demais animais ficavam soltos nos currais.

Na atualidade as estruturas preservadas em algumas propriedades agrícolas comportam alguns animais destinados ao consumo familiar.

Figura 14: Estrutura física moderna incentivada pela antiga ACARESC



Fonte: Arquivo do autor, obtido na propriedade de Veloir Follmann, na Comunidade de Sede Capela, município de Itapiranga- SC.

Alcido Flach, agricultor e ex-criador de suínos relata em entrevista que, “tinha outro modelo de chiqueiro proposto pela antiga Safríta, atual unidade do grupo JBS, em Itapiranga”. “Esse chiqueiro foi desenvolvido conforme as pocilgas eram edificadas na Alemanha e poderia comportar até 250 animais de todas as idades” (Fev. 2018).

Figura 15: Modelo de pocilga proposta pela Safríta



Fonte: Arquivo familiar da Alcido Flach da comunidade de Santa Fé Alta, município de Itapiranga- SC.

Estas estruturas também resistem ao tempo e algumas estão em uso, mas com as características externas preservadas, porque estas edificações sofreram inúmeras intervenções físicas para serem adaptadas às exigências das empresas integradoras.

Após esses procedimentos técnicos de mudança estrutural a campo as agroindústrias passaram a introduzir divisão produtiva da cadeia suinícola. Foram implantadas as primeiras Unidades de Produção de Leitões (UPLs) e os primeiros chiqueiros para a engorda, começou desse modo o desenvolvimento do trabalho especializado na suinocultura. A Figura 16 identifica os primeiros chiqueiros edificadas exclusivamente para alojar animais em fase de terminação com capacidade inicial de até 240 porcos, na década de 1990. Essas estruturas tiveram que ser ampliadas no decorrer dos anos 2000, para manter elas ativas através do alojamento.

As estruturas que não foram modificadas e não tiveram a capacidade de alojamento ampliada estão obsoletas e sem utilidade. As agroindústrias integradoras priorizaram ter agricultores integrados que possuem chiqueiros com capacidade de alojar aproximadamente 500 animais por lote. Isso não significa que instalações com capacidade menor de alojamento estão todas ociosas e abandonadas. Pedro Squena afirmou em depoimento que “na linguagem do técnico e da agroindústria os alojamentos dessas estruturas dependem do desempenho satisfatório em resultados financeiros para a agroindústria integradora e integrado” (Jan. 2018).

Figura 16: Instalação de suínos com capacidade de 220 animais alojados



Fonte: Arquivo do autor, obtido na propriedade rural de Dolores Rossi Furlan, na comunidade de Alta Riqueza, município de Riqueza- SC.

No sistema de terminação, os chiqueiros que foram edificados a partir da década de 1990, para o agricultor receber os leitões no sistema engorda, são considerados obsoletos para os padrões atuais.

O papel desenvolvido por empresas agropecuárias privadas, e empresas públicas de extensão que organizaram os jovens agricultores para aceitar a implantação da assistência técnica foi possível com o auxílio de ferramentas de mobilização social como os clubes 4S. Assim as empresas “foram modelando a sua estratégia de adesão e se utilizaram também de órgãos públicos para acelerar a assimilação e adesão ao sistema de integração promovendo viagens, visitas técnicas, formando grupos de criadores” (HECLER, 2018). Conforme Andressa Bauermann a Extensão Rural demonstrou que:

o processo de modernização acelerada dos processos produtivos agrícolas acabou ampliando a expansão capitalista no campo sem apontar para transformações que seriam necessárias na estrutura agrária. Foi desta maneira que ocorreram mudanças na base técnica agrícola e o complexo agroindustrial teve grande crescimento. Em paralelo, as técnicas produtivas prescritas pela Extensão Rural foram introduzindo novos padrões de trabalho aos pequenos produtores. Era um discurso de valorização da tecnologia e de seus efeitos para a superação do atraso do agricultor sempre ressaltando a autoridade dos técnicos (2017, p. 31).

Essa mesma modernização permitiu a reunificação de interesses das classes dominantes e com ela, foram acentuadas as desigualdades sociais também nítidas no meio rural por meio da concentração de terras e investimentos em atividades fins vinculados, como os suínos e aves. Nesse contexto, houve alguns privilegiados em detrimento de tantos outros produtores não atendidos pelo processo de modernização, pois este não atingiu de forma homogênea aqueles produtores rurais que por ela esperavam para produzir mais e melhor.

Esse processo de ampliar a quantidade de animais alojados nas pequenas propriedades foi intensificado após os anos 2000, visou-se assim diminuir o número de criadores e ampliar a quantidade de animais a campo. Os procedimentos adotados pelas agroindústrias para disseminar animais e diminuir agricultores integrados foram considerados os fatores da concentração e diminuição dos custos de produção, ignorando assim as consequências socioeconômicas e ambientais. Está consolidado entre as agroindústrias integradoras de suínos que novos integrados devem ter pocilgas com capacidade mínima de acolher 500 animais.

Figura 17: Pocilga de suínos para engorda



Fonte: Arquivo do autor, obtido na propriedade rural de Claudir Pesamosca da comunidade de Pato Branco Baixo, município de Riqueza- SC.

A Figura 17 representa os galpões atuais de suínos no sistema de terminação, com capacidade de alojamento para 500 animais. Assim as agroindústrias estão impondo padrões de galpões, homogeneização da matéria-prima, disponibilidade de oito horas dia de dedicação dos integrados para atividade. Fomenta ainda quando possível os integrados a edificar pocilgas para 1000 animais ou mais.

De acordo com o ex-criador Amantino Rigo “o agricultor que está à margem do sistema de integração é observado como incapaz pelos próprios agricultores que estão inseridos, sendo assim facilitado pela agroindústria o processo de acolher e excluir criadores” (Out. 2017). De acordo com Alba, as políticas de fomento agropecuário têm favorecido as agroindústrias e oprimidos os criadores:

As políticas de Estado favoreceram diretamente as agroindústrias que têm subjacente o objetivo de fazer com que o capital encontre maneiras de explorar todos os espaços, fazendo uso das características naturais e sociais dos lugares. E, ainda, através das políticas de educação e espírito comunitário, desenvolvido nas comunidades rurais, conseguem ideologicamente, escamotear as contradições inerentes no próprio sistema. A exclusão e a proletarização dos demais agricultores, que não conseguem acompanhar as inovações, são explicadas como sendo decorrentes de fatores pessoais e técnicos. Esta é uma maneira de neutralizar as lutas de classes, pois os problemas inerentes do próprio modo de organização são passados aos agricultores como sendo de ordem pessoal dos próprios excluídos (2001, p. 309).

A elaboração das políticas de crédito rural foi de encontro aos interesses das agroindústrias, pois por meio dele foi fomentado o processo de modernização do sistema produtivo agropecuário. Então ficou claro que a ausência de crédito para a agropecuária não teria possibilitado a evolução e submissão dos agricultores ao sistema de integração. Porque para atender aquilo que a agroindústria desejava os criadores realizaram grandes investimentos ficando reféns de suas dívidas bancárias e submissos ao sistema para honrar os financiamentos.

3.3 Crédito rural e hipoteca

Geralmente, os pequenos agricultores/criadores não possuíam e não possuem recursos econômicos para realizar investimentos estruturais em suas propriedades. Quando estes são atraídos para as atividades de integração vertical, dependem de acesso a crédito bancário para edificar e implantar estruturas físicas nas propriedades. Esta infraestrutura é realizada para então receber os animais/suínos, por exemplo, e o agricultor deverá pagar os custos deste investimento com a remuneração obtida por animal terminado/entregue/abatido.

As agroindústrias ao fazerem acordos contratuais com os agricultores/criadores deixam claro que a remuneração será de acordo com “os valores suportáveis por ambas as partes”, que no caso do agricultor é para que o mesmo fique dependente de continuar e manter a estrutura com animais alojados para honrar os financiamentos. Havia linhas de crédito nas décadas de 1970 e 1980, mas muitos agricultores cautelosos com os riscos de empréstimos bancários preferiam realizar investimentos por conta própria, como descreve Rigo (Out. 2017), “tudo por conta o que eu fiz até hoje, e o que não tinha dinheiro comprei fiado, equipamentos não prestam mais tem que trocar tudo, mas, pagava com os frangos”. Também temos a contradição de ideias sobre os financiamentos entre os envolvidos. Para Barden foi vantajoso se aliar às linhas de crédito bancárias, pois “quando ficamos integrados no projeto tudo foi financiado no banco em oito anos, era um projeto com 72 porcas, a juros fixos” (fev. 2018).

Quando o agricultor não possui recursos econômicos disponíveis ele recorre às instituições bancárias através de empréstimos e em contrapartida ele oferta em garantia a sua propriedade rural por meio das cédulas de hipoteca²⁹, responsabilizando-se assim a promover o pagamento das parcelas do empréstimo. Com a hipoteca, o agricultor se torna um gerador de

²⁹ Hipoteca é o direito dado ao credor de receber um bem imóvel (ou de difícil mobilidade) como garantia do pagamento de uma dívida por parte do devedor.

produção e de bens econômicos para as instituições de crédito, instigadas pelas agroindústrias. Por meio de testemunho oral de um criador se pode saber que:

Naqueles anos foi fácil o integrado fazer o começo, porque a firma fornecia a ração e pagava lá na frente com o leitão, sem juros, enquanto o financiamento pagava de meio em meio ano. Por causa do juro fixo das prestações e com a inflação as últimas prestações viraram o preço de uma galinha, sendo que o banco encerrou o contrato faltando duas prestações, sendo pagas em uma vez (BARDEN, fev. 2018).

Em muitas situações as propriedades dos agricultores possuem valor de mercado menor que o valor do empréstimo obtido, assim estes necessitam oferecer em garantia na hipoteca mais imóveis ou alienar os bens de terceiros como avalistas.

Jacó Alles afirma que a dívidas dos agricultores geraram preocupações alarmantes e tensão para não parar os alojamentos:

Você não é mais dono das tuas coisas, eu aprendi que quem trabalhava mais ganhava mais, se tu quer ter uma propriedade mais ou menos tu tem que se endividar muito, tem que pegar muito recurso emprestado no banco, assim tu te preocupa muito, não dorme direito, não consegue viver, sempre preocupado em conseguir pagar o financiamento (out. 2017).

Para as agroindústrias é necessária que ocorra no sistema de integração a divisão de responsabilidades, na qual o agricultor é dono da estrutura física para acolher os animais e armazenar insumos, por conta e risco enquanto a agroindústria deverá fornecer os animais, insumos, transporte e o destino da produção. A necessidade de estruturas físicas extensas a campo instigaram as empresas corresponder com garantias de alojamento, mas não de pagamento dos valores adquiridos por parte dos agricultores junto a instituições bancárias a fim de que se tenha liberado os recursos para a edificação das pocilgas. É evidente que a possibilidade da obtenção de crédito alienou os bens dos agricultores, mas, possibilitou que estes conseguissem participar do sistema integração. A política de crédito adotada possibilitou ao Estado restabelecer o seu "poder regulador macroeconômico". "O crédito rural foi considerado como o alicerce da política da modernização conservadora ocorrida no Brasil na década de 1970" (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 136).

Conforme Paulo Costa Curta a forma de distribuir responsabilidades com os terminadores foi à agroindústria "não ser dona das estruturas externas que estão nas propriedades dos agricultores, porque o capital aplicado ali é maior que o capital envolvido nas plantas de processamento da matéria- prima" (jul. 2017). Considerando a opinião do depoente, deve-se considerar que ele fez analogia com relação às estruturas estabelecidas no campo com as plantas industriais.

Quando foi instituído o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), pela lei 4.829/65, que vigorou até a década de 1990, reformulado pela modalidade PRONAF, ele teve por objetivos, conforme o artigo 3º:

I - estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural; II - favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários; III - possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios; IV - incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais, e à adequada defesa do solo (BRASIL, 1965).

As garantias de hipoteca das propriedades rurais perduram por 10 anos, tempo disponibilizado para o agricultor repor os valores adquiridos para implantar a atividade integrada. Dificilmente poderá parar de criar ou mudar de atividade porque a estrutura é organizada para determinada atividade e mesmo migrar de atividade é custoso porque necessitaria de novos investimentos estruturais e financeiros.

Conforme Rigo, “quem está integrado hoje gasta muito dinheiro para fazer o chiqueiro ou aviário, até ele pagar para sobrar alguma coisa, ele vai estar morrendo, esse sistema dá para a empresa e não para o agricultor” (out. 2017). Gradativamente, então, os lotes de animais passam a ser entregues e os agricultores passam a receber crédito, a ser pago como resultado de sua produção. Conforme Flach, o agricultor não tinha o capital inicial para desenvolver a suinocultura no sistema integrado com as estruturas exigidas e necessárias para a criação, assim “as empresas dentro de suas necessidades de criadores avalizaram os empréstimos” (fev. 2018).

Foi possível identificar entre os agricultores que realizaram investimentos na suinocultura, o fizeram no intuito de desenvolver uma atividade econômica protegida. Com relação às garantias dadas pelas agroindústrias para os financiamentos foi que os agricultores não teriam outra opção se não vender os animais para a integradora e o risco seria para ambos. Situação de dificuldade financeira ou crises na atividade poderiam ocorrer para ambos, uma vez que o tempo de reembolso do financiamento era longo. Ocorreram situações distintas como as narradas por Alles:

Os agricultores querem trabalhar e produzir e cada um quer ter mais. O agricultor que investiu demais ele não conseguiu mais acompanhar, se endividou, perdendo até a propriedade. No final teve que entregar os porcos para pagar o concentrado da agroindústria, não conseguiu pagar o financiamento do chiqueirão e ficou devendo as prestações (out. 2017).

Os produtores inseridos associaram-se ao capital industrial por meio do sistema de integração e apesar de perderem o controle do processo produtivo, conseguiram reproduzir-se como pequenos produtores (PIZZOLATTI, 1996, p. 122). As linhas de crédito e a possibilidade de adesão ao sistema de integração agroindustrial possibilitaram a permanência de milhares de famílias no meio rural, a introdução de novas tecnologias de criar e produzir.

O que deixou e deixa o produtor vinculado sem conseguir se desprender deste sistema são as inovações técnicas e estruturais exigidas pelas agroindústrias. Como agricultor não possuía e não possui recursos suficientes ele recorre novamente às linhas de crédito, renovando o ciclo de dependência. “Atualmente financia tudo, e nem terminou de pagar tem que trocar os equipamentos. Eu sofri que chega” (Rigo, out. 2017). No modo de entender dos criadores realizar investimentos volumosos gera angústia, sofrimento e preocupação.

Nos dias atuais muitos agricultores pretendem aderir ao sistema de integração e é comum realizarem empréstimos bancários. Mas sempre é aconselhável que estes possuam alguns recursos próprios para não serem surpreendidos com a dificuldade de pagamento dos empréstimos/parcelas do financiamento. Rigo afirma que o agricultor deverá, “ser um pouco prevenido ter recursos próprios, para não financiar tudo, porque se tem parte do investimento aí é vantajoso fazer parte do sistema” (out. 2017).

Não havia uma seleção tão grande por falta de interessados de adentrar no sistema. Esse fator foi modificado quando os criadores induzidos a investir altas quantias acabam por não possuir opção de produção dentro de suas propriedades. O trabalho de convencimento promovido pela agroindústria foi muito amplo porque ele começou por eliminar as atividades de subsistência do agricultor e o introduziu no sistema de produção fordista e taylorista, sendo mão-de-obra não assalariada.

3.4 Contrato

Quando o contrato é celebrado entre empresas e agricultores ele está determinando as obrigações de ambos. O objetivo dos contratos de criação suinícola e avícolas é o de prover garantias para o setor agroindustrial, garantias essas em oferta de matéria-prima e destino de suas mercadorias. O contrato amplia o controle produtivo no campo por parte da integradora e visa inibir tomada de decisão produtiva pelos integrados.

O contrato é um vínculo documental promovido entre as agroindústrias privadas ou cooperativas agropecuárias (integradoras) e os agricultores/criadores (integrados), que

especifica o sistema de criar, fomentar, comercializar e remunerar ambas as partes bem como de delegar responsabilidades. O contrato é um instrumento que visou e visa disciplinar e discriminar as regras entre as partes envolvidas nos sistemas de parcerias de aves e suínos. Baseados na pesquisa de Belato, sabemos que:

Ocorreram avanços tecnológicos em genética, construções, rações balanceadas e um conjunto de medidas para assegurar a sanidade do rebanho e elevar índices de desempenho zootécnico e econômico. É nesta fase que surgem os primeiros contratos de integração na suinocultura (1985, p. 322).

Quando os produtores de suínos se vincularam às agroindústrias ambos celebraram acordos formais por meio dos contratos que vieram para assegurar para as agroindústrias de abate e processamento a garantia da oferta de matéria-prima formalizando a relação de trocas entre os indivíduos. Esse vínculo foi fundamental para o desenvolvimento da cadeia suinícola brasileira adequada aos interesses dos produtores com a garantia de mercado, acesso às tecnologias e redução de riscos. Os interesses das agroindústrias foram formalizados através do contrato que também auxiliou na aproximação de interesses do produtor. O contrato também formalizou a substituição de atores (compradores, atravessadores) no ciclo produtivo. Conforme Santos a “intensificação da concorrência resultou numa disputa para assegurar a matéria-prima produzida pelos camponeses. Esse é o momento em que a instituição do freguês cede lugar ao contrato de compra e venda ou contrato de produção” (SANTOS, 1984, p. 95).

O instrumento contratual celebrado entre agroindústria e agricultores foi fundamental para a evolução do sistema de criar, mas também foi decisivo na forma de relacionamento entre as partes. Evoluiu para condicionar segurança para o parceiro proprietário. Era um documento compacto voltado para especificar as obrigações primárias de cada parte. Era formalmente instituído para vínculo produtivo e destino de produção, condições de criação e fornecimento de insumos, vazio sanitário, mercado, partilha e validade de 10 anos. Este instrumento foi ampliando cláusulas contratuais, suprimindo os prestadores de trabalho no processo de criação.

É um erro afirmar que o contrato é celebrado em comum acordo entre agricultores e agroindústrias. O agricultor/criador foi e está submetido às regras contratuais estabelecidas pelas agroindústrias e este tem e teve apenas a escolha de concordar com o que está estipulado ali ou ficar à margem deste processo. De acordo com Coser “a rescisão do contrato restringe imediatamente a fonte de receita dos integrados, o que certamente leva o parceiro de negócio

a aceitar um acordo menos vantajoso, mas que garanta a continuidade da relação” (2010, p. 74).

Essa rescisão poderá ser entendida como uma forma de rompimento do elo da corrente produtiva com o integrado, porque o integrado é substituído por outro criador, sai do sistema sem ser ressarcido por eventuais prejuízos e não consegue dar sequência na atividade porque ele está em área de influência e territorialização da sua ex-integradora. Ao contrário do trabalhador urbano que quando desligado de uma empresa é ou poderá ser absorvido por outra, além de ser indenizado.

Alguns aspectos que geraram e geram tensão entre agricultores e agroindústrias representadas por seu quadro técnico podem ser descritas como: uma infração cometida por parte do produtor rural prevê rescisão em 24 horas, mas quando a infração for cometida por parte da agroindústria o produtor tem que terminar o lote e alojamentos conforme a necessidade do parceiro proprietário³⁰. O agricultor não tem acesso aos custos e informações como peso, é proibido de ter animais da mesma espécie na propriedade, recebe remuneração conforme o preço mínimo estipulado pela integradora, sofre alteração das metas de conversão alimentar e da forma de remuneração sem aviso prévio, recebe revistas a qualquer momento e não tem acesso ou a possibilidade de discutir o pagamento de bonificação por produtividade e eficiência (SEARA, 2016, p. 06).

Quando os aspectos da produtividade e eficiência produtiva, ambiência, bem estar animal estiverem em desacordo com as regras estipuladas pelas agroindústrias integradoras, os integrados estão sujeitos a punição em número de dias sem alojar além do limite de 28 dias fixados em contrato com o denominado “gancho”. O gancho é uma punição realizada pela agroindústria com o seu integrado. Essa punição visa parar o alojamento de aves ou suínos temporariamente no integrado punido, objetiva-se assim que o integrado melhore os resultados dos lotes futuros. A cobrança dos agricultores integrados por melhores resultados é reforçada na fala do quadro técnico que atua como informante dos demais integrados das condições dos animais e resultados obtidos pelos demais produtores.

³⁰ Em situações de crises comerciais e ajuste estrutural da agroindústria, a empresa integradora poderá estender o intervalo de alojamento dos animais, diminuir o número de animais alojados e quando necessário ampliar o número de animais nas pocilgas. O que gera preocupação, são, os valores das parcelas bancárias anuais, que podem ter os prazos expirados e não ter previsão de receber os valores do alojamento. Ainda ocorrem questões de rescisão ou de não haver destino da produção estocada.

Em caso de desajuste da produção, outra estratégia das agroindústrias para impor regras aos integrados visando melhorar os resultados produtivos são os termos de ajuste de conduta.³¹ Os contratos de integração das agroindústrias regionais (Aurora, BRF, JBS, Seara Alimentos, Sul Valle Alimentos) exigem do integrado sigilo e confidencialidade, não especificam garantias mínimas de remuneração e “determinam o número de 2,8 a 3 lotes de suínos/ano e de até seis lotes para o avicultor” (AURORA, 2017). Essa incerteza da quantidade de lotes e de remuneração básica poderá implicar na vida financeira do integrado para a sobrevivência e pagamento dos empréstimos.

As agroindústrias priorizam alugar com intervalos menores nas instalações dos agricultores que obtêm os melhores rendimentos instigando assim a competição entre terminadores. Em situações de crises de mercado os agricultores com melhores resultados alojam e os demais têm que aguardar. Os agricultores quando integrados são pressionados e responsabilizados para fornecer instalações conforme os padrões exigidos. Sofrem da desconfiança e acusações de desvio de mercadorias por parte do quadro técnico em situações de resultados ruins nos lotes (STEIN, out. 2018). São cobrados para fornecer mão-de-obra permanente para o desenvolvimento da atividade levando em consideração, controle do arraçoamento, bem estar animal com instalações em perfeitas condições de alojamento e responsabilidades por ônus dos procedimentos inadequados com os animais.

Dentre as mais variadas responsabilidades dos agricultores integrados podem ser elencadas algumas como: facilitar o acesso às instalações por parte dos representantes da agroindústria integradora, indicar qualquer irregularidade nos animais, não permitir a entrada de pessoas estranhas e sem autorização previa nas instalações, atender a legislação ambiental, não vender ou repassar o imóvel sob-risco de rescisão contratual (SEARA, 2016, p. 08.). Além do mais os criadores ficam obrigados a providenciar por si, por sua família e empregados, todos os cuidados necessários e indispensáveis para a recria, engorda e terminação de suínos, “por isso os jovens não querem mais esse tipo de atividade e migram para a cidade” (ALLES, out. 2017).

As formas que os contratos se referem aos agricultores/criadores, são as mais variadas possíveis, mas a integradora deixa claro que ela é a parceira/proprietária dos animais e

³¹ Os termos de ajuste de conduta são o levantamento de dados entre o criador e o responsável técnico da integradora para que o agricultor realize melhorias de manejo e de instalações para obter melhores índices de criação e conversão alimentar conforme as tabelas estabelecidas pela agroindústria. A não observância e resolução dos termos descritos em conjunto, são passíveis de rescisão contratual.

insumos e o agricultor é parceiro/criador, também discriminado como parceiro outorgante e fiel depositário³². O contrato é simples aos olhos de quem o observa externamente ao processo produtivo, mas ele consegue ser personificado por meio do quadro técnico das empresas e mais, essa assistência está ali presente como os olhos e fiscalização da empresa com relação a animais e insumos fornecidos aos fiéis depositários.

As políticas de educação e convencimento dos criadores geraram tensão entre os que criam e os que são excluídos do sistema. O papel do quadro técnico é “jogar” a culpa da exclusão sobre o agricultor e isentar a agroindústria (HECLER, jan. 2018). Na avaliação de um ex- extensionista de Santa Catarina: “Eles eram uns trinta técnicos da agroindústria particular falando e distorcendo aquilo que nos em quatro tentávamos desenvolver no campo, o poder de coação e formação de opinião deles era bem maior” (HECLER, jan. 2018).

O papel desempenhado pelo quadro técnico é de evitar contradições, adversidades, problemas, mostrando os aspectos positivos da empresa. Assim se oculta às falhas e problemas socioambientais que a atividade tem causado isentando a agroindústria. O agricultor fica acuado diante de tal situação porque resta pra ele fazer parte deste sistema ou ainda tentar produzir algo que ocupe algum nicho de mercado. As alternativas produtivas regionais são impostas externamente com as agroindústrias e estas novas atividades oprimem as atividades tradicionais existentes.

A eliminação das demais atividades econômicas e mesmo de subsistência das propriedades são incentivadas pela agroindústria através da ampliação da produção com “a ideia de que quem cuida 500 animais cuidará de 1000, porque assim o produtor não irá “desviar ou destinar os insumos ali entregues” para outra atividade e mesmo ficará refém da atividade integrada” (HECLER, 2018).

A submissão ao qual foi imposta ao agricultor retirou dele mais que o poder produtivo, transformando esse agricultor em proletário rural da agroindústria sem vínculo empregatício e garantias de remuneração (HECLER, jan. 2018, DILL, jan. 2018). De acordo com os relatos dos depoentes “o agricultor é consciente da sua condição de proletário e sem direitos trabalhistas”. O produtor é um elo, que é substituído sem temor pela agroindústria sem que este tenha direitos de recorrer a outras instâncias e quando desligado pelas “cartas brancas” ou

³² O criador fiel depositário e cuidador dos animais, poderá responder por perdas, danos, lucros cessantes e sofrer sanções de infiel conforme o artigo 902 e 904 do Código Civil e crime de apropriação indébita prevista no artigo 168 do Código Penal.

termos de “rescisão contratual”, ele não tem opção de alojar com outras agroindústrias porque estas atuam por região ficando este isolado e com os galpões abandonados sem outra finalidade. As cartas brancas é o ultimato dado ao agricultor pela integradora para que ele melhore os resultados ou venha a adequar as instalações atendendo as exigências mínimas da integradora. Caso isso não ocorrer à próxima etapa do relacionamento é a rescisão contratual finalizando os alojamentos.

Um dilema para os integrados é que existem agricultores interessados em adentrar no sistema de integração, havendo assim reserva humana de agricultores, possibilitando a rotatividade de criadores.

É através do contrato que as empresas conseguem realizar a pressão por resultados e é com esse instrumento que ocorre a entrada ou a exclusão de novos integrados ao sistema de integração verticalizada. Novos criadores são acolhidos porque agroindústria pretende ampliar a produção ou para a substituição dos integrados que foram desligados do sistema por não serem lucrativos para a integradora. Assim Wanderley afirmou: o processo de modernização foi acompanhado frequentemente de uma substituição dos atores sociais envolvidos na produção agrícola (2003, p. 57).

Herculino Rigo, Ivanete Frumi, Ivanete Stein, Jacó Alles, Lauro Kappes, Alcido Flach, Roque Barden e outros entrevistados foram enfáticos ao afirmar, de modo muito semelhante, que foram ou são funcionários das agroindústrias. Eles habitam municípios diferentes, não se conhecem e afirmaram: empregado da empresa, não adianta é tudo dela, somos funcionários, não podemos reclamar temos dívidas, o pequeno produtor só está ali para mão-de-obra barata, vai fazer o que na lavoura, temos pouca terra e segue a lamúria para justificar o porquê de ser integrado, como fazer parte é ruim e sem isso poderia ser pior.

Outro fator que está explícito no contrato é que o produtor que quer conhecer as plantas agroindústrias necessita de autorização, precisa se adequar às exigências de biossegurança das empresas, ministério da agricultura e pecuária para ter acesso ao interior do frigorífico, mas em contrapartida a sua propriedade deverá estar sempre pronta para receber ou promover ações para que quadros técnicos ou equipes de mercados externos para as “chamadas auditorias” tenham conhecimento dos procedimentos que ocorrem nas granjas.

O controle de ganho de peso, mortalidade e custos com medicamentos fazem o produtor conviver constantemente pressionado em buscar resultados e cumprir metas para se

manter ativo no sistema. São sobre estes fatores que são realizados os pagamentos aos criadores no sistema de partilha, fatores estimulantes para os criadores ampliarem a produção em grandes galpões porque ter poucos animais gera renda pequena, mas a quantidade de tempo dedicado à atividade é semelhante.

O contrato induz o agricultor a ampliar a produção objetivando ampliar a renda, por meio da escala produtiva e concentração de animais área por produtor rural. Outro fator estimulante para buscar a ampliação da renda é a diminuição das margens de lucro obtido por animal terminado. As agroindústrias são donas em comodato com os fiéis depositários de milhões de animais a campo e não são donas das estruturas físicas que acomodam esses animais. Portanto, os agricultores são donos das estruturas, ficando nítida assim a divisão de participação entre ambos do sistema de integração, mas que não permitem ao agricultor burlar as regras estipuladas pela dona dos animais e insumos.

De outro modo podemos dizer que o agricultor entra com o trabalho e a agroindústria com insumos e ambos não possuem a totalidade do processo produtivo de matéria-prima quando ocorre o sistema de integração. Essa relação firmada entre as partes, por meio do contrato formalizou a dependência e a submissão dos criadores dentro das porteiças da própria propriedade. “As políticas das empresas em acumular as coisas, colocar grandes quantidades de animais nas propriedades, o agricultor esta sendo empregado das empresas na própria propriedade” (ALLES, out. 2017).

Portanto o contrato é e foi um instrumento de estímulo à produção, bem como auxiliou as agroindústrias a desenvolver a cadeia produtiva, rompendo a dinâmica tradicional da produção de suínos além de estimular os agricultores a aderir a sistemas produtivos convencionais atrelados as agroindústrias como prestadores de serviço. O contrato estimulou, mas também reprimiu e excluiu muitos dos criadores de suínos que foram impossibilitados de aderir ao sistema de integração por serem inibidos por linhas de crédito, questões ambientais, naturais e de mão-de-obra.

A agroindústria possibilitou a modernização contemporânea de criar suínos, caracterizou o agricultor como elo importante do sistema produtivo, vinculou a produção primária ao mercado internacional. Do mesmo modo a suinocultura não deixou de ser uma atividade econômica de risco, o que inibe os criadores independentes de modernizar a produção. Aceitar o sistema de integração possibilitou ao agricultor se identificar como agricultor/criador. Ele é um ator importantíssimo desse sistema produtivo porque é partir de

sua oferta de espaço para a instalação de galpões e prestação de serviço que alimenta a oferta de matéria-prima para as agroindústrias.

Portanto ser criador integrado foi mais que criar para alguém, foi substituir animais, manejos, estruturas e o entendimento sobre a atividade suinícola. A forma integrada de criar que foi desenvolvida regionalmente possibilitou à transformação da cadeia produtiva de suínos vinculados a agroindústria. Os instrumentos e estratégias utilizados pelas agroindústrias para se apropriar do controle produtivo acolhendo e excluindo criadores gerou preocupação entre os criadores independentes e integrados. As consequências do domínio promovido com a concentração produtiva integrada foram às dificuldades de comercializar a produção dos criadores independente e a exclusão de milhares. A consolidação dos interesses das agroindústrias foi através dos contratos de criação firmados com os agricultores/criadores que aderiram gradativamente ao sistema de criar integrados.

4 MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NOS SISTEMAS DE CRIAR NOS ANOS 2000

O Capítulo 4 desta pesquisa enfatiza as tendências produtivas e os impactos produtivos recentes que a modalidade de criar em larga escala e em concentração produtiva tem causado sobre os pequenos agricultores. Enquanto observamos o sistema acolhendo e excluindo criadores podemos ver também que o sistema de integração após a sua consolidação regional têm se expandido para distintas regiões do interior brasileiro, buscando estar próxima da oferta de matéria- prima para a cadeia produtiva. Isso configura que está ocorrendo a ampliação da cadeia produtiva e também um processo de migração das atividades agropecuárias para lugares mais vantajosos para as agroindústrias.

Quer-se através disso identificar alguns aspectos do sistema produtivo após os anos 2000, quando os agricultores continuam sendo parte importante no sistema de produzir. Existe a manutenção dos mais variados modos de criar, presentes lado a lado com vizinhos em propriedades lindeiras promovendo diferentes técnicas produtivas e cada um sobrevivendo a sua maneira conforme as condições econômicas dos núcleos familiares, ali presentes. Os agricultores continuam sendo incorporados ao sistema de integração agroindustrial. Atividades de grande volume produtivo estão sujeitas a possibilidade de escoamento externo e em situações de impedimento da exportação os envolvidos na cadeia correm risco de colapso econômico e produtivo.

É certo que entre tantos pontos descritos está havendo a permanência dos agricultores integrados e o enfraquecimento do produtor independente. Os temas propostos serão discutidos no Capítulo 4.

4.1 Consolidação e expansão da agroindústria

A agricultura não é imune aos fatores condicionantes do mercado. O processo da industrialização promoveu no setor produtivo agrícola a necessidade de ampliação da produção, diminuição dos custos e o uso de tecnologia.

O importante é analisarmos os mecanismos utilizados para a sobrevivência do sistema agroindustrial integrado, superando crises e mudanças econômicas em todo o processo produtivo que se iniciou no local e ganhou espaço multilateral com as mercadorias. As relações de trabalho também foram modificadas neste contexto, com os produtores individualizados em seu sistema de produção mesmo que fazem parte do conjunto de integrados. De acordo com Belato:

Vencem sempre aquelas empresas que são capazes de ter à disposição volumes crescentes de mercadorias de boa qualidade, conforme os padrões de comercialização em massa, a custos declinantes, pelo menos relativamente às demais carnes, principalmente à bovina e suína, e sua relação com o poder aquisitivo dos assalariados (1985, p. 242).

Para o estudo realizado pela CEAG- SC, “a formação de grandes conglomerados se inicia ainda no século XIX, cercado de pequenos produtores de suínos” (1978, p. 66). O oeste catarinense se integrou na divisão social do trabalho a nível nacional como centro produtor de carne suína e seus derivados a partir da década de 70, também de carne de frango (DALLA COSTA, 1993, p. 32). A produção local é integrada a agroindústria que está integrada aos mercados internacionais.

Neste sentido temos a percepção do desaparecimento de pequenos abatedouros que perderam força e competitividade diante dos conglomerados agroindustriais.

Conforme Benko:

Esses processos de reestruturação eram também uma forma de dar respostas às incertezas e instabilidades dos anos 70 e 80; dados os riscos no investimento em imobilizações corporais de usos específicos que oferecem contrato de trabalho de longa duração, sobreveio uma reviravolta em favor dos modos mais fluídos de detenção das riquezas e uma redução paralela dos compromissos de longo prazo (1996, p. 130).

Não se pretende afirmar que o crescimento econômico das agroindústrias é promovido com fatores externos, (multinacionais), mas entende-se que foram as leis do modo de produção capitalista que possibilitaram o setor agropecuário emergir e criar condições de estar presente em diversos países da América Latina, Ásia e Oriente Médio. A produção integrada

foi consolidada nas décadas de 1970 e 1980, bem como ocorreu a consolidação da exportação da carne suína brasileira em volumes expressivos para o período.

Entre 1970-1977, o Brasil tornou-se um grande exportador de carne suína, pulando de 2 mil t., em 1970 para 12 mil t. em 1977. No segmento de aves as exportações brasileiras iniciaram-se, em 1975, com 3,5 mil toneladas, sendo a empresa Sadia, pioneira nessas exportações, passou de 3 mil toneladas em 1975, para 29 mil toneladas em 1980. Isto é, um crescimento da ordem de 600% (ESPÍNDOLA, 1999, p. 1873).

A ampliação do mercado de carnes e derivados não se deu com o aumento do número de criadores, mas com a diminuição, associada ao aumento da participação das agroindústrias na produção, escala e especialização da produção.

A modernização e reestruturação produtiva dos frigoríficos agroindustriais extrapola a própria linha de produção interna da empresa, necessitando, para tanto, da modernização dos próprios aviários e chiqueiros produtores de matéria-prima (ALBA, 2001, p. 316).

O depoente Hecler defendeu a diversificação de pequenas empresas agropecuárias, como abatedouros e beneficiadoras de grãos para o fortalecimento e desenvolvimento econômico regional sem a presença de grandes agroindústrias, “elas produzem muitos produtos alternativos, de excelente qualidade, só que o risco é menor, se uma falir, as outras que são pequenas e co irmãs tentam ajudar ou absorver a produção” (fev. 2018). Aspectos como estes poderiam ter evitado desemprego, endividamentos dos agricultores e os riscos da produção em larga escala. Os municípios que comportam grandes estruturas de beneficiamento de proteína animal têm a sua economia atrelada a esta atividade, surgindo muitos problemas em situações de volatilidade do mercado:

veja o impacto que dá em Itapiranga e arredores se fechar a JBS, tivemos problemas um quando foi interrompido a exportação do frango. Estava um caos em preocupação³³, um risco muito grande e quem diz que isso não pode acontecer. Já fechou no passado o abate de suínos aqui e em Xaxim, a Chapeçó Alimentos, a Diplomata e essas empresas você não conhece o dono (HECLER, fev. 2018).

A consolidação das agroindústrias não condiz com a geração de postos de trabalho e distribuição das vantagens obtidas com a produção para os envolvidos na base do sistema. Para Espindola esses aspectos ficam evidentes com o avanço das exportações do setor primário que é incrementado após os anos 2000. Houve a junção de conglomerados agroindustriais para incrementar as exportações, interferindo diretamente a campo, necessitando de mais criadores integrados. Portanto:

³³ Agricultores com aviários financiados e funcionários sob risco de desemprego.

Entre 2000 e 2013, o volume exportado pelo agronegócio brasileiro cresceu quase 230%, proporcionando um aumento do saldo comercial de 468%. Em 2013, as exportações do agronegócio alcançaram a cifra de US\$ 99,9 bilhões e um saldo da balança comercial de US\$ 82,91 bilhões. As exportações de carne de frango cresceram de 916 mil toneladas em 2002 para 3,8 milhões em 2013. Já as exportações de carne suína cresceram de 163 mil toneladas para 600 mil toneladas e a carne bovina de 189 mil toneladas para 1,8 milhões de toneladas, no mesmo período (ABEF, 20-14; ABIEC, 2014 e ABIPECS, 2014). A partir de 2007, como reflexo da valorização do real, as importações passaram a crescer em índices percentuais maiores que as exportações, e, como resultado, os superávits comerciais começaram a diminuir gradativamente, alcançando US\$ 20 bilhões em 2010. A situação somente é revertida em 2011, graças à nova elevação das cotações das commodities (ESPINDOLA, 2013, p. 1876).

As integradoras priorizaram os criadores que conseguiram atender as demandas da produção concentrada, visaram assim ter menos criadores e maior produção. Garibaldi da Silva afirmou que “um criador com 2000 animais inibe a possibilidade de quatro famílias obterem renda sem estar extremamente dependente do sistema de integração, o que poderia contrariar a ideologia das integradoras” (out. 2017).

Esse processo de ampliação produtiva também foi promovido entre as agroindústrias visando domínio de mercado e ampliação da oferta de mercadorias baratas. Ocorreram anexações e unificações dos abatedouros menores que deram origem aos grandes conglomerados agroindustriais. Campos descreveu que o processo de unificação dos grandes frigoríficos se deu com “o enorme crescimento de sua infraestrutura e a crise da suinocultura fazem com que os pequenos frigoríficos sejam adquiridos pelos maiores” (1987, p. 98).

A unificação das agroindústrias objetivou além da “conquista de novos mercados consumidores, novas áreas fornecedoras de matéria-prima, redução dos custos de transporte e introdução de um novo sistema vertical de integração, com a instalação de mega-abatedouros e mega- produtores” (ESPINDOLA, 2013, p. 1879).

Ainda segundo Barden, alguns agricultores que possuíam as atividades integradas na região oeste e extremo- oeste catarinense foram convidados para “migrar para o Centro Oeste do Brasil, sob o aval de grandes integradoras para implantar projetos ambiciosos com 100 mil aves, 5000 suínos e mais audacioso com 300 vacas leiteiras” (jan. 2017). Esse processo ficou notório nos arredores de Nova Mutum no Estado do Mato Grosso, com a BRF. Mas não deslanchou na atividade leiteira.

Até meados da década de 2000, era perceptível a existência de criadores independentes, mas com a intensificação das agroindústrias esse sistema foi sendo substituído

gradativamente e especializado com algumas propriedades criando, outras recriando e outras apenas engordando os animais.

Alba identificou duas fases de consolidação da agroindústria considerando às características assumidas por este processo com a absorção dos pequenos agricultores criadores:

Primeira fase: foi marcada por uma relativa convergência de interesses do setor agroindustrial com os produtores familiares. A incorporação de novos produtores de suínos, até início dos anos 80, deu-se com o objetivo de alcançar e conquistar novos mercados (nacionais e externos) para a carne suína e seus derivados. Os pequenos produtores tinham condições de manter sua produção comercial diversificada, atendendo ao mesmo tempo à demanda da agroindústria. Segunda fase: intensificação da integração formal dos produtores familiares de suínos, através das exigências de mudanças nas formas de produção e comercialização de suíno (2001, p. 311).

O que preocupa muitos criadores sobre essa pressão de ampliar ou parar são os fatores de idade, falta de sucessão familiar, altos investimentos, desinteresse dos filhos remanescentes pela atividade, estruturas físicas arcaicas. Um fator constatado a campo é que os atuais produtores independentes possuem idade avançada e raros possuem filhos no meio rural para dar sequência na atividade. Mas os agricultores integrados são em sua maioria filhos de ex-criadores independentes de meia idade, que possuem grandes cifras investidas na atividade, que está tecnificada e pouco exigente de mão-de-obra.

4.2 Divisão produtiva da cadeia suinícola em upls, creches, *wean to finish* e terminações

A agroindústria tem proporcionado à divisão da produção em propriedades especializadas nas etapas do ciclo produtivo. O criador independente que possui ciclo completo também teve que ampliar a quantidade de animais para ter um número razoável (carga fechada) de animais para a venda. Essa produção de animais necessitou estar vinculada a alguma agroindústria para destinar a produção seja ela na fase inicial ou com os animais gordos para o abate.

4.2.1 As Upls

Aquele criador que não ampliou, mas manteve seus animais certamente possui a capacidade de destino ou é integrada a alguma cooperativa. A agroindústria privada não adquire animais/leitões de criadores com número inferior a 500 fêmeas. A implantação das

Unidades Produtoras de Leitões (UPLs) foi incentivada pelas agroindústrias e cooperativas. São granjas altamente especializadas que utilizam matrizes e reprodutores híbridos. Alles afirma que a sua integradora tem insistido para que o mesmo amplie a produção ou que desista da atividade (out. 2017). Conforme Mello e Schmidt:

o objetivo das agroindústrias era reduzir os custos industriais e aumentar cada vez mais a escala de produção nas propriedades dos agricultores da região, buscava-se para isso melhorar a eficiência dos transportes de ração e animais, aperfeiçoar a assistência técnica e fazer a substituição do sistema de produção de ciclo completo por um sistema mais especializado, ou seja, o ciclo completo engloba todo processo de criação de animais, que é maternidade, cria e terminação na mesma propriedade. Já no sistema mais especializado, as atividades de alojamento das matrizes e de terminação são realizadas por diferentes unidades produtoras. A ração passou a ser fornecida pela agroindústria e assim desapareceu a relação que havia entre a capacidade da propriedade produzir alimentos e a criação de animais (2002, p. 45).

Em quase todos os casos, o controle e o gerenciamento das vendas dos leitões aos criadores/terminadores são feitos pelas agroindústrias. A remuneração dos agricultores ocorre também por leitão entregue para a agroindústria que destina esses animais no sistema de terminação para os agricultores/terminadores.

O entrevistado Pedro Squena³⁴ é crítico ao falar sobre os agricultores permanecerem ampliando a produção. “Eu vejo com preocupação esse sistema, se continuar assim vai desaparecer a atividade de suinocultor” ficando tudo sobre o controle da agroindústria (out. 2017). A figura abaixo identifica a parte interna de uma UPL, com as fêmeas acondicionadas nas celas. Esses locais são específicos para as porcas parir e amamentar os leitões até que estes obtenham oito quilos vivos.

³⁴ Agricultor e ex-criador de suínos de forma independente da comunidade de Linha Cambucica, município de Riqueza- SC.

Figura 18: Identificação de uma unidade produtiva



Fonte: Cotrijui/ Suinocultura. Disponível em: <http://www.cotrijui.coop.br/suinocultura/noticias>. Acesso em: 22 dez. 2018.

Os contratos firmados garantem às UPLs o recebimento de material genético de qualidade, de parte da alimentação, de produtos veterinários e de orientação técnica, e aos recriadores/ terminadores também a compra dos animais terminados. Os preços são estabelecidos de acordo com o valor de mercado do dia da transação. Valores estes estipulados pelas agroindústrias.

4.2.2 Os Crechários

Em alguns casos devido à especialização do trabalho e espaço físico após o desmame os leitões são retirados das UPLs e enviados aos chamados crechários, com peso médio de até 8 kg. Os crechários foram construídos para concentrar os leitões dos pequenos criadores após o desmame. Os pequenos produtores que criam integrados as cooperativas e agroindústrias enviam seus leitões para essas estruturas, que reúnem leitões de vários criadores para que estes alcancem o peso médio de 22 kg. Depois desta etapa os animais são enviados aos criadores/terminadores de suínos nas estruturas denominadas de pocilgas. Para Enge³⁵ “depois que entrou o sistema de integração, praticamente está desaparecendo o pequeno

³⁵ Agricultor e ex-criador de suínos de forma independente. Mantem sua criação de forma integrada. Residente na comunidade de Taípa Baixa, município de Mondai- SC.

produtor de suínos, ele deixou de ser criador, porque a agroindústria concentrou a criação em poucas propriedades” (Jan. 2018).

Quando a maioria dos os animais alcança o peso médio de 22 kg são classificados por peso para serem enviados aos terminadores. Sempre que se pretende alojar um novo lote ocorre à seleção. Os animais que possuem o desenvolvimento físico mais lento são chamados de resto de creche que resultam da terceira ou quarta classificação.

Figura 19: Os crechários



Fonte: Cotrijui/ Suinocultura. Disponível em: <http://www.ntc.ind.br/produtos/pisos-e-vigas-para-suínos>. Acesso em: 22 dez. 2018.

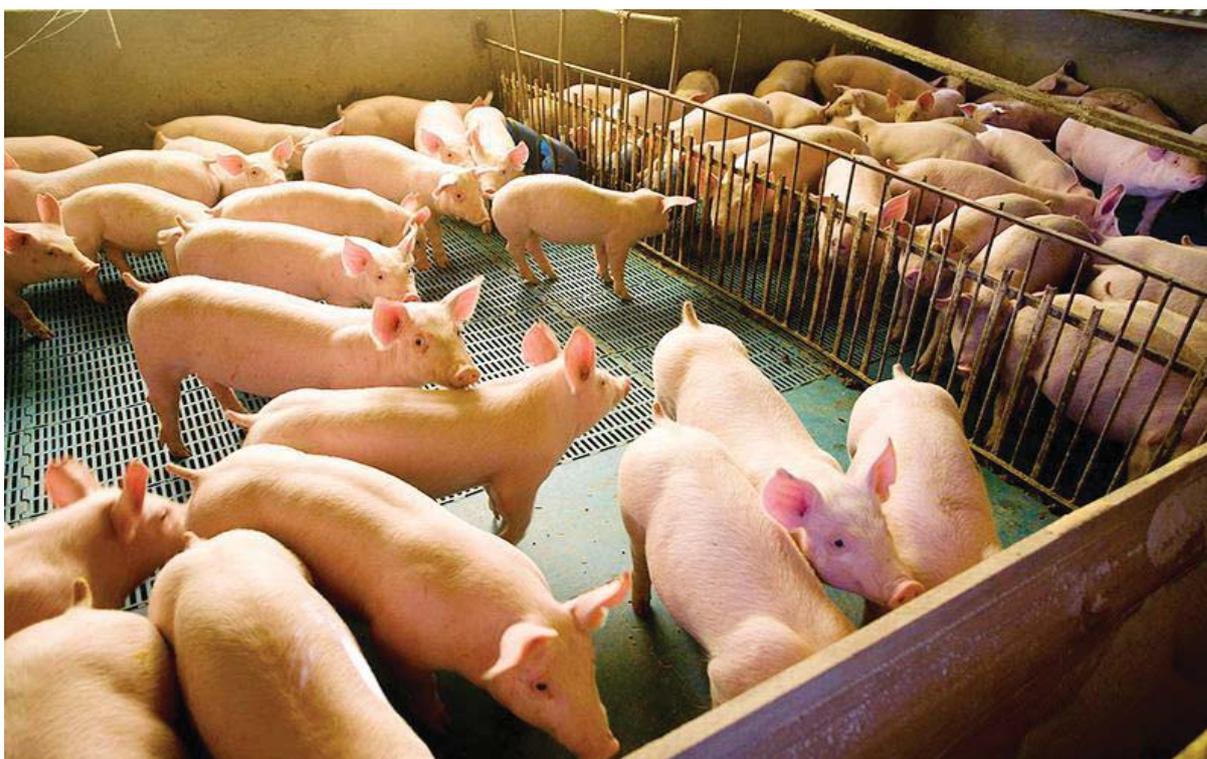
A Figura 19 identifica a parte interna do crechário, onde os leitões ficam alojados até obterem o peso ideal de 22 kg vivos para serem transferidos para as pocilgas e serem confinados em sistemas de engorda.

4.2.3 Wean to finish

Em um processo semelhante ao crechários, mas que já foi abandonado pelas integradoras, foi o processo denominado de *wean to finish*. O “*wean to finish*” é originário dos Estados Unidos. No entanto, ainda possui escassos estudos relativos à qualidade ambiental, ao ganho de peso, às características comportamentais, à distribuição de alojamento (sexagem), à quantidade de animais por baia (densidade) e ao bem-estar. Neste sistema, “o fluxo de animais segue em uma mesma instalação, do desmame até à fase final da terminação” (MASSARI, 2014, p. 647).

Os animais ao alcançarem a idade do desmame com até 8 kg, são enviados das UPLs aos galpões de terminação que possuíam estruturas físicas semelhantes aos crechários com as grades e aquecimento artificial até obterem os 22 kg de peso vivo. Esses galpões foram construídos com a finalidade de engordar os suínos, mas com um ciclo mais longo de até 150 dias/lote. Os suínos são destinados ao abate ao obterem peso vivo aproximado de 125 kg. Os animais eram remanejados depois de serem estabelecidos nas pocilgas apenas para o abate.

Figura 20: O desenvolvimento de estruturas físicas



Fonte: Cooperativa Auriverde. Disponível em: <http://cooperauriverde.com.br/suinocultura>. Acesso em: 22 dez. 2018.

A figura 20 identifica a estrutura semelhante a um crechário, mas que era utilizada no sistema *wean to finish* com leitões após o desmame até a fase final de engorda. Os agricultores recebiam os leitões em suas propriedades oriundos das UPLs e com a finalidade de promover a engorda dos mesmos. Mais criadeiras no campo, maior deverá ser a capacidade de alojamento dos agricultores integrados.

4.2.4 As Terminações

Propriedades com 250 animais em sistema de integração/engorda estão automaticamente sendo abandonadas por seus proprietários por insuficiência produtiva e

econômica. Abandono ou ampliação da atividade para 500 animais de capacidade de alojamento/lote.

A agroindústria propôs aos pequenos criadores a opção de ampliar as estruturas. Para manter os alojamentos nos pequenos criadores é necessário que a integradora tenha outros criadores próximos para conciliar visitas técnicas e remessas de mercadorias. Segundo Rutkoski, esse sistema é preocupante, porque “a agroindústria quer dar garantias de financiamentos para grandes investimentos. É um sistema que está indo a passos largos para eliminar completamente com o pequeno proprietário” (jan. de 2018). A Figura 21 identifica uma pocilga de suínos com capacidade de 1000 animais em fase de terminação.

Figura 21: Grandes estruturas físicas



Fonte: Cooperativa Auriverde. Disponível em: <http://cooperauriverde.com.br/suinoicultura>. Acesso em: 22 dez. 2018.

Coser descreveu sobre as estruturas e forma de gerenciamento produtivo da indústria com os agricultores:

o produtor tem que ser mais consciente, mais organizado, ter uma visão mais empresarial do negócio. A indústria sempre pregou que o produtor deveria olhar a propriedade da porteira para dentro, pois da porteira pra fora eles (a indústria) sabiam fazer muito bem. O produtor aceita tudo, pois na maioria das vezes não tem condições de produzir sozinho. Muitos integrados têm galpões melhores que suas casas (2010, p. 115).

Todas as etapas dos processos produtivos descritos, em continuidade ou não, foram regulados com os agricultores através dos contratos. O agricultor que pretendeu ou pretende

fazer parte deste sistema teve e terá que aceitar as condições impostas por este documento elaborado pela agroindústria que visa determinar as obrigações da terceirização da produção para os agricultores/criadores.

4.3 Rupturas e permanências

Ser criador de suínos independente com ciclo completo em pequenas propriedades vigorou com algum fôlego até os anos 2000. O processo de decadência produtiva da suinocultura independente resultou da falta de matéria-prima para alimentar os animais e excesso da proteína no mercado interno. Para Silvestro, com a expansão agroindustrial na região oeste:

O potencial de produção da agricultura na região permitiu a constituição do capital agroindustrial. A suinocultura se firma como a principal atividade agropecuária da grande maioria dos pequenos agricultores, e as relações entre a agroindústria e a pequena produção começam a se estreitar chegando ao nível do processo produtivo (1995, p. 110).

Os animais reprodutores são obtidos pelos criadores em comodato com as integradoras. Ser dono de um número elevado de fêmeas nas pequenas propriedades seria improvável sem destinar os leitões, o que inviabilizaria a atividade em ciclo completo. As agroindústrias instigaram os criadores a ampliar o número de porcas para aumentar a oferta de leitões. Os criadores que já eram vinculados a uma agroindústria para dar destino a sua produção de leitões mesmo na segunda década do século XXI, tiveram a possibilidade de manter criando com muito menos animais que as empresas almejavam, tendo suas 70 a 100 porcas. Mas o revés da agroindústria foi não permitir que esse criador entregue os leitões com 22 kg e sim com oito kg para os crechários.

Barden citou que uma grande agroindústria tentou seduzir os criadores independentes “a vender as reprodutoras e continuar com elas nas propriedades em comodato criando e destinando os leitões para os criadores/terminadores de suínos, mas recebendo por leitão entregue” (jan. 2018). O processo de modernização e domínio produtivo dos porcos por parte da agroindústria foi positivo para o sistema industrial desta atividade. Mas de modo diferente pode-se verificar que ambos os sistemas de criar permanecem ativos e os agricultores os fazem muitos próximos uns dos outros. Isso é verificável em um espaço de 300 metros de distância onde ocorrem três modalidades diferentes de criar porcos. A Figura 22 demonstra essa singularidade existente na criação de porcos nos dias atuais em consonância, mas em

propriedades diferentes. Ocorre a preservação dos manejos corriqueiros em controvérsia dos manejos tecnificados.

O criador de suínos para subsistência do século XXI possui muitas das características que os criadores independentes de meados século XX possuíam. Modificaram-se as raças dos animais com cruzamento genético com as raças europeias.

Figura 22: Três propriedades rurais vizinhas



Fonte: CIASC. Mapa Interativo de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.google.com/maps/place/SantaCatarina>. Acesso em: 30 dez. 2018.

Quando esses criadores não consomem os animais gordos, eventualmente vendem. Segundo Frumi³⁶ “sempre dá algum dinheiro criar porcos, é que o alimento como a mandioca e o soro de leite faz baixar o custo de manutenção do animal porque já está ali” (out. 2018). Abaixo uma pocilga moderna e tecnificada, utilizada para engordar suínos no sistema de integração.

³⁶ Ivanete Frumi é agricultora e criadora de suínos de forma independente para a subsistência, mas a produção excedente é comercializada na comunidade. Residente na comunidade de Flor da Serra, município de Riqueza – SC.

Figura 23: Vista interna de terminação de suínos tecnificada



Fonte: Arquivo do autor obtido na propriedade rural de Ivanete Stein, na Comunidade de Flor da Serra, Município de Riqueza- SC. em out. 2018.

Ser criador integrado é fazer parte de um processo industrial, que visa obtenção de resultados econômicos e produtivos. Esses fatores não são dependentes do esforço do agricultor, porque neste sistema ele é apenas o mediador responsável pela dosagem de alimentos e medicamentos fornecidos aos animais em horários estabelecidos externamente. Mesmo em processos mecanizados de alimentação e manejo o produtor é o guia do sistema, para que os animais respondam aos estímulos ofertados.

4.4 Dualidade de ideias

Existem e ocorrem diálogos entre os agricultores sobre a situação de quem é criador integrado e quem mantém a sua criação independente do modo tradicional. Entre os agricultores existe a preocupação dos rumos que este sistema de criar está tomando. Os agricultores criadores integrados ou não, fazem análises das vantagens e desvantagens da integração. Assim percebe-se a dualidade de opiniões e resistências de ambas as partes. Existe diálogo entre os criadores integrados em diferentes agroindústrias sobre a remuneração e sobre as exigências estruturais que os mesmos devem atender.

As agroindústrias estão em dificuldades em encontrar interessados em obter novos galpões de aves e suínos em alguns municípios do extremo oeste catarinense. No princípio

foram nesses lugares que a integração foi muito bem aceita pelos agricultores. O resultado deste processo, não satisfaz os agricultores envolvidos que passaram a criar para cumprir com as obrigações financeiras e estruturais que haviam assumido para fazer parte do sistema. Na atualidade não existe um encantamento dos agricultores/criadores em ter atividades de integração agropecuária de aves e suínos, em municípios como Palmitos, Jaborá, Itapiranga e Iporã do Oeste- SC. havendo baixíssima procura e abandono das atividades por parte de muitos envolvidos.

Mas em municípios com um desenvolvimento econômico e social considerado mais lento têm ocorrido uma procura mais aguçada por este sistema. O sistema recorre a aspectos que fogem da realidade do agricultor porque os valores investidos são superiores aos valores reais da propriedade se convertida em mercadoria em algumas cifras até quintuplicado. Nos municípios de Riqueza, Anchieta, Romelândia- SC, e mesmo do noroeste gaúcho a ação das agroindústrias é mais presente pelas características de relevo, conjuntura sócio econômica, menor concentração terras, manutenção de pequenos módulos rurais, com a ineficiência econômica do trabalho braçal em terrenos acidentados, o sistema de integração é atrativo. Hecler e outros entrevistados se mostraram preocupados com as novas configurações que o sistema de integração está disseminando entre os envolvidos e os alimentos que estão chegando aos consumidores. Assim:

A preocupação no meio rural com esse sistema é com os agricultores, isso é preocupante, porque nos observamos que esse sistema, que este aí é de concentração de animais em poucas propriedades. O consumidor não está comendo uma carne de primeira, o agricultor está produzindo um suíno a base de promotor de crescimento, enquanto nós criávamos os suínos na base de alimentação saudável. (HECLER. Jan. 2018).

Conforme Frumi na atualidade muitos agricultores conseguem criar seus animais para subsistência de modo tradicional. “Além de manter os chiqueiros de madeira a gente mantém o modo de alimentar os animais como foi nos anos 1980, com alimentos alternativos como: o soro de leite, mandioca e um pouco de ração” (Out. 2018).

Em possíveis propostas de mudar o modo de produção os agricultores se mostram impossibilitados e incapazes de mobilização por medo de não obterem mercado para a produção. Os criadores integrados expressam a ansiedade de retomar o modo de criar independente e em menor escala para atender nichos de mercado, mas percebem a ausência de lideranças para isso. Portanto:

Precisamos trabalhar diferente, quem tem suas poucas matrizes, preservar e incentivar os demais a fazer o mesmo, existe espaço para o pequeno, para vender os suínos, para pequenos abatedouros, precisamos de alguém que estuda a área, que mobilize os agricultores (KAPPES, out. 2017).

A fala deixou clara a incapacidade de produzir suínos em ciclo completo e em pequena escala para suprir nichos e clientes mais exigentes. Observa-se a dificuldade dos agricultores de organizar um projeto de criar de forma cooperada com os demais, o quê para atualidade seria inovador. Tornou-se cômodo para os criadores serem integrados porque eles não precisariam organizar a atividade. Os mesmos reconhecem as mudanças que a atividade sofreu, e não observam negativamente as mudanças que ocorreram. “Criar porcos na atualidade é diferente, recebemos tudo em casa. A comida vem lá no chiqueiro, a ração vai por tratador automático. Não faz força. É muito cômodo e menos trabalhoso” (STEIN³⁷, out. 2018).

A fala esclarece que atividade da suinocultura integrada é exigente em disponibilidade tempo para a atividade por parte dos integrados. Muitos que possuem suas estruturas tecnificadas precisam dispor de menor esforço físico no manejo que o trabalho na lavoura. Em contrapartida ao sistema atual, Alles observou que:

Muitos agricultores que são integrados com UPLs estão selecionando fêmeas para em breve voltarem a ser autossuficientes na criação de suínos, mas com menos criadeiras, mas vão continuar criando independente para atender o nicho de mercado artesanal com a produção de embutidos e cortes destinados para clientes que visam alimentos diferenciados (out. 2017).

Assim Garibaldi da Silva também cita que “através de sua insistência no modo de criar independente ele consegue atender um nicho de mercado que por outro lado remunera melhor que a agroindústria sem ter preocupação com escala de produção” (out. 2017). Ainda conforme Stein o pequeno criador independente que quis permanecer na atividade “está criando para o consumo próprio, porque os animais dele não têm comércio e mesmo porque o modo de criar foi modificado” (out. 2018). Enquanto o depoente Ciro Garibaldi da Silva expõe o lado obscuro do sistema que é forçar os criadores a se integrar e ampliar a produção.

Quando me forçaram a fazer a parceria eu achei que não era conveniente eu diminuí o número de matrizes. Voltei a criar os suínos no sistema antigo, com alimentação mais saudável, sem concentrado. A alimentação dos meus suínos é milho, farelo de soja e mineral. Esse suíno é todo comercializado direto ao consumidor (out. 2017).

³⁷ Ivanete Stein, é agricultora e produtora de suínos no sistema de integração/engorda. Residente na comunidade de Flor da Serra, município de Riqueza – SC.

Criar porcos era um negócio familiar, mas esse negócio foi transformado em grandes propriedades, tem que trabalhar com funcionário e para isso o agricultor familiar não está preparado. Esse novo sistema não trouxe benefícios (Alles, out. 2017).

Mas existem entre os envolvidos algumas contrariedades de ideias sobre os benefícios que o processo agroindustrial da suinocultura trouxe para a cadeia produtiva. Assim Hecler deixa claro que “nem todo o agricultor tinha condições de ter suínos e isso tem que ver, não só criticar. Excluiu, mas selecionou. O problema foi que retirou do agricultor o domínio da atividade” (jan. 2018). Flach fala da importância do sistema de integração, “o agricultor não tinha capital para financiar as construções, as empresas avalizaram os empréstimos” (jan. 2018). O termo “avalizaram” faz referência aos agricultores que tiveram garantias de alojamento para produzir e não de pagamento dos empréstimos para construir as pocilgas.

A agroindústria integradora necessitou estipular com o agricultor e instituições bancárias, valores mínimos que pagaria por animal, para que o crédito fosse disponibilizado. Além do mais ela garantiu que haveria alojamento de animais por tempo indeterminado, mas não garantias de pagamento dos empréstimos e sequência de alojamento. Stein também é favorável ao sistema de integração defendendo que trouxe benefícios como:

Manutenção do filho no meio rural, outra atividade de renda, os dejetos em forma de adubação da pastagem para o gado leiteiro, menor investimento em adubação química. Deveríamos ter posto há 10 anos, por ser uma das poucas alternativas de produção (out. 2018).

No mesmo sentido, mas contrariando as ideias acima Frumi cita algumas razões para não colocar uma instalação moderna de suínos. “Um fator é o valor necessário do investimento. O tempo necessário para retorno, idade, eu não seria a dona da produção, isso é só uma parceria, eu vou trabalhar para os outros” (out. 2018).

Podemos afirmar que o processo de criar evoluiu e não eliminou as práticas consideradas obsoletas pelas agroindústrias. A manutenção do sistema rústico de criar porcos na sogá ou em estrutura arcaicas de madeira e grandes terminações são percebidas quando observamos algumas propriedades vizinhas de uma mesma localidade com diferentes sistemas de criar constituídos sem ocorrer rivalidade entre ambos, como demonstrado na Figura 22.

Os animais da integradora estão totalmente isolados em uma estrutura moderna, protegidos do sol, chuva, vento, frio, além de a estrutura ser toda protegida com tela para impedir que outros animais se aproximem da estrutura pondo em risco a atividade. Também ocorre a discussão sobre “se” a atividade gera uma remuneração satisfatória entre os

envolvidos, existem diferentes interpretações. Rigo afirmou que quando resolveu parar com a avicultura, vendeu a estrutura do aviário, para não investir e ter dívidas, justificando que não possuía recursos financeiros.

Quando vendemos o aviário não pagou nem as telhas, mas demos graças que foi embora, nos últimos tempos até dava alguma coisa, mas devido às cobranças da integradora e do técnico, paramos. Eles pensam que dinheiro cai do céu, não foi fácil até hoje (out. 2017).

Ainda, Stein afirmou que não fez os cálculos sobre os valores recebidos por animal/lote transformados em salário mensal, para cuidar da atividade. Fazer as contas não, mas ele sobra um lote e meio por ano, de três lotes/ano, estaria trabalhando a meia com o banco³⁸ (out. 2018).

Frumi afirmou que ouvindo as pessoas que possuem parcerias de suínos “se queixam que não sobra muita coisa” (out. 2018). Enquanto Enge afirma que no discurso das integradoras “elas querem ajudar, mas sobra muito pouco para o integrado” (jan. 2018).

Ambos que estão envolvidos observam os pontos positivos da integração, mas o lado obscuro do sistema é de conhecimento dos criadores. Elencam como um trabalho fácil e com menor risco de prejuízo, recebem todos os insumos na propriedade e é uma atividade de renda. Reconhecem que são meros prestadores de serviço sem garantias trabalhistas e que todos os animais são da empresa.

As pessoas que não possuem parcerias justificam não fazer parte do sistema de integração, não por questões de ordem econômica, porque muitas são muito bem sucedidas em outras atividades agropecuárias. Alegam não querer ser mão-de-obra barata, medo de dívidas bancárias e de não conseguir pagar os financiamentos, mas principalmente por não ter o poder de decisão sobre a atividade porque, não seriam proprietários dos animais.

Para muitos agricultores as suas propriedades não suportariam a intensificação das atividades agroindustriais em recursos econômicos e naturais. Em alguns municípios próximos aos grandes abatedouros as agroindústrias estão tendo que realizar toda a edificação das instalações necessárias para criar suínos e aves porque os agricultores não estão se sujeitando as vontades da agroindústria em fazer grandes empréstimos bancários para pôr parcerias.

³⁸ O termo utilizado “trabalhar a meia com o banco”, se refere ao receber os valores do lote e pagar o financiamento da estrutura que foi financiada em 10 anos de prazo, com carência de dois anos para o pagamento da primeira parcela do financiamento.

Assim as agroindústrias para ter criadores integrados realizam todas as edificações e dispõem de equipamentos nas propriedades dos agricultores e estes entram com a oferta da mão de obra e espaço físico para implantar as instalações. Tendo compromisso de criar por dez anos, recebendo porcentagens e vantagens sobre o lote produzido, mas com um detalhe muito importante que esses agricultores têm sim uma atividade de renda sem obter grandes quantias bancárias, diminuindo os riscos de perder a propriedade por dívidas.

CONCLUSÃO

O processo de modernização que ocorreu no setor agropecuário do Brasil refletiu na ordem socioeconômica estabelecida. Conforme Maria Yeda Linhares “não há uma história da agricultura brasileira. O que há são temas desenvolvidos, épocas estudadas, episódios pesquisados” (1991, p. 170). Assim identificamos algumas etapas do processo de criar e reproduzir porcos no Brasil rural de um sistema tradicional para o industrial. Esse processo decorreu das primeiras atividades mercantis atreladas à fundação dos pequenos frigoríficos. A região oeste de Santa Catarina caracterizou-se por ser o berço das empresas agroindustriais.

O problema de pesquisa foi assim definido: como os agricultores que não estavam integrados, por serem independentes, passaram a fazer parte do sistema de integração? O recorte temporal é justificado porque o tema suinocultura é amplo, diversificado e esta em desenvolvimento. A delimitação do período entre os anos 1980 e 2010, foi necessária porque foi neste espaço de tempo que a criação de suínos sofreu grandes mudanças. O foco da pesquisa foi o processo de integração agroindustrial da suinocultura, sendo “O extremo oeste de Santa Catarina e o sistema de integração na suinocultura: décadas de 1980 a 2010” um recorte histórico do sistema produtivo envolveu inúmeras agroindústrias e criadores familiares do extremo oeste de Santa Catarina que teve seu contexto histórico de ocupação sob o extrativismo e a criação de porcos. Esse recorte identificou algumas das características que a criação de porcos perdeu e modificou antes e durante o período citado. O novo sistema de criar mostrou-se agressivo e implicou no desaparecimento de pequenos criadores independentes e os colocou na marginalidade do sistema de integração.

O Capítulo 1 abordou o modo de criar, alimentar, selecionar e comercializar suínos pelo produtor familiar antes da década de 1980. Abordou os temas região, colonização, agricultura familiar e de subsistência. Os municípios de Itapiranga e Mondai no Extremo Oeste Catarinense fizeram parte do recorte espacial. Houve a identificação das raças de porcos comuns tipo banha que eram criadas pelos agricultores do período com técnicas consideradas rudimentares para os dias atuais. O Capítulo 2 identificou os aspectos que envolveram o processo de produzir durante as décadas de 1980 e 1990. O sistema de criar

contrapôs criadores, comerciantes, agroindústrias e empresas de extensão rural. A disputa entre em empresas e criadores fez definir o comércio de porcos em pequenas quantidades.

O Capítulo 3 abordou os efeitos que o processo de integração causou aos criadores de suínos do oeste de Santa Catarina. O que aconteceu com o agricultor com a consolidação da integração e o seu lugar neste processo. Foram detalhadas algumas das estratégias utilizadas pela agroindústria para se consolidar reguladora de todo o processo de criar. O criador foi envolvido e enfraquecido pelo sistema de integração, que trouxe como consequência a diminuição de criadores. Esse processo que subordinou e organizou a cadeia produtiva foi regulado através dos contratos de parceria entre agricultores e agroindústria.

O Capítulo 4 enfatizou os impactos que a produção em larga escala e concentração produtiva tem causado sobre os pequenos agricultores. Foi identificado que o sistema tem acolhido novos integrados e excluído criadores que possuem estruturas físicas mais antigas. Está havendo a expansão das agroindústrias para regiões produtoras de matéria-prima. A agroindústria continua dependente dos criadores familiares para manter o sistema de criar ativo. O sistema de criar evoluiu com as agroindústrias, mas não foram eliminados os manejos corriqueiros que existiam antes do processo de evolução da suinocultura.

Concluimos que o sistema de integração descaracterizou os agricultores familiares e suas atividades de subsistência e o introduziu no processo de criar para as agroindústrias. O agricultor criava conforme os seus interesses, a agroindústria queria evitar a sazonalidade produtiva e equilibrar os interesses dela com os dos consumidores, além de potencializar a produção. A atividade de criar independente diminuiu drasticamente as margens de lucro do criador individualizado. As ameaças informais das integradoras, falta de comércio, risco de prejuízos, induziram os agricultores a serem integrados as agroindústrias regionais. O sistema de integração foi originado a partir de acordos verbais entre criadores de suínos e pequenos abatedouros regionais, superados posteriormente com os contratos de integração.

O agricultor familiar quando incluído na produção voltada para o processo industrial rompeu as origens produtivas da subsistência do campesinato para a produção voltada ao mercado orientado pelos quadros técnicos de agroindústrias privadas, cooperativas e empresas de extensão rural. A introdução de animais tipo carne, a peste suína africana e a crise do consumo no Brasil dos anos 1970, promoveram a reestruturação forçada da cadeia produtiva de suínos. A organização do processo de criar para atender sanidade e exigências de mercado necessitou de mudanças estruturais e de manejo. O contrato de integração ditou as regras

produtivas e a tecnologia de criar por parte da agroindústria com os criadores, bem como possibilitou a divisão da cadeia produtiva em UPLs, crechários e terminações.

O contrato estabeleceu as responsabilidades e direitos dos envolvidos nas operações agropecuárias, foi e é gerador de disciplina entre os envolvidos, mas ele é gerador de tensão entre os criadores e agroindústria. O sistema de criar porcos no processo industrial eliminou a possibilidade de comercializar pequenas quantidades de animais comuns. Os pequenos criadores que produzem para subsistência, preservam, alimentam e promovem o manejo dos animais com técnicas consideradas rudimentares. Houve a concentração e especialização produtiva nas propriedades que também sofreram mudanças estruturais para atender as demandas das agroindústrias. Ser pequeno criador independente é possível para atender nichos de mercado.

Ser integrado também trouxe riscos, como: por em garantias de financiamento a sua propriedade, honrar os financiamentos, e precisar vender a propriedade porque teve a rescisão de contrato por parte da agroindústria integradora. A integração isentou as empresas de altos investimentos de capital na edificação de pocilgas. A integração na lógica dos agricultores representou vantagens e se tornou num elemento de viabilização para as pequenas propriedades.

Os criadores preferem priorizar os pontos positivos da atividade porque ela geralmente é a principal atividade econômica e de ocupação da família. Uma das formas encontradas por muitos agricultores nas décadas de 1980 e 1990 para resistir ao sistema de integração e se manter na atividade foram os condomínios. O agricultor necessita sempre melhorar os resultados dos lotes de animais entregues a ele para se manter ativo no sistema de fomento. As agroindústrias não garantem remuneração financeira fixa aos integrados que recebem por fatores produtivos. Os insumos e animais são entregues sob as regras de remessas de mercadorias a terceiros.

Por fim pode-se afirmar que o sistema de integração foi positivo para a modernização agroindustrial do setor. É um negócio vantajoso para as agroindústrias que crescem e ampliam lucros e mercados sobre a matéria-prima produzida por agricultores familiares.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas: Hucitec, Unicamp, 1992.

ALBA, Rosa Salette. As agroindústrias e a produção do espaço urbano de Chapecó. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, v. 15, n. 14, p. 301-326, dez. 2001. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/1987>. Acesso em: 18 nov. 2018.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. *Estudos Urbanos e Regionais*. São Paulo, v. 6 n.1, p. 06, maio. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2004v6n1>. Acesso em: 12 maio 2018.

ANUÁRIO Revista Exame: *Agronegócios*. São Paulo: Editora Abril, 2009.

ANUÁRIO *Brasileiro de Aves e Suínos*. Santa Cruz: Editora Gazeta, 2008.

ARAÚJO, Massilon. *Fundamentos de Agronegócio*. São Paulo: Atlas, 2003.

BARROS, José D' Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BATALHA, Mario Otávio. *Evolução da empresa rural*. São Paulo: Atlas, 1997.

BAUERMAN, Andressa Krieser. *Feiras Agropecuárias e Tecnificação Agrícola: A influência do Itaipu Rural Show no Oeste Catarinense entre os anos de 1998 e 2017*. Monografia (Curso de Graduação em Geografia), Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapeco, 2017.

BELATO, Dinarte. *Os Camponeses Integrados*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1985.

BENKO, Georges. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1996.

BONETI, Lindomar Wessler. A Exclusão Social dos Caboclos do Sudoeste do Paraná. In: ZARTH, Paulo (Org.). *Os caminhos da Exclusão Social*. Ijuí: Editora Unijuí, 1998. p. 81-119.

BONETT, Lucimar Pereira; MONTICELLI, Cícero Juliano. *Suínos: o produtor pergunta a Embrapa responde*. Brasília: Embrapa- SPI; Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 1997.

BRANDT, Marlon. Criação de porcos "à solta" na floresta ombrófila mista de Santa Catarina: paisagem e uso comum da terra. *História*, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 312, Jan./Jun. 2015. Disponível em: [dx.doi.org/10.1590/1980-436920150001000051](https://doi.org/10.1590/1980-436920150001000051). Acesso em: 10 jul. 2018.

BRAUDEL, Fernand. *Civilisation matérielle et capitalisme*, Paris: Armand Collin, 1966.

CAMPOS, Índio. *Análise do sistema de integração agroindustrial em suínos e aves em Santa Catarina*. Florianópolis: Ceag, 1987.

CAMPOS, Índio. *Os colonos do Rio Uruguai: relação entre a pequena produção e a agroindústria no Oeste Catarinense*. Dissertação (Mestrado em Economia Rural e Regional), Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, Paraíba, 1987.

CARBONARI, Maria Rosa. De como explicar la región sin perderse em el intento. Repasando y repensando lá História Regional. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 13, n. 1, p. 19-34, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/issue/view/140>. Acesso em: 22 maio 2018.

CARVALHO JUNIOR, Luiz Carlos. A noção de filière: um instrumento para a análise das estratégias das empresas. *Textos de economia*, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 110, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/6228>. Acesso em: 11 set. 2018.

CAVALCANTI, Sergito de Souza. *Produção de Suínos*. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1984.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CODAGNONI, Juarez Miguel. *Manual de profissionalização em administração rural*. Florianópolis: Epagri, 1996.

CORRÊA Roberto Lobato. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSER, Fabiano José. *Contrato de integração de suínos: formatos, conteúdos e deficiências da estrutura de governança predominante na suinocultura brasileira*. Dissertação (Mestrado em Agronegócios), Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

DALLA COSTA, Armando João. *O grupo Sadia e a produção integrada: o lugar do agricultor no complexo agroindustrial*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1993.

DEIMLING, Cristiane. *Colonização, pequena produção mercantil e agroindústrias em São Carlos: Das fábricas de banha ao frigorífico de São Carlos (friscar)- Décadas de 1930 a 1970*. Monografia (Curso de Graduação em Geografia), Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2014.

DIAS, Alexandre César. *Manual Brasileiro de Boas Práticas Agropecuárias na Produção de Suínos*. Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2011.

EIDT, Paulino. *Porto Novo: da escola paroquial ao processo de nucleação escolar: uma identidade em crise*. Ijuí: Unijuí, 1999.

- ESPINDOLA, Carlos. *As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia*. Chapecó: Grifos, 1999.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FERREIRA, Daiane Aparecida de Oliveira. Agricultura, desenvolvimento regional e transformações sócio espaciais. *Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia* (Anpege), Rio Claro, v. 12, n. 18, p. 25, 2016. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6391/3343>. Acesso em: 15 set. 2018.
- FONSECA, Carlos; CORREIA, Fernando. *O Javali*. Coimbra: Mirandela, 1996.
- FONTANA, Atílio. *História da minha vida*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- FORNECK, Elisandra; KLUG, João. Suinocultura no oeste catarinense: do desastre ambiental à busca de equilíbrio. In: NODARI, Eunice Sueli; ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio; LOPES, Alfredo Ricardo. (Org.). *Desastres Socioambientais em Santa Catarina*. São Leopoldo: Oikos, 2015.
- FRAGA, Nilson Cesar; CAVATORTA, Mateus Galvão; GONÇALVES Cleverson. Tropeiros de porcos: a importância dos porcadeiros e da suinocultura na formação sócio- espacial de Pitanga (PR). *Rev. Tamoios*, São Gonçalo, ano 13, n. 1, p. 72-84, jan/jun, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/25257/20741>. Acesso em: 18 out. 2018.
- FRAGA, Nilson Cesar. *Territórios e Fronteiras: (re)arranjos e perspectivas*. Florianópolis: Editora Insular, 2011.
- FRANZEN, Douglas Orestes. História antiga: passado em conexão com o presente e diversidade nas abordagens: *Faces da História*, Assis, v. 4, n. 2, p. 200, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/issue/view/56>. Acesso em: 19 nov. 2018.
- FRANZEN, Douglas Orestes. *Um projeto de desenvolvimento regional no extremo oeste catarinense: o caso do Frigorífico Safríta de Itapiranga*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2014.
- FURLAN, Luís Fernando. *Sadia 50 anos: Construindo uma História*. São Paulo: Premio, 1994.
- GUIA EXAME- VOCÊ S/A. *Melhores Empresas para Você Trabalhar*. São Paulo: Editora Abril, 1997.
- HERÉDIA, Vania Beatriz. A imigração europeia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona, v. 5, n. 94, p. 10, ago. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1344/sn2001.5.335>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- GERHARDT, Marcos. *História ambiental da erva-mate*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2013.

GRAZIANO NETO, Francisco. *Questão agrária e ecologia: crítica da agricultura moderna*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

JUNGBLUT, Roque. *Porto Novo: um documentário histórico*. Porto Alegre: Letra & Vida, 2011.

KOELLN, Arno. *Porto Feliz: A História de Uma Colonização às Margens do rio Uruguai*. São Leopoldo: Rotermond, 1980.

LAGO, Paulo Fernando. *Gente da terra catarinense - desenvolvimento e educação ambiental*. Florianópolis: Ufsc; FCC; Lunardelli; Udesc, 1988.

LEITE, Douglas Marcel Gonçalves. *Avaliação Técnica e Econômica do Sistema Intensivo de Suínos Criados ao Ar Livre (SISCAL)*. Concórdia: Embrapa, 1996.

LIMA, Adonai Felipe Pereira de. Reflexões acerca de aspectos históricos do município de Boa Ventura de São Roque e entorno como subsídios ao Ensino de Geografia. *Espaço e Tempo Midiáticos*, Tocantins, v. 1, n. 1, p. 151-170, jul./ dez. 2014. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/midiaticos/article/view/2862>. Acesso em: 12 maio 2018.

LINHARES, Maria Yeda. *História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LINHARES, Maria Yedda. *Terra prometida: uma história da questão agrária do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MACHADO, Ironita Policarpo. *Entre Justiça e Lucro*. Rio Grande do Sul- 1890- 1930. Passo Fundo: UPF Editora, 2012.

MAMIGONIAM, Armen. Notas sobre os frigoríficos do Brasil central pecuário. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 51, p. 07, 1976. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1115>. Acesso em: 14 mar. 2018.

MASSARI, Juliana; CURI, Thayla; MOURA, Daniella; MEDEIROS, Brenda; SALGADO, Douglas D'alessandro. Características comportamentais de suínos em crescimento e terminação em sistema “wean to finish”. *Engenharia Agrícola (Online)*, Jaboticabal, v. 35, p. 648, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eagri/v35n4/1809-4430-eagri-35-4-0646.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2018.

MELLO, Márcio Antônio. *A trajetória da produção e transformação do leite no Oeste Catarinense e a busca de vias alternativas*. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

MIOR, Luís Carlos. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó: Argos, 2005.

MIOR, Luís Carlos. *Empresas agroalimentares, produção agrícola familiar e competitividade no complexo carnes de Santa Catarina*. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1992.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. Tradução Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

MORETTO, Samira Peruchi; BRANDT, Marlon. Das pequenas produções à agroindústria: suinocultura e transformações na paisagem rural em Chapecó, SC. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 239, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180311262019229>. Acesso em: 11 abr. 2018.

MUNDO Trade. *O que São Ações*. Disponível em: www.mundotrade.com.br/aprendizado/o-que-sao-acoes. Acesso em: 24 abr. 2018.

NODARI, Eunice Sueli. Um olhar sobre o oeste de Santa Catarina sob o viés da história ambiental. *História: Debates e Tendências*, Passo Fundo, v. 9, n. 1, p. 136, Jan/jun. 2010. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/3212>. Acesso em: 17 set. 2018.

NOGUEIRA FILHO, Sérgio Luiz Gama. Estrutura social de pecaris (Mammalia, Tayassuidae) em cativeiro. *Revista de Etologia*, Ilhéus, vol. 1, n. 2, p. 92, 1999. Disponível em: http://www.etologiabrasil.org.br/media/upload/publicacoes_revista/vol1_2_89.pdf. Acesso em: 22 maio 2019.

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (Orgs.). *Escritos em Educação*. Petrópolis: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Luís Guilherme; OLIVEIRA, Maria Emília Franco; GATTO, Igor Renan Honorato; ALMEIDA, Henrique Meiroz de Souza; SAMARA, Samir Issa. Peste suína clássica: caracterização da enfermidade e ações de controle e erradicação adotadas no Brasil. *Ciência animal Brasileira*, Goiânia, v. 16, n. 3, jul/set., 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1089-6891v16i328122>. Acesso em: 12 jun. 2018.

PERTILI, Noeli. *Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina: o processo de produção de carnes no oeste catarinense*. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

PIMENTA, Margareth. *A estrutura espacial da Microrregião colonial do Rio do Peixe*. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

PINHEIRO MACHADO, Luíz Carlos. *Os suínos*. Porto Alegre: A Granja, 1967.

PIZZOLATTI, Roland. *Os pequenos produtores do oeste Catarinense: integrados ou entregado?* Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

QUEIROZ, Mauricio Vinhas de. *Messianismo e conflito social: a Guerra Sertaneja do Contestado, 1912- 1916*. São Paulo: Ática, 1981.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

REIS Marcus. Histórico e evolução do crédito rural brasileiro. Da colônia extrativista aos modernos títulos e mecanismos de financiamento e comercialização da produção agrícola.

Migalhas, São Paulo, maio. 2017. Disponível em:

<http://www.migalhas.com.br/depeso/258621>. Acesso em: 12 nov. 2018.

RENK, Arlene Anélia. *A Luta da erva: Um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense*. Chapecó: Argos, 2006.

RENK, Arlene. Técnicas e métodos tradicionais de processamento de produtos coloniais: de “miudezas de colonos pobres” aos mercados de qualidade diferenciada. *Rev. de Economia Agrícola*, São Paulo, v. 58, n. 1, p. 101-113, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/publicacoes/rea/2011/rea8-1-11.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2018.

RUSCHEINSKI, Aloisio. *Traços da História do Oeste de Santa Catarina*. Rio Grande: Biblos, 1996.

SALGADO, Francisco Marcos Macedo. *O futuro do leite no Brasil: Uma análise de ambiente da cadeia produtiva de lácteos*. Dissertação (Mestrado em Ciência e Tecnologia do Leite e Derivados), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do Vinho*. São Paulo, Hucitec, 1984.

SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, Milton. *Pensando no Espaço do Homem*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos Históricos*. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVESTRO, Milton Luiz. *As transformações da agricultura família e estratégias de reprodução: o caso do Oeste*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

SOBESTIANSKY, Jurij. *Doenças dos suínos*. Goiânia: Câne editorial, 2007.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da Agricultura no Brasil: Impactos Econômicos, Sociais e Ambientais. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, Três Lagoas, v. 2, n. 2, p. 01-22, set. 2005. Disponível em: <http://seer.ufms.br/index.php/RevAGB/article/viewFile/1339/854>. Acesso em: 12 jan.2020.

TESTA, Vilson Marcos; NADAL, Raul de; MIOR Luiz Carlos; BALDISSERA, Ivan Tadeu; CORTINA, Nelson. *O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense*. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

THOMÉ, Nilson. *Trem de Ferro - História da Ferrovia no Contestado*. Florianópolis: Lunardelli, 1983.

TRINDADE, Jaelson Bitran. *Tropeiros*. São Paulo: Editoração Publicações e Comunicações Ltda, 1992.

VALENTINI, Delmir José. *Contribuições ao estudo da história regional*. Concórdia: UnC/Hised, 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *A modernização sob o comando da terra: os impasses da agricultura moderna no Brasil*. Campinas: *Ideias*, 1996.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, out/mar. 2003. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/about>. Acesso em: 18 nov. 2017.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo: Hucitec, 1995.

ZANOTTO, André Luís. *Senhores e Criadores: uma história de combate à Peste Suína Africana em Santa Catarina (1978)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho: 1850- 1920*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.

ZARTH, Paulo Afonso. *História do Campesinato na Fronteira Sul*. Porto Alegre: Letra & Vida, 2012.

FONTES

ACCS. Associação Catarinense de Criadores de Suínos. *Surto que ameaça suínos na China é salvação brasileira*. 2018. Disponível em: www.accs.org.br/arquivos_internos/index.php. Acesso em: 20 nov. 2018.

AGRINESS. *Você sabe o que é SISCAL?* 17 ago. 2016. Disponível em: www.agriness.com/pt/voce-sabe-o-que-e-siscal. Acesso em: 20 jun. 2018.

ALAGOAS. Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas. *Peste suína*. 2016. Disponível em: [www.defesaagropecuaria.al.gov.br/sanidade-animal/peste-suína](http://www.defesaagropecuaria.al.gov.br/sanidade-animal/peste-suina). Acesso em: 15 set. 2018.

ALLES, Jacó. Entrevista concedida a Clademir Trentini, em Itapiranga - SC. 30 out. 2017.

AURORA ALIMENTOS. Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda. *Instrumento particular de contrato de parceria para criação de suínos*. Chapecó: Aurora Alimentos, 2017.

BARDEN Roque. Entrevista concedida a Clademir Trentini, em Itapiranga - SC. 20 jan. 2018.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4829.htm. Acesso em: 14 jul. 2019.

BRF. Brasil Foods. *A nossa história*. 2011. Disponível em: [www.brf-global.com/sobre-brf/quem-somos-nossa-história](http://www.brf-global.com/sobre-brf/quem-somos-nossa-historia). Acesso em: 24 mar. 2018.

COSTA CURTA, Paulo. Entrevista concedida a Clademir Trentini, em Mondaí - SC. 22 out. 2017.

DILL, Marlene. Entrevista concedida a Clademir Trentini, em Itapiranga - SC. 15 fev. 2018.

EPAGRI. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. *Levantamento Agropecuário de Santa Catarina*. 2003. Disponível em: <https://www.epagri.sc.gov.br>. Acesso em: 16 ago. 2018.

FAESC. Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina. *Exportações e demanda interna aquecida elevam preço do suíno*. 2018. Disponível em: www.faesc.com.br/Revista. Acesso em: 19 nov. 2018.

FLACH, Alcido. Entrevista concedida a Clademir Trentini, em Itapiranga - SC. 19 jan. 2018.

FRUMI, Ivanete. Entrevista concedida a Clademir Trentini, em Riqueza - SC. 20 out. 2018.

GARIBALDI da SILVA, Ciro. Entrevista concedida a Clademir Trentini, em Mondai - SC. 22 out. 2017.

HECKLER, José. Entrevista concedida a Clademir Trentini, em Itapiranga – SC. 18 jan. 2018.

ITAPIRANGA vive uma encruzilhada histórica. *Jornal Itapiranga em Marcha*, Itapiranga, n. 82, p. 01, 30 nov. 1962.

KAPPES, Lauro. Entrevista concedida a Clademir Trentini, em Mondai - SC. 29 out. 2017.

OLIVEIRA, João de. Condomínios suinícolas: informe semestral. *Acaresc*, Florianópolis, v. 01, 1985.

OLIVEIRA, Mauro Márcio. As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 16, n. 2, p. 97-134, maio/ago. 1989.

Disponível em:

<http://jararaca.ufsm.br/websites/deaer/download/VIVIEN/Texto05/criacaoernobr.pdf>. Acesso em: 20 mar.2019.

O ESTADO, Florianópolis, 30 jul. 1978.

O GLOBO, Rio de Janeiro, 03 de jul. 1978.

REVISTA JUVENTUDE RURAL. Extensão rural, *Acaresc/Epagri*, Florianópolis, v. 01, n. 07, p. 45, jul./Dez. 1985.

RIGO, Amantino. Entrevista concedida a Clademir Trentini, em São Carlos - SC. 24 out. 2017.

RIGO, Herculino. Entrevista concedida a Clademir Trentini, em Riqueza - SC. 22 out. 2017.

RUTKOSKI, Irineu. Entrevista concedida a Clademir Trentini, em Mondai- SC. 09 jan. 2018.

SADIA. Sociedade Anônima, Indústria e Comércio Concórdia. *Avicultura Industrial*. 2013. Disponível em: www.aviculturaindustrial.com.br/imprensa/sadia-comemora-70-anos-de-historia. Acesso em: 01 Jun. 2018.

SADIA. Sociedade Anônima, Indústria e Comércio Concórdia. *Parceria Sadia: Avicultura industrial*. 2013. Disponível em: www.sadia.com.br. Acesso em: 22 mar. 2018.

SEARA ALIMENTOS. *Instrumento particular de contrato de parceria para criação de suínos*. 2016. Itapiranga.

SEARA ALIMENTOS. *Nossa História*. 2011. Disponível em:

<https://www.seara.com.br/seara>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SQUENA, Pedro. Entrevista concedida a Clademir Trentini, em Riqueza - SC. 12 jan. 2018.

STEFFEN, Edmundo. Entrevista concedida a Clademir Trentini, em Riqueza - SC. 11 jan.2018.

STEIN, Ivanete. Entrevista concedida a Clademir Trentini, em Riqueza - SC. 20 out. 2018.

SUL VALLE ALIMENTOS. *Contrato de parceria para produção de suinícola*: Terminação. 2011. São Miguel do Oeste.

WILLE, Mauro. Entrevista concedida a Clademir Trentini, em Riqueza - SC. 20 out. 2018.

ZIMMERMANN, Hélio. Entrevista concedida a Clademir Trentini, em Mondai - SC. 10 jan.2018.

ANEXO

ANEXO A: Parecer consubstanciado do Comitê em Pesquisa (CEP).

UNIVERSIDADE DE PASSO
FUNDO/ PRÓ-REITORIA DE
PESQUISA E PÓS-



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O extremo oeste de Santa Catarina e o sistema de integração cooperativista e industrial: 1980-2000

Pesquisador: CLADEMIR TRENTINI

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 75831317.3.0000.5342

Instituição Proponente: Universidade de Passo Fundo/Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.300.887

Apresentação do Projeto:

Projeto de pesquisa para o mestrado em História para perceber as ações do capitalismo industrial em torno da suinocultura, bem como sobre o controle da produção suinícola, observando a trajetória histórica da criação de porcos, discutindo as consequências sociais e econômicas da atividade desenvolvida em um novo sistema.

Objetivo da Pesquisa:

Pesquisar o processo histórico da integração de pequenos agricultores do oeste de Santa Catarina ao sistema agroindustrial de produção.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O entrevistado poderá se sentir desconfortável ao lembrar alguns aspectos desagradáveis de sua trajetória ou do tema da pesquisa. Caso isso aconteça, terá absoluta liberdade para não falar sobre estes aspectos ou mesmo para interromper, imediatamente, a entrevista. Em caso de desconforto, o pesquisador o encaminhará para um profissional qualificado. Por outro lado, ao participar da pesquisa, o entrevistado terá como benefício o conhecimento histórico produzido e a percepção de ser um agente da história.

Endereço: BR 285- Km 292 Campus I - Centro Administrativo

Bairro: Divisão de Pesquisa / São José **CEP:** 99.052-900

UF: RS **Município:** PASSO FUNDO

Telefone: (54)3316-8157

E-mail: cep@upf.br

UNIVERSIDADE DE PASSO
FUNDO/ PRÓ-REITORIA DE
PESQUISA E PÓS-



Continuação do Parecer: 2.300.887

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. Os dados serão obtidos através de consultas a contratos bancários referentes a financiamentos voltados ao setor agroindustrial, registros de imóveis, hipotecas agrícolas e Inventários agrícolas, disponíveis no Cartório de Registro de Imóveis, setores de tributação e coletorias de impostos, tabelionatos, dos municípios de Mondai e Itapiranga, em Santa Catarina, documentos acerca da produção e movimentos econômicos de cooperativas e indústrias do setor agrícola, dados de censo agrícola (IBGE). Estes registros escritos serão confrontados com as informações obtidas através da técnica da História Oral.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os direitos fundamentais dos participantes foram garantidos no projeto e no TCLE. O protocolo foi instruído e apresentado de maneira completa e adequada. Os compromissos do pesquisador e das instituições envolvidas estavam presentes. O projeto é claro em seus aspectos científicos, metodológicos e éticos.

Recomendações:

Não há recomendação

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, este Comitê, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 446/12, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa na forma como foi proposto.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_981208.pdf	10/09/2017 15:21:42		Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	10/09/2017 15:19:24	CLADEMIR TRENTINI	Aceito
Declaração de Pesquisadores	pesquisanaoiniciada.pdf	06/09/2017 12:48:34	MARCOS GERHARDT	Aceito
Outros	roteirodeentrevistas.pdf	05/09/2017 13:22:55	CLADEMIR TRENTINI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	TCLE.pdf	05/09/2017 12:42:58	CLADEMIR TRENTINI	Aceito

Endereço: BR 285- Km 292 Campus I - Centro Administrativo

Bairro: Divisão de Pesquisa / São José

CEP: 99.052-900

UF: RS

Município: PASSO FUNDO

Telefone: (54)3316-8157

E-mail: cep@upf.br

UNIVERSIDADE DE PASSO
FUNDO/ PRÓ-REITORIA DE
PESQUISA E PÓS-



Continuação do Parecer: 2.300.887

Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	05/09/2017 12:42:58	CLADEMIR TRENTINI	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetodetalhado.pdf	05/09/2017 12:34:43	CLADEMIR TRENTINI	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PASSO FUNDO, 27 de Setembro de 2017

Assinado por:
Felipe Cittolin Abal
(Coordenador)

Endereço: BR 285- Km 292 Campus I - Centro Administrativo

Bairro: Divisão de Pesquisa / São José **CEP:** 99.052-900

UF: RS **Município:** PASSO FUNDO

Telefone: (54)3316-8157

E-mail: cep@upf.br